

ROCÍO CONSUELO QUIÑONES GARCÍA

**AS COMPETÊNCIAS PARENTAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO COMO
FATOR DE PROTEÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO: UM
DESAFIO PARA PAIS E PROFISSIONAIS**

Rio Grande/RS

2006

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM**

**AS COMPETENCIAS PARENTAIS NO MUNDO CONTEMPORANEO COMO
FATOR DE PROTEÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO: UM
DESAFIO PARA PAIS E PROFISSIONAIS**

ROCÍO CONSUELO QUIÑONES GARCÍA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem – Área de Concentração: Enfermagem e Saúde. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Enfermagem/Saúde a Indivíduos e Grupos Sociais.

Orientadora: Dra. Mara Regina Santos da Silva

**Rio Grande/RS
2006**

ROCÍO CONSUELO QUIÑONES GARCÍA

**AS COMPETÊNCIAS PARENTAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO C
FATOR DE PROTEÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM
DESAFIO PARA PAIS E PROFISSIONAIS**

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora a obtenção do Título de

MESTRE EM ENFERMAGEM

e aprovada em sua versão final em 31 de agosto de 2006, atendendo às normas de legislação vigente da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração Enfermagem e Saúde.

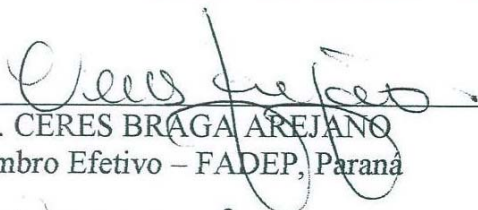


DR. WILSON DANILO LUNARDI FILHO
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA:



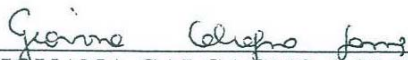
Dra. MARA REGINA SANTOS DA SILVA
Presidente – Fundação Universidade Federal do Rio Grande



Dra. CERES BRAGA AREJANO
Membro Efetivo – FADEP, Paraná



Dra. VALÉRIA LERCH LUNARDI
Membro Efetivo – Fundação Universidade Federal do Rio Grande



Dra. GIOVANA CALCAGNO GOMES
Suplente – Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Ao meu filho Gustavo

*Por me oportunizar a experiência mais
significativa de minha vida: ser mãe.*

Aos meus pais

*Por inculcar-me a valorização do
conhecimento como um caminho para a
autonomia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a participação das cinco mães do estudo, sem as quais este trabalho não teria sido possível. A essas “heroínas” meu sincero e afetuoso agradecimento.

À minha família no Uruguay e ao meu filho no Brasil, que apesar de minhas longas ausências, não só as souberem compreender como me apoiaram a prosseguir meu caminho, encurtando as distancias físicas que nos separam. Aeles meu amor.

À minha família brasileira de escolha, especialmente Nina, Ligia e Isaura que não se pouparam, muitas vezes, em abandonarem seus interesses para serem companheiras de viagem, nessa, minha nova caminhada. A elas meu mais carinhoso agradecimento.

Ao meu terapeuta e amigo Samuel, pelo seu contínuo e incansável suporte em não me deixar desistir dos meus objetivos. A você Samuel, minha admiração como profissional e meu agradecimento carinhoso.

A minha orientadora, Dra. Mara Santos da Silva, pela sua coragem e competência na dupla e árdua tarefa que foi integrar duas áreas do conhecimento e “decodificar” minhas idéias do espanhol para o português, minha admiração e carinho.

A Dra. Zélia Biasoli-Alves e ao Dr. Carl Lacharité pelos seus afetivos oferecimentos de material didático e dedicação de tempo, mostrando-se sempre disponíveis para a troca de opiniões e esclarecimentos sobre minhas dúvidas.

A Prof^a. Valéria e ao Prof. Wilson Lunardi, mais que professores, amigos, com os quais compartilhei dúvidas e alegrias, nos que sempre encontrei novas opções, quando tudo parecia “sem saída” , meu agradecimento especial.

Agradeço a todo o pessoal da Secretaria da Pós-Graduação de Enfermagem/FURG pela sua disponibilidade, assim como a todos os que contribuíram na realização deste trabalho, direta ou indiretamente.

CAMINANTE, SON TUS HUELLAS
EL CAMINO Y NADA MÁS;
CAMINANTE NO HAY CAMINO,
SE HACE EL CAMINO AL ANDAR.
ÁL ANDAR SE HACE CAMINO,
Y AL VOLVER LA VISTA ATRÁS
SE VE LA SENDA QUE NUNCA
SE HA DE VOLVER A PISAR.
CAMINANTE NO HAY CAMINO
SINO ESTELAS EN LA MAR.

ANTONIO MACHADO

(PROVÉRBIOS Y CANTARES XXIX)

QUIÑONES García, Rocío Consuelo. **As competências parentais no mundo contemporâneo como fator de proteção no desenvolvimento humano: um desafio para pais e profissionais**. 2006. 115 folhas. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande.

Resumo: Nos últimos tempos, são cada vez mais freqüentes as queixas dos pais em relação à educação de seus filhos, mais especificamente, com a tarefa de colocar limites no comportamento das crianças e dos adolescentes, as quais são experimentadas em todas as classes sociais, sem distinção de raça, religião ou nível educacional. Esta dificuldade faz parte do cotidiano da família contemporânea e, possivelmente, está associada às rápidas transformações socioculturais que vêm ocorrendo, nos últimos tempos. Este estudo tem como **objetivo** problematizar com os pais o exercício das competências parentais, especialmente no que tange a colocar limites no comportamento dos seus filhos. Seu desenvolvimento foi **orientado** pela teoria bio-ecológica do desenvolvimento humano, na qual os processos proximais vivenciados em diferentes níveis do contexto de vida das pessoas são considerados fundamentais para a aquisição das competências a cada etapa do seu desenvolvimento. **Metodologia** É um estudo exploratório descritivo, de natureza qualitativa, desenvolvido no período entre março e dezembro de 2005, em um Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental, localizado na região sul do Brasil. Cinco famílias representadas pelas mães participaram deste estudo cujos dados foram coletados ao longo de dez encontros individuais e cinco coletivos. Todos os encontros foram gravados e após transcritos e as informações complementadas com o diário de campo. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo na modalidade de análise temática. Os **resultados** mostram três categorias: **o retrato do cotidiano**, que se refere a dificuldade dos pais de colocar limites, tal qual é vivenciada no cotidiano das famílias; **a rede de suporte social e as forças da família**. As categorias englobam alguns dos fatores prioritários associados com a dificuldade experimentada pelas famílias. Dentre essas, as interações entre pais e filhos; a fragilidade das relações hierárquicas no grupo familiar; os recursos sociais e próprios com que às famílias contam, segundo o ponto de vista das mães. **Conclusões**. O estudo reafirma a influência dos valores contemporâneos nas relações familiares e a importância da rede de suporte social informal das famílias. As fortalezas das famílias se convertem em alicerce para o exercício das competências parentais. Esses resultados são discutidos no contexto do trabalho de enfermagem em saúde mental, desenvolvido no ambulatório onde o estudo foi realizado.

Descritores: Competências parentais. Desenvolvimento humano. Educação da criança.

QUIÑONES García, Rocío Consuelo. **Parental competences in the contemporary world how protection human development: a challenge for parents and professionals.** 2006. 115 pages. Thesis in the Master's Program in Nursing – Post-graduation Program in Nursing at Fundação Universidade Federal de Rio Grande, RS, Brazil.

Abstract: These days, complaints parents make about their children education are getting more frequent, specifically, about the task of imposing limits on children's and adolescents' behavior. These difficulties are experienced in all social classes, regardless of race, religion, and educational level. Besides, as part of a contemporary family's everyday life, these hardships may be associated with the fast socio-cultural changes we are currently going through. This study **aims** at problematizing the exercise of parental competences with parents, especially the limits they impose on their children's behavior. The development of this study was **oriented** by the bio-ecological theory of human development in which proximal processes experienced by people in different levels of life context are considered fundamental to acquire competences at each phase of the development. **Methodology:** It is an exploratory and descriptive study, qualitative in nature, which was developed from March to December 2005 in a Health Center that focuses on Nursing in Mental Health in the south of Brazil. Five families, represented by the mothers, took part in this study; data were collected in ten individual meetings and five collective ones. All meetings were recorded and transcribed; my diary also complemented the information. Data were submitted to content analysis in the mode of thematic analysis. **Results** show, three categories: **portraiture of continuous days** that refers the difficulty of imposing limits in the way it is experienced by the families in their everyday life. The categories include some of the factors primarily associated with this difficulty experienced by the families; **the net of informal social support** and **family strength**. These categories include the communication among parents and children; the fragility of hierarchical relations in the family group; the social and their own resources that families can count on, according to the mothers' points of view. **Conclusions:** This study re-states the influence of contemporary values in family relations and the importance of the net of informal social support the families have. Family strength becomes a basis for the exercise of parental competence. These results are discussed in the context of the work in Nursing in mental health, which is developed in the health center where this study was carried out.

Descriptors: Parental competences. Human development. Child rearing.

QUIÑONES García, Rocío Consuelo. **Las competencias de los padres en el mundo contemporáneo como factor de protección en el desarrollo humano: un desafío para padres y profesionales.** 2006. 115 hojas. Disertación (Maestría en Enfermería) – Programa de Pos Graduación en Enfermería; Fundación Universidad Federal de Río Grande. Río Grande.

Resumen: En los últimos tiempos, son cada vez más frecuentes las quejas de los padres en relación a la educación de sus hijos, mas específicamente, con la tarea de colocar limites en el comportamiento de niños y adolescentes, las cuales son experimentadas en todas las clases sociales, sin distinción de raza, religión o nivel educacional. Esta dificultad hace parte del cotidiano de la familia contemporánea y posiblemente está asociada a las rápidas transformaciones socioculturales que vienen ocurriendo en los últimos tiempos. Este estudio tiene como **objetivo** problematizar con los padres el ejercicio de sus competencias, especialmente en relación a colocar limites en el comportamiento de sus hijos. Su desenvolvimiento fue **orientado** por la teoría bio-ecológica del desarrollo humano en la cual los procesos proximales vivenciados en diferentes niveles del contexto de las personas, son considerados fundamentales para la adquisición de las competencias, en cada etapa del desarrollo. **Metodología.** Es un estudio exploratorio descriptivo, de naturaleza cualitativa, desenvuelto en el período de marzo a diciembre de 2005, en un Ambulatorio de Enfermería en Salud Mental, localizado en la región sur del Brasil. Cinco familias representadas por las madres participaron de este estudio cuyos datos fueron colectados al longo de cinco encuentros colectivos y diez individuales. Todos los encuentros fueron gravados y después transcritos, complementando las informaciones con el diario de campo. Los datos fueron sometidos a análisis de contenido en la modalidad de análisis temática. Los **resultados** muestran tres categorías: **retrato del cotidiano familiar**; que se refiere a dificultad de colocar limites tal cual como es vivida en el día a día de las familias; **a red de soporte social y las fuerzas de las familias.** Las categorías abarcan algunos de los factores prioritarios asociados con esta dificultad experimentada por las familias. Dentro de estos, las interacciones entre padres e hijos; la fragilidad de las relaciones jerárquicas en el grupo familiar; y los recursos sociales con que las familias cuentan, según el punto de vista de las madres. **Conclusiones.** El estudio reafirma la influencia de los valores contemporáneos en las relaciones familiares y la importancia de una red de soporte informal de las familias. Las fuerzas de las familias se convierten en la base para el ejercicio de las competencias de los padres. Estos resultados son discutidos en el contexto de trabajo de enfermería en salud mental, desenvuelto en el ambulatorio donde el estudio fue realizado.

Palabras llaves: Competencias paternas. Desarrollo humano. Educación de niños.

SUMARIO

CAPITULO I

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

CAPITULO II

REVISÃO DA LITERATURA	19
Competências parentais	20
Os pais e o desafio da contemporaneidade	26

CAPITULO III

REFERENCIAL TEORICO	36
O modelo bio-ecológico de desenvolvimento	37

CAPITULO IV

METODOLOGIA	46
Sujeitos do estudo	46
Local onde o estudo foi desenvolvido	50
Trabalho desenvolvido com as mães	51
Questões éticas	57

CAPITULO V

RESULTADOS.....	59
Retrato do cotidiano familiar	60
Rede de suporte social	75
Forças da família	82

CAPITULO VI

DISCUSÃO DOS RESULTADOS.....	90
------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
 APÊNDICE	
1 - Consentimento do diretor da Instituição para realizar a pesquisa...	113
2 - Consentimento livre e esclarecido das mães	114
 ANEXO:	
Aprovação do projeto pelo Comitê de Ética.....	115

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

A dificuldade dos pais com relação à educação dos filhos, especialmente no que se refere a colocar limites no comportamento destes últimos, não é numa problemática nova. Ao longo da história da humanidade, repete-se com características peculiares, que refletem a forma de pensar predominante de um determinado contexto e de um dado período. No século V a.C. Sócrates já escrevia:

Nossos adolescentes atuais parecem amar o luxo. Têm maus modos e desprezam a autoridade. São desrespeitosos com os adultos e passam o tempo vagando nas praças... São propensos a ofender seus pais, monopolizam a conversa quando estão em companhia de outras pessoas mais velhas; comem com voracidade e tiranizam seus mestres (Outeiral, 1994).

Esses comportamentos referidos por Sócrates, vários séculos atrás, evidenciam uma queixa que continua atual, ou seja, as novas gerações confrontando os valores das mais velhas. Até certo ponto, esses comportamentos podem ser considerados como normativos, na fase da adolescência, época em que as normas e os valores são habitualmente questionados. Entretanto, não dispensam a responsabilidade dos pais de entender a complexidade desse processo e ajudar os filhos a encontrar um caminho seguro. É a função “contenedora” dos pais sobre os comportamentos dos filhos, orientando, guiando, compreendendo e deixando claro para os mais jovens os valores que guiam a vida familiar e social.

Embora seja na adolescência que se exterioriza com mais força o enfrentamento entre gerações, todo o processo de desenvolvimento do ser humano está permeado de normas e valores que, geralmente, originam os conflitos. Em geral, são os mais velhos os responsáveis pelo estabelecimento dos parâmetros familiares e sociais básicos, o que equivale a dizer que são os pais que, a partir de suas experiências e seus saberes, deveriam estabelecer o arcabouço de normas e valores éticos, sociais, morais e ideológicos, bem como transmitir a noção de fronteira entre o certo e o errado, imprescindível para o desenvolvimento de seus filhos.

Educar os filhos é, portanto, uma prática social que inicia com o nascimento da prole e se prolonga até sua independência, sendo que esse processo se concretiza através do exercício dos papéis e tarefas parentais ou, como refere Lemay (2001), do exercício das competências parentais. Entretanto, nem sempre os pais conseguem desenvolver e utilizar suas competências de forma adequada às necessidades de seus filhos e isso, freqüentemente, se converte no centro de suas dificuldades.

Meu interesse pelas questões relacionadas com as dificuldades dos pais para com o desempenho das tarefas cotidianas com seus filhos, não é novo. Nasceu há aproximadamente nove anos, a partir da observação de um trabalho desenvolvido com mães, num contexto no qual elas pareciam confusas, inseguras e “sem saída”. Era um trabalho realizado por estudantes de medicina, na região sudeste do Brasil, com o propósito de prevenir a agressividade das crianças que, já naquela época, dava mostras de preocupações flagrantes.

Este trabalho consistia em visitas domiciliares, que os estudantes faziam às famílias moradoras na periferia da cidade, levando informações às mulheres grávidas acerca da importância da relação mãe e filho para a saúde do futuro bebê e de como lidar de uma forma mais adequada com as dificuldades que essa tarefa impõe. Segundo Outeiral (2003), esta tarefa começa no período pré-natal e se estende até a independência afetivo-econômica do filho, mediante o engajamento deste em um trabalho que possibilite sua auto-sustentação econômica ou sua independência afetiva, quando o filho consegue tomar decisões de forma autônoma, sem depender tanto de outras pessoas para lhe dizer o que deve ser feito em cada situação da vida cotidiana. Enfim, o trabalho desenvolvido com aquelas mães era uma verdadeira ação preventiva em saúde e, por essa razão, despertou meu interesse.

Desde essa época, venho observando, na minha prática profissional como psicóloga, em consultório tanto particular como institucional, que uma das dificuldades mais referidas pelos pais no desempenho de seus papéis e tarefas parentais está relacionada justamente com a responsabilidade que lhes é atribuída de colocar limites no comportamento de seus filhos, principalmente quando esses ainda são crianças e adolescentes. São dificuldades experimentadas em todas as classes sociais, sem distinção de raça, religião ou nível educacional e fazem parte

do cotidiano da família contemporânea, estando, possivelmente, associadas às rápidas transformações socioculturais que vêm ocorrendo nos últimos tempos.

De modo geral, os pais queixam-se que tudo mudou; já não servem mais as regras que eles conheciam e usavam. As normas que outrora eram válidas para o cuidado dos filhos, hoje são questionadas e rebatidas. É como se tudo passasse a ser flexível; tudo pode ser dito e realizado de acordo com os desejos de cada um, sem que esteja claro a quem cabe a responsabilidade da imposição de limites. A essa situação, soma-se o fato de a maioria dos pais não contarem com a família extensa para ajudá-los a dividir as responsabilidades e o cuidado da prole, já que esta família se organiza mais predominantemente numa estrutura nuclear.

Assim, os pais, desprovidos de “velhas certezas” acerca da educação dos filhos, muitas das quais atravessam gerações, têm, hoje, muitas dúvidas, inúmeros questionamentos, poucas respostas e sentem-se inseguros quanto à forma de educar seus filhos, embora reconheçam que os limites são necessários para que esses possam estabelecer interações positivas com seu contexto e, a partir daí, se desenvolver num rumo normativo.¹

Nesse contexto, os pais vivem sobrecarregados com trabalho e outras responsabilidades, sentem-se cada vez mais sozinhos, com poucos recursos e acabam deixando os filhos fazer o que desejam, sem questioná-los, nem confrontá-los com a realidade. Sustentados nessas razões, geralmente, justificam essa permissividade pela intenção de protegê-los, “não traumatizá-los”, não transformá-los em crianças e adolescentes diferentes dos seus pares e, principalmente, para que não sejam excluídos do convívio social.

É importante destacar que a dificuldade dos pais para colocar limites aos filhos traz conseqüências que podem ser observadas não apenas no micro espaço familiar, mas, que extrapolam para o âmbito social, envolvendo a escola e outros ambientes onde a família transita, aí gerando nas pessoas insegurança semelhante àquela que os pais experimentam na intimidade da família. Em geral, esses comportamentos revelam-se através da demonstração de desinteresse dos filhos pelo que os adultos falam e sugerem; pelas atitudes irreverentes quanto às normas

¹Desenvolvimento normativo, segundo Dehart et al. (2000), refere-se às mudanças gerais experimentadas por todos os seres humanos de uma mesma espécie, as quais acontecem de maneira mais ou menos coerentes, numa seqüência, até certo ponto, anunciada, se concretizando pela emergência de certas competências ou habilidades esperadas no curso do desenvolvimento.

sociais e legais, como se o mundo estivesse em suas mãos, ao seu dispor, tudo isso justificado pelos adolescentes como exercício de liberdade. Da mesma forma, as dificuldades dos pais também extrapolam os limites da família e são percebidas em outros ambientes sociais, como a escola, junto aos amigos.

Do ponto de vista psicológico, as competências parentais são indissociáveis do processo educacional, pois definem as habilidades do pai e da mãe em responder às necessidades de cada um de seus filhos. Essas competências incluem as responsabilidades dos pais com o exercício de papéis e tarefas. Os papéis fazem referência às necessidades dos filhos de contar com um adulto provedor, protetor, educador, socializador e companheiro. Já as tarefas, que são exercidas concomitantemente com os anteriores, relacionam-se com o cuidado físico, material, didático, afetivo e social dos filhos (LACHARITÉ, 2003).

Embora o estabelecimento da noção de limites no comportamento dos filhos seja inerente ao exercício das competências parentais, requer atenção especial, uma vez que é influenciado não apenas pelas mudanças desenvolvimentais que acontecem em todos os indivíduos, mas, também pelas contínuas mudanças que acontecem no âmbito social, cultural, político, entre outras, direcionando as opções individuais e familiares. De modo geral, pode-se dizer que as dificuldades e inseguranças dos pais estão relacionadas com a forma “*como*” eles exercem seus papéis e tarefas, numa sociedade em permanente mudança.

Na sociedade contemporânea, as pessoas geralmente têm pouco tempo para se comunicar. A comunicação verbal é negligenciada e quando acontece, freqüentemente, se restringe a uma interação pobre, caracterizada pela pronúncia de umas poucas palavras. A “falta de tempo” é o argumento que a maioria das pessoas escolhe para justificar essa ausência de diálogo. Resta pouco tempo para visitar os amigos, a família, os vizinhos, os colegas. Até certo ponto, isso parece ser verdadeiro, pois, se observamos a forma como as pessoas transitam de um lugar a outro, vemos que a vida cotidiana transformou-se em um “*corre-corre desenfreado*”, geralmente, na expectativa de obter modernos bens de consumo que essa sociedade contemporânea oferece e que, paradoxalmente, tanto facilita a vida das pessoas.

Nesse contexto, facilmente perde-se a dimensão do outro, desconhecendo o que esse outro pensa ou sente, quais são seus problemas e seus desejos. Simplesmente, o “outro passa despercebido” e o individualismo assume a

predominância. Em geral, as pessoas motivadas para alcançar o almejado “sucesso” procuram a satisfação do que acreditam ser seus próprios desejos.

Trocar informações com outras pessoas, interagir com seu meio são experiências verdadeiramente importantes para o processo de se *tornar pai ou mãe*. Mas, como ambos poderão trocar informações com outras pessoas, numa sociedade na qual o “eu” é supervalorizado? Onde o diálogo e a reflexão não encontram espaço para acontecer? Como os pais poderão ter acesso aos conhecimentos pelos quais são responsabilizados na educação dos seus filhos, se poucos estão disponíveis para oferecer isso?

Especialmente nos últimos tempos, a família sente a forte influência do contexto social, em relação à forma de ser e pensar dos filhos. O mundo contemporâneo globaliza técnicas, conhecimentos, descobertas e até formas de pensar, perdendo-se a individualidade, e validando muitas vezes a extrema flexibilidade dos comportamentos. Tudo pode ser aceito desde que satisfaça os desejos, sobretudo os de consumo. As novas mídias, principalmente a televisão e o computador, encarregam-se de seduzir os jovens com a apresentação de espetaculares imagens. Para muitos que estão construindo suas identidades isso é incontestável.

Se, por um lado, os avanços científicos aportam novos e positivos conhecimentos, sobretudo na área da saúde, por outro, não deixam de provocar insegurança nos pais, uma vez que os filhos passam a ter uma nova postura dentro do contexto familiar. Eles são possuidores de desejos, são valorizados como pessoas em desenvolvimento, com necessidades próprias a cada etapa que vivenciam; e os pais nem sempre sabem como responder a essas necessidades. Assim, apesar da gama de informações que recebem, suas dúvidas e insegurança vinculadas a como educar, se intensificam. Não obstante, suas responsabilidades como pais continuam sendo cobradas, na mesma proporção. Ser pai/mãe pressupõe, entre outros requisitos, fazer escolhas adequadas à satisfação das necessidades dos integrantes do grupo familiar, de forma que isso possibilite seu desenvolvimento.

Embora seja certo que novos conhecimentos outorgam melhor qualidade de vida às pessoas, torna-se igualmente difícil para os pais fazerem escolhas numa sociedade que se caracteriza pelas contínuas mudanças, ainda que estas sejam validadas cientificamente. A “ressignificação” de crenças, valores, formas de se

comportar não outorgam aos pais uma base sólida a que possam recorrer em caso de dúvidas a respeito de seus papéis e tarefas, especialmente aqueles relacionados ao estabelecimento de limites no comportamento dos filhos.

Em resumo, pode-se dizer que, no mundo contemporâneo, os pais precisam adequar-se a um novo contexto social e aí desempenhar suas competências. Isso constitui-se num desafio significativo que requer disponibilidade de tempo e de saberes, de forma a preparar os filhos para o futuro, para sua autonomia. Nesse contexto, as incertezas e, ao mesmo tempo, a necessidade de encontrar respostas para suas dúvidas, constituem-se no motivo principal que leva os pais a buscar ajuda profissional, seja por iniciativa própria ou, como tem acontecido na minha prática profissional, seja ao serem encaminhados pelos professores das escolas que seus filhos freqüentam.

Essas dificuldades experimentadas pelos pais, especialmente no que se refere a colocar limites no comportamento dos filhos se constitui no tema central em torno do qual este estudo se desenvolve. Considerando que essa problemática é parte integrante do exercício das competências parentais, torna-se imperioso criar um espaço onde os pais possam repensar a forma como desempenham seus papéis e suas tarefas no mundo de hoje; repensar as relações familiares na perspectiva dos diferentes sistemas onde o cotidiano se desenrola, especialmente as relações com seus filhos; enfim, criar um espaço para que os pais possam repensar as práticas de educação, uma vez que, segundo Biasoli-Alves (2004)², em geral, eles aprenderam a ser pais em uma outra realidade social, onde as transformações pareciam ser mais graduais.

A proposta contida neste estudo é exatamente a de criar esse espaço, onde os pais possam enfrentar “coletivamente” os problemas relacionados com a educação de seus filhos e reconstruir as representações que cada um tem a cerca de “ser pai”, “ser mãe” e “ser filho”. Ou seja, rever os próprios valores e desenvolver competências que possam dar sustentação à construção de um contexto familiar favorável ao desenvolvimento dos filhos.

Com base nessa problemática, este estudo é desenvolvido tendo por base as seguintes questões norteadoras e objetivos.

² Palestra realizada por Biasoli-Alves, Zélia em novembro de 2004, na Furg, Rio Grande/RS.

QUESTÕES NORTEADORAS

1. Como os pais exercem suas competências parentais especialmente no que tange a colocar limites no comportamento de seus filhos?
2. Quais os recursos da família para criar um contexto positivo para o desenvolvimento de seus filhos?

OBJETIVO GERAL

Problematizar, com os pais, o exercício de suas competências parentais, especialmente no que tange a estabelecer limites no comportamento dos filhos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar as preocupações dos pais em relação ao exercício de suas competências;
2. Identificar a rede social da família que, segundo a percepção das mães, dá suporte para o desempenho das competências parentais;
3. Identificar as forças da família que contribuem para o desempenho das competências parentais.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

A educação dos filhos é um tema que transita em diferentes áreas do conhecimento, envolvendo profissionais diversos tais como sociólogos, psicólogos, antropólogos, enfermeiros, assistentes sociais, médicos, entre outros, além da família que, de acordo com a maioria dos estudiosos, se constitui no ambiente privilegiado onde a construção do sujeito acontece prioritariamente. Segundo Deval (2001) a educação é um fenômeno transgeracional, atrelado ao processo de desenvolvimento humano, sendo fortemente influenciado pelas características do contexto e do tempo histórico em que acontece, desde o micro espaço familiar até o macro contexto social, cultural, político.

Assim como o desenvolvimento se desenrola desde a concepção do ser humano até a morte, a educação dos filhos é objeto de atenção dos pais ao longo da vida. É, portanto, um processo intimamente associado ao exercício das competências parentais. Dessa maneira, a educação dos filhos, as competências parentais e o desenvolvimento humano, são três dimensões indissociáveis do problema experimentado pelos pais que fazem parte deste estudo.

Na espécie humana, devido à extrema fragilidade dos filhos ao nascer, sua sobrevivência depende do cuidado dos adultos, uma vez que esses podem lhes propiciar a satisfação das necessidades básicas. Na atual sociedade, em geral, é a família que assegura a sobrevivência da prole, tornando-se, assim, o contexto natural para o desenvolvimento dos filhos e constitui-se na matriz da socialização de seus descendentes (OSORIO; ZIMERMAN, 1997; VITALE: apud CARVALHO,2000).

Do ponto de vista físico-biológico, o desenvolvimento está sustentado no atendimento de necessidades básicas dos indivíduos, as quais determinam as mudanças quantitativas e qualitativas. As mudanças de ordem quantitativa estão relacionadas às necessidades de ordem físico-biológicas (alimentação, abrigo) e seu atendimento evidencia-se no aumento de altura e peso, entre outros. Embora isso não garanta o desenvolvimento global do ser humano, certamente o integra, e sua satisfação circunscreve um desenvolvimento mais ou menos linear e previsível.

As mudanças qualitativas se processam integradas com as anteriores num processo global. Referem-se ao tipo, a estrutura e à organização do desenvolvimento de cada indivíduo. Essas mudanças, em geral, caracterizam-se por sua imprevisibilidade, uma vez que a satisfação das necessidades depende não só do cuidado dos adultos e da constituição físico-biológica de cada um, mas também, das características biopsicológicas dos indivíduos, assim como da influência do meio ambiente no qual estão inseridos (PAPALIA, 2000).

Dessa forma, o desenvolvimento da prole depende não apenas da satisfação das necessidades que promovem mudanças quantitativas, mas também dos contínuos cuidados dos adultos para com as crianças, os quais vão orientar qualitativamente o desenvolvimento delas. Cuidar, proteger e orientar são, portanto, tarefas parentais indissociáveis dos acontecimentos que ocorrem na vida das pessoas, e para as quais os pais, e não apenas os filhos, podem precisar de ajuda em algum momento de suas vidas. Os filhos necessitam dos pais não apenas para sobreviver, mas também para definir o rumo da trajetória desenvolvimental que estão construindo. Por seu lado, os pais precisam aprender a desempenhar seus papéis e tarefas, o que certamente não é fácil, mas que podem tornar-se mais difíceis, quando o mundo, no qual vivem, transforma-se de forma vertiginosa, como tem acontecido nos últimos tempos. Assim, é coerente afirmar que o desenvolvimento dos filhos é geralmente um processo vinculado à educação e o desenvolvimento dos pais.

Competências parentais

As competências parentais são definidas como sendo um *fenômeno multidimensional, vinculado aos múltiplos papéis e tarefas dos pais com o cuidado dos filhos*. Inclui ações parentais tradicionais, que especificam a responsabilidade dos pais com o cuidado dos filhos, as quais estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento destes, tendo como finalidade última torná-los adultos integrados ao contexto social e cultural a que pertencem. (LACHARITÉ, 2003; ZIMERMAN, 1999; PIAGGI GUARESCHI, 2004).

A palavra cuidada emerge dessa definição como sendo o denominador comum que permeia as ações parentais, tanto nos papéis como nas tarefas. Apesar dessa divisão entre papéis e tarefas, é importante considerar que ambos objetivam o bem estar e o desenvolvimento das crianças (LACHARITÉ, 2003).

Comportamentos socialmente aceitos, de acordo com a etapa de desenvolvimento em que se encontram as pessoas, instalam-se como o referencial que comunica sobre a eficácia, a positividade (ou a ineficácia) do exercício das competências parentais. É através do comportamento dos filhos que se pode avaliar como estão sendo desempenhadas as competências parentais (FISCHMANN E BIASOLI-ALVES, 2001)

Dos papéis

Os papéis, de uma forma mais ampla, são compreendidos como um conjunto de ações dos pais, que visam, de forma genérica, ao *cuidado e à proteção* dos filhos. *Cuidar e proteger* os filhos está, portanto, na centralidade dos papéis parentais. Não obstante, outros três papéis primordiais referem-se a: *educar, socializar e tornar-se companheiro de seu filho*.

Cuidado e proteção são entendidos como sendo as ações que desenvolve um adulto (pai ou mãe, ou ambos) com uma criança, com a qual tem uma relação específica de proximidade. Essas ações visam à proteção da prole contra as ameaças internas ou externas, que se fazem presentes no decorrer da vida do filho, as quais podem ser reais ou imaginárias, mas resultam de momentos de vulnerabilidade que todo ser humano experiencia, tais como desconforto, doença, fadiga (LACHARITÉ, 2003).

Cuidar e proteger os filhos envolve numerosas ações relativas a atenção, pensamentos e desvelo dos pais em relação aos filhos, assim como preservá-los do mal, defendê-los, auxiliá-los e ampará-los. Essas ações dos pais são orientadas para o êxito da *adaptação psicossocial* dos filhos, ou seja, para a socialização dos filhos (LACHARITÉ, 2003).

Embora os pais (ou a família) sejam os primeiros agentes socializadores dos filhos, isso não significa que sejam os únicos responsáveis por esse processo. É desde as primeiras interações familiares (socialização primária) que os filhos aprendem a estabelecer vínculos sociais de acordo com o modelo oferecido pelos pais, com base nos valores que esses aprenderam com sua família de origem. Mais tarde, na medida em que se desenvolvem, os filhos passam a interagir com o contexto extrafamiliar, e novos valores podem-se integrar ou substituir os anteriores (socialização secundária). A família, por sua vez, está influenciada pelos valores do contexto social mais amplo, o macrosistema, onde políticas sociais e econômicas

são estabelecidas como formas de regular o comportamento de determinada sociedade. “*O desenvolvimento e socialização da criança e problemas sociais da infância, são intrinsecamente associados às condições econômicas e sociais mais amplas*” (FISCHMANN & BIASOLI-ALVES, 2001).

Assim, o papel de socializador dos pais é vital para a construção dos sujeitos. Segundo Rappaport (1982), “*a socialização é o processo pelo qual as crianças adquirem comportamentos, atitudes, valores, considerados adequados pela cultura onde vivem*”. Como a própria definição contempla, os papéis sociais variam de acordo com cada cultura, contexto, e nível sócio-econômico-cultural por onde pais e filhos transitam.

Os pais são os agentes socializadores, fundamentais para seus filhos, pois ao serem eles as primeiras pessoas com as quais esses interagem, são também os primeiros a oferecer um padrão de comportamento para os filhos se identificarem. A dinâmica familiar, ou seja, a forma particular que adotam as famílias para educarem e se relacionarem com seus filhos, tornam-se fatores determinantes para a socialização dos filhos (RAPPAPORT, 1982).

São os adultos, com os quais as crianças passam longos períodos de tempo durante o dia, que lhes outorgam um padrão de comportamento para se identificar. Os professores fazem parte desse processo de socialização e suas características pessoais influenciam as crianças/adolescentes. Se o professor é uma pessoa compreensiva e empática com seus alunos, provavelmente a maior contribuição na socialização (desenvolvimento) das crianças é seu modelo afetivo e solidário de ser e se relacionar com os outros. A forma como a escola se relaciona com seus alunos implanta valores na educação dos alunos (PAPALIA,2000).

Educar não é somente um papel da escola; é fundamentalmente um papel dos pais com sua responsabilidade de acompanhar e incentivar os filhos nas aprendizagens da vida, ajudando-os no processo de desenvolvimento de suas capacidades, tanto as físicas, como as intelectuais e morais. É refletir juntos sobre o que acontece no mundo, sobre as mudanças que ocorrem na sociedade, escutar suas opiniões, debater suas certezas, questionar suas dúvidas, mostrar sua criatividade, e nossa expectativa sobre aquilo que está aprendendo. Educamos transmitindo nossos posicionamentos frente a questões de atualidade (de interesse). Educar é participar do processo de aprendizagem dos filhos, fazendo

trocas de experiências de vida, dos novos conhecimentos aprendidos, assim como dos novos valores sociais (FISCHMANN & BIASOLI -ALVES, 2001).

Já o papel de *companheiro dos filhos* está associado ao compartilhamento com eles de tarefas, sejam essas vinculadas à educação formal ou de lazer. Isso requer disponibilidade de tempo e presença assídua dos pais, para com os interesses dos filhos, em estreita dependência com as necessidades da etapa que estão vivenciando. Esse papel tem seu início na primeira etapa infantil, quando os pais brincam com seus bebês; mais tarde, quando os ajudam e orientam com os temas da escola, os acompanham nos esportes ou nas opções de lazer preferidas, de forma a serem considerados pelo filho como companheiros que lhe transmitem segurança, apoio.

Das tarefas

Segundo Lacharité (2003), as tarefas parentais são principalmente vinculadas “à dimensão afetiva”, de cuidar dos filhos. Estão associadas ao *cuidado físico, material, didático, lingüístico*. Em geral, essas tarefas propiciam segurança e conforto relativos a sentimentos subjetivos dos filhos, que podem representar um perigo (medo) interior para a criança, ajudando-a a reconhecer e conter as sensações e emoções que em determinados momentos podem parecer insuportáveis.

Assim, os pais precisam estar disponíveis para serem “continentes” das necessidades e angústias dos filhos, sobretudo nas etapas iniciais de vida, decodificando-as, transformando-as e dando um significado, um nome, aos sentimentos que os atemorizam. O significado e o nome dado aos sentimentos que invadem o filho é devolvido pelos pais com um outro significado, (decodificado) mais real, para que possam compreender suas angústias e assim tranquilizar-se. Essa tarefa é denominada de diferentes formas segundo os autores: *reverie* por Bion, *holding* por Winnicott (Zimmerman, 1999). Fica claro que esses autores a referenciam como a capacidade necessária dos pais para promover o desenvolvimento salutar dos filhos.

O *cuidado físico, material e didático* de Lacharité (2003), refere-se às ações concretas dos pais com relação ao corpo, à higiene, às doenças, à alimentação; ou vinculadas a nutrição, à saúde corporal do filho como um todo. Esse papel exige capacidade dos pais para criar possibilidades materiais e temporais que lhes

permitam cumprir com esse objetivo. Faz parte desse papel, ensinar ao filho como se realizam essas ações em acordo com a etapa de desenvolvimento em que se encontra. Esse processo de ensino dos pais visa à aprendizagem dos filhos para cuidar de si próprios, tornando-se uma tarefa didática que requer prática, disponibilidade e conhecimentos (informações, saberes) dos pais.

Dos “saberes” que sustentam as competências parentais

Os pais exercem suas responsabilidades com os filhos da forma mais adequada, segundo seus saberes. Por similitude, pode-se vincular o exercício das competências parentais ao que Winnicott (1985) denominou de “mãe suficientemente boa”. Neste caso, parafraseando sua idéia, podemos falar de “pais suficientemente bons”, ou seja, aqueles que provêem as necessidades dos filhos sem gratificar ou frustrar demais, de acordo com suas capacidades e possibilidades, oportunizando assim um desenvolvimento mais sadio (ZIMERMAN, 1999).

Dessa forma, as competências parentais requerem certos atributos ou informações que, em seu conjunto Lacharité (2003) denomina *saberes implícitos*, ou seja, os conhecimentos de que os pais precisam para o exercício positivo de seus papéis e tarefas. Esses saberes implícitos permitem aos pais organizar seus comportamentos em relação a suas responsabilidades com o desenvolvimento dos filhos. Possuir esses conhecimentos oportuniza aos pais as escolhas adequadas a cada situação em termos de *atitudes* (decisões), *estratégias mentais* (reflexão) e *ações verbais* (comunicação). Constituem-se no elemento que permite a satisfação adequada das necessidades dos filhos em cada etapa de vida.

Os saberes implícitos se sustentam, de certa forma, na crença de que os pais, pelo simples fato de terem filhos, passam a adquirir “magicamente” múltiplos conhecimentos de como cuidar deles ao longo de suas vidas. A extrema importância de um adequado exercício das competências parentais para o desenvolvimento sadio dos filhos, exige dos pais uma complexidade de saberes, difícil de todos serem cumpridos, pois nem tudo depende das capacidades/habilidades deles, mas também das oportunidades que encontra em seu contexto de vida.

Dessa forma as competências parentais são exercidas dentro de certas condições. Dois tipos de condições são consideradas: aquelas que facilitam seu

exercício e as que o obstaculizam. Entre as mais importantes condições facilitadoras estão as que se relacionam com a existência de um suporte social ao qual os pais possam recorrer na procura de respostas para suas incertezas. As que obstaculizam o exercício das competências parentais relacionam-se principalmente com as características do contexto onde as famílias estão inseridas, com a existência ou não de uma rede de recursos sociais, assim como as características pessoais de cada pai e de cada filho (LACHARITÉ,2003).

O isolamento social em que algumas famílias vivem, muitas vezes relacionadas com a insegurança social do contexto onde estão inseridas, não ajuda os pais no exercício das competências parentais. Ao restringir as interações fora do contexto familiar, eles terminam muitas vezes tomando decisões relativas à educação dos filhos, que se repetem através de gerações sem ser questionada a adequação ao contexto atual e as necessidades dos filhos. Desta forma, a aprendizagem como pais fica estagnada e as competências parentais, com poucas oportunidades de serem atualizadas.

Um outro obstáculo, sinalizado por esse autor, refere-se a acontecimentos inesperados, acidentais na vida das famílias, que podem estar representados por problemas com a saúde ou com o trabalho dos pais. Esses acontecimentos podem provocar a ausência do controle dos pais sobre suas próprias vidas o que torna incongruente exigir o controle do comportamento dos filhos. Em relação com os obstáculos, deve-se considerar também o grau de exigência que pode ser feito a cada um dos filhos, vinculado às características fisiobiológicas e psicológicas das crianças, pois, o que num primeiro momento pode aparecer como falta de responsabilidade ou de saberes dos pais, na realidade, relaciona-se ao respeito sobre a capacidade e limites dos filhos.

Portanto são os pais os que em última análise decidem o que as crianças necessitam na sua vida cotidiana, como forma de orientar e organizar suas condutas. Ser pais competentes não está atrelado somente a ser um pai cuidadoso, suas atitudes são também cobradas pela comunidade que pressiona e exige deles o cumprimento do exercício de suas responsabilidades. Dessa forma, segundo Lacharité(2003), os pais, para exercerem suas competências, devem levar em consideração e integrar, não só a cultura dominante de uma sociedade como também as normas e modelos das subculturas e as normas provenientes de suas famílias de origem. A complexidade se instala, quando não se pode integrar normas

aparentemente contraditórias, o que exige, para alguns pais, um complexo trabalho mental para equacionar, dar coerência e integrar as normas que irão guiar os comportamentos da família. Nesse sentido, é o uso dessas estratégias mentais que lhes oportunizam respostas, pois ao serem eles os que possuem o mais alto nível hierárquico da família, são também, da mesma forma, os responsáveis pela *autoridade* familiar e pela escolha e implantação de normas. Decidir o que é melhor para os filhos ou para a família requer também uma visão das conseqüências desse ato, com base no conhecimento que se tem dos filhos e do contexto (LACHARITÉ, 2003).

Ao mesmo tempo, para que os pais possam transmitir valores e normas, eles precisam *comunicar-se* com os filhos e com a rede social. A complexidade aumenta, pois a forma de comunicação muda ao longo do tempo em relação à etapa de desenvolvimento dos filhos, dos pais, e das mudanças que ocorrem no contexto social. A comunicação implica um ato verbal dos adultos com base em seus saberes, crenças e conhecimentos, originados de suas vivências e das experiências que os pais tiveram com cada um dos seus filhos e que de alguma maneira lhes permite conhecê-los (LACHARITÉ, 2003).

Assim as competências parentais mostram-se como um grande desafio a ser enfrentado pelos pais com o cuidado dos filhos, pois para cada papel ou tarefa, são requeridos conhecimentos específicos. Eles são imprescindíveis e sua origem encontra-se em diferentes contextos da vida dos pais: experiências, interações familiares e extra-familiares. Se a isso somamos as características dos contextos de cada família e as pessoais, de cada um dos pais e dos filhos, os saberes implícitos dos pais constituem-se "*numa colossal soma de informações referidas aos filhos e ao contexto o que lhes exige a realização de um grande leque de operações mais ou menos complexas*" (LACHARITÉ; 2003, p.3).

Os pais e o desafio da contemporaneidade

As influências das mudanças sócio-culturais e conseqüentemente, as novas normas e valores de como educar os filhos, colocam os pais na árdua tarefa de encontrar respostas para as necessidades dos filhos. Nesse sentido, Lacharité (2003) refere que, em muitas situações, mesmo os pais sentindo-se inseguros, quanto à melhor maneira de desempenhar uma dada tarefa, essa "fragilidade" não deve ser generalizada, pois pode ser compensada através da habilidade para

realizar outra tarefa, no processo de educar. Com esse cuidado, é outorgada aos pais, a possibilidade de demonstrar suas capacidades/habilidades e fortalezas em outras tarefas. Trata-se, portanto, de explorar as capacidades para o desempenho habilidoso em outros domínios, já que todos possuem capacidades e limitações.

Ser pais “suficientemente bons” (Winnicott, 1985) é atrever-se também a experimentar novos caminhos, novas idéias e formas de pensar que oportunizem o desenvolvimento dos filhos. Da mesma forma, rever saberes que podem ter sido considerados ultrapassados, adaptando-os à nova realidade familiar, caracteriza as habilidades dos pais para educar os filhos. É, pois, fazer uso de suas capacidades para exercer tarefas com competência.

O exercício das competências parentais é um grande desafio pela sua própria complexidade, sobretudo pela gama de saberes necessários para uma positiva parentalidade. Nem todos os pais têm as mesmas capacidade/habilidades e saberes para cuidar, proteger, desenvolver a afetividade e a socialização dos filhos. O que é certo é que todas as pessoas possuem capacidades/habilidades específicas para certas tarefas. Dessa forma, cada um dos pais pode realizar aquelas tarefas ou papéis onde são mais competentes, pois nenhuma delas é excludente da outra nem específica para ser realizada só por um dos pais (LACHARITÉ, 2003).

Considerando que os pais têm capacidades para enfrentar esse desafio do mundo contemporâneo com competência, torna-se necessário rever suas capacidades/habilidades, atualizando-as na solução dos seus conflitos presentes. A positividade de suas ações evidencia seu desenvolvimento como pais e a possibilidade de construir um contexto positivo, onde seus filhos possam ser educados com base a normas e valores que lhes garantam a adequação psicossocial, sua pertinência social no contexto onde estão inseridos. Em última análise, pode-se afirmar que o exercício das competências parentais promove o desenvolvimento de pais e filhos.

As dificuldades hoje, segundo Biasoli-Alves (2004), estão centralizadas na *adequação* dos saberes/conhecimentos dos pais que aprenderem a ser pais num outro tempo, numa outra realidade social. Essas dificuldades fazem referência à integração das “velhas formas de educar” com as novas que se instalaram recentemente, com as mudanças ocorridas principalmente, nos últimos 30 anos.

As transformações sociais têm sua origem no descobrimento de novas técnicas e conhecimentos científicos, que mudam a vida das pessoas, como ocorre, por exemplo, na área da saúde, com o descobrimento de novas vacinas e medicamentos que, além de outorgarem melhor qualidade de vida às pessoas, aumentam sua longevidade. O descobrimento de novas técnicas de comunicação (computador) globaliza o saber e facilita acesso ao mesmo. Assim, as novas descobertas povoam com novas informações o âmbito social, globalizam as informações e, até mesmo, o modo de ser e pensar dos indivíduos. A globalização das informações influencia e modifica o contexto social e, conseqüentemente, a família e seus integrantes. Novos comportamentos, resultantes dessas mudanças sociais, prescrevem novas formas de olhar o mundo, de pensar e se comportar (ZIMERMAN, 2000).

Segundo esse autor, a aceitação do novo não é algo fácil nos moldes tradicionais, mas as novas mídias responsabilizam-se por esse processo de adequação. Novas técnicas de apresentação, principalmente televisivas, encantam, principalmente aos mais jovens, com esplendorosas imagens, convidando a entrar nesse fascinante novo mundo. Assim, vão surgindo abruptamente, no decurso de poucas décadas, novos valores sociais, tal qual uma “epidemia”, mudando constantemente os padrões sociais e confundido pais e filhos quanto a suas escolhas de vida.

Entre esses novos valores estão: o consumismo, a individualidade, a excessiva permissividade, os excessos tanto de informação como de normas, a coleção de êxitos. Eles parecem validar a existência dos indivíduos, permitindo sua inserção social (Zimerman, 2001). Adaptar-se aos novos valores, às novas regras, às novas formas de educar requer tempo para refletir sobre as escolhas para assumir suas responsabilidades. Em geral, essa tarefa não é fácil para aqueles de quem é cobrada a responsabilidade pela educação dos filhos: os pais. E, como sinaliza Vitale (Apud Carvalho; 2000), um dos principais papéis: a socialização fica dificultada ante tantas mudanças e pouco tempo para refletir.

De modo geral, a família é influenciada pelas mudanças sócio-culturais contemporâneas. Novas formas de convivência e de acordos familiares são estabelecidas de maneira a garantir as uniões e os cuidados da prole. É comum observar, por exemplo, filhos de diferentes casamentos convivendo no mesmo

contexto familiar, com mães e pais exercendo duplo papel. Por outro lado, a mulher, exercendo seu direito, sai de casa para se habilitar no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a família procura adaptar-se, mudando a organização e a estrutura, recriando parâmetros na divisão de papéis, na forma de exercer autoridade e na concepção de educar. Muitas vezes, cada um dos pais vai exercendo as responsabilidades de acordo com seu tempo, sua disposição e sua capacidade de conciliar o trabalho e a vida familiar.

As interações familiares vão perdendo em termos de investimentos, pois seus membros já não têm tempo “disponível para o outro” e a divisão de papéis deixa de ser clara entre os integrantes da família. Dessa forma, obedecendo à valorização do consumismo, do “ter” em detrimento do “ser”, mais horas são ocupadas no mercado de trabalho, restando pouco tempo para compartilhar com a família. Isso contribui para fragilizar as interações e dificultar o desenvolvimento dos filhos.

Assim, as dificuldades dos pais para colocar limites no comportamento dos filhos estão vinculadas com as contínuas e rápidas mudanças sociais que se está vivendo nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, os valores, as formas de comportamento e de relacionamento das pessoas, influenciam os vários aspectos da vida social dos seres humanos e, especificamente, as relações entre pais e filhos (ZIMERMAN, 2001).

Novos estudos comprovam que as dificuldades dos pais com a educação dos filhos, muitas vezes se agravam, em decorrência desses novos arranjos. Breda (1999) realizou um estudo de caso, com o objetivo de compreender a dinâmica de funcionamento de uma família mono parental, constituída pelo pai e dois filhos, e dividida em dois subsistemas: o parental representado pelo pai e o fraterno, constituído pelos dois irmãos. Os resultados mostraram que não existe um nível hierárquico claro entre os subsistemas, pois os papéis e as tarefas não estão pré determinados. Dessa forma, a falta de definição sobre as responsabilidades de cada um dificulta o estabelecimento de limites e quando o pai é obrigado a tomar uma decisão, essa geralmente é calcada no autoritarismo, o que se transforma em um conflito geracional.

Outra das grandes dificuldades dos pais relaciona-se com sua queixa de que *os filhos não obedecem a suas sugestões* e fazem tudo o que desejam, o que deixa implícito a falta de uma autoridade adulta que lhes controle comportamentos. Os

pais não sabem o que fazer nessas situações, e terminam muitas vezes delegando para os filhos sua responsabilidade hierárquica de tomar decisões. Não se deve esquecer que os pais de hoje vivenciaram suas experiências como filhos com seus pais. Eles foram ensinados dentro dos preceitos de funcionamento das famílias tradicionais dos anos 50, muito influenciadas pelo autoritarismo, que se contrapõe à permissividade social de hoje.

Assim, dois pólos de como educar filhos constituem opções nas escolhas dos pais para educarem seus filhos. Por um lado, a permissividade de hoje. Por outro o autoritarismo onde muitos pais foram educados e onde a criança “não tinha voz nem voto”. Naquele contexto, as normas e valores de cada grupo familiar eram impostas pelos pais e deviam ser obedecidas sem discussão, pois essa era a forma como eles próprios foram educados. Assim, os pais eram considerados como possuidores da “verdade” incontestável.

Se as dificuldades dos pais se centralizam em não saber que decisão tomar frente à conduta inadequada dos filhos, resta pensar que não se instalou na família um nível hierárquico que outorga aos adultos o poder de decisão. Dessa forma, alguns pais passam a colocar na prática o que eles aprenderam: o *autoritarismo*, sendo essa a forma que alguns pais encontram para solucionar suas dificuldades com os filhos. Nessa situação, as interações familiares ficam dificultadas uma vez que o autoritarismo não reconhece diferenças e todos os filhos são tratados como iguais com a finalidade dos pais serem “justos”. Essa atitude nivela as crianças quanto a necessidades e capacidades, e complica-se ainda mais, quando não é levado em conta o estágio de desenvolvimento de cada um dos filhos. Muitas vezes, os pais, moldados pela ideologia da igualdade, não sabem quais são as necessidades de cada filho em particular e muito menos de como satisfazê-las. Nessa linha, as dificuldades dos pais constituem-se também em dificuldade para os filhos, uma vez que, ao serem investidos de valores de gerações passadas, esses sentem-se excluídos do convívio social e incompreendidos dentro do grupo familiar e de pares (PAGGI ; GUARESCHI, 2004).

A tarefa de educador dos filhos para um desenvolvimento que vise à autonomia dos mesmos, sempre foi considerada, no mundo ocidental, como uma das finalidades do exercício das competências parentais. Educar os filhos foi tradicionalmente entendido como uma tarefa de responsabilidade não só dos pais, também da escola. Hoje, a escola entende que sua responsabilidade de educar

crianças é apenas e nem sempre, uma continuação daquela começada no lar. É dos pais a responsabilidade pela educação dos filhos, tarefa que exige uma prática diária que envolve o acompanhamento, o diálogo, assim como a troca e argumentações, opiniões e reflexões, com o intuito de se conhecerem melhor. Isso facilita a compreensão por parte dos filhos do que é valorizado pela família, assim como a tarefa dos pais para orientá-los com base nos valores e normas adotados pela família, (FISCHMANN ; BIASOLI-ALVES, 2001).

A dificuldade dos pais também se origina na escolha dos “valores certos” para orientar os comportamentos familiares. Essa dificuldade está, mais uma vez relacionada com as recentes mudanças do macrosistema, uma vez que o contexto social relativiza o certo e o errado, pois tudo é permitido.

“Os estudiosos da natureza humana reconhecem que o entendimento do homem moderno repousa, entre outros, nos conceitos de incertezas, principalmente quanto ao conceito do que é verdade [...]” (Zimerman; p.23, 2000)

Assim, as incertezas tornaram-se algo “normal” no mundo contemporâneo e tudo o que foi valorizado no passado, hoje é questionado; resta perguntar, como se pode ajudar esses pais nas suas dificuldades de educar seus filhos? Torna-se necessário refletir que tipo de filho, de família ou, em última instância, qual é o ideal de sociedade que se deseja ter. É necessário aproximar-se mais das famílias para entender qual o conceito que elas têm de educar e como desempenham esse processo.

A aproximação com a família permite conhecer mais sobre sua dinâmica e a forma como são utilizados os saberes parentais, já que esses são fonte para o desenvolvimento de suas competências. Eles são importantes, porque se originam nos seus contextos históricos de vida, fazem parte de suas representações sociais, ou seja, são opiniões, idéias e crenças, que foram construídos e compartilhados com outras pessoas e que fazem referência a suas responsabilidades, ao que é ser pai/mãe, ser criança, influenciando fortemente o processo de viver dos filhos (PAGGI;GUARECSCHI, 2004).

Na medida em que esses conhecimentos são construídos, os diferentes contextos dos quais os pais recebem informações, influenciam, e, muitas vezes, mudam seu modo de pensar, direcionando o processo de viver dos filhos. Os filhos também recebem conhecimentos e informações externas ao lar. Na medida em que se relacionam com diferentes contextos sócio-culturais, recebem deles seus

valores, crenças e práticas que influenciam sua forma de pensar e agir. Nessa perspectiva, o direcionamento do comportamento dos filhos e suas escolhas são também influenciados pelos locais onde vivem, por amigos, escolas, clubes os quais lhes apresentam novos conhecimentos e valores para serem apreendidos e experimentados, colocando assim na prática aquilo que é valorizado pelos outros ou desaconselhado (BIASOLI-ALVES, Z.M. ET AL, 1977).

Nesta contextualização de indivíduo e meio ambiente, os pais defrontam-se com a complexidade com que se constituem as práticas das competências parentais, na medida em que, para cuidarem dos seus filhos, têm a responsabilidade de adequar os saberes construídos ao longo de suas vidas com as necessidades presentes dos seus filhos. Se essa sociedade muda rápida e constantemente, o que fica como “certo” muitas vezes é aquilo que se viveu por certo período de tempo e que permitiu sua assimilação uma vez que as mudanças foram graduais. A percepção das necessidades específicas de cada faixa etária, bem como sua satisfação, e que fazem parte do processo de se tornar adulto, continuam sendo de responsabilidade dos pais, embora esses conhecimentos sejam cientificamente novos e muitos pais os desconheçam.

Nesse *continuum* de informações e mudanças sociais, os pais sentem-se confusos e inseguros, experimentando sentimentos de não ser competentes. As novas formas de educar os filhos, muitas vezes, despertam nos pais medo do mundo externo, sobretudo nos pais de adolescentes sobre quem já não têm tanto “controle”. Ao mesmo tempo, sentimentos de ambivalência afetiva são freqüentes nos pais, uma vez que com a saída da mulher do lar para trabalhar fora, os papéis maternos, antes muito bem definidos, agora não o são mais, dificultando a transmissão de normas e valores aos filhos (ÂNGULO, 2002).

Outro aspecto importante relacionado às dificuldades dos pais para “estabelecer limites no comportamento dos filhos” é o não estabelecimento de fronteiras claras nas práticas dos papéis materno e paterno. Tradicionalmente, foi atribuída à mãe a responsabilidade pelo cuidado e pela educação. A mãe era vista como aquela que se dedicava integralmente aos seus filhos, muitas vezes em detrimento de seus interesses pessoais, uma vez que “devia doar-se” a essa tarefa, já que no imaginário social isso “deveria ser”, sua maior fonte de gratificação. Para o pai, era destinado o papel de provedor da família (PAGGI; GUARESCHI, 2004).

Os papéis podem ser re-vistos como opções dos pais, de acordo com suas necessidades atuais e se essas são satisfeitas com o trabalho de ambos fora do lar, os papéis também podem se adaptar. O ser humano é um ser cultural e, portanto, papéis pré-definidos tradicionalmente como é o caso da “maternagem”, que sendo um papel aprendido, pode ser compartilhado com o pai ou outras pessoas significativas para a família.

A violência está também relacionada com as competências parentais na medida em que sinaliza a necessidade dos pais de intensificar os cuidados dos filhos e a si mesmos dos perigos, permanecendo mais tempo no lar. O estreitamento dos laços afetivos nos relacionamentos familiares constitui-se num ponto positivo, uma vez que oportuniza um melhor conhecimento das necessidades de cada um dos integrantes, particularmente das crianças. Reconhecer as necessidades não significa consentir com todas elas. Isso se converte no ponto negativo dessa afetividade: quando ela se torna sem fronteiras entre o que é competência dos pais e necessidades dos filhos (ZIMERMAN,1999).

Embora a violência se manifeste em diversos níveis, seja na forma de violência urbana ou nas injustiças sociais, ela influencia diretamente as interações familiares, proporcionando maior contato físico entre os integrantes do grupo familiar. Este maior contato físico nem sempre significa conhecer melhor os filhos ou os pais, pois a presença parental relaciona-se com a qualidade das interações que se realizam no grupo familiar, envolvendo todos seus integrantes. Além disso, o fechamento da família no lar impede que novas e diversificadas interações aconteçam, dificultando o desenvolvimento do grupo. O desemprego, a miséria, a corrupção política, os desníveis sociais, a falta de assistência à saúde, são formas de violência que levam a família a procurar, cada vez mais, maiores meios de autoproteção, e isso interfere na liberdade de vida e na espontaneidade dos indivíduos (ZIMERMAN, 2000).

Muitas vezes, as dificuldades dos pais no exercício de suas competências, principalmente no que se refere à colocação de limites no comportamento dos filhos, estão diretamente vinculadas ao lugar que a criança ocupa em uma dada família. Quando ela se constitui na pessoa a quem não se lhe pode negar nenhum comportamento espontâneo para não ferir ou deformar sua personalidade, ela fica com o livre arbítrio para tomar as decisões acerca do que quer e de como os outros devem fazer por ela. Nesses casos, converte-se em “sua majestade a criança”

(Paggi e Guareschi, 2004; Zimerman, 1999). Vista dessa maneira, a criança torna-se algo idealizado, supervalorizado e o cuidado e a educação ficam restritos ao que a criança quer, e ao consentimento permanente dos pais no cumprimento dos seus desejos.

Essa dinâmica familiar, segundo Piaggi e Guareschi (2004), que reconhece “sua majestade a criança”, não auxilia no desenvolvimento dela, pois, nesse caso, as relações não são democráticas, uma vez que aos menores, sem experiências de vida, se lhes responsabiliza por escolhas e atitudes que não estão em condições de resolver. Por diversos motivos, muitas vezes, os pais se sentem com culpa frente aos seus filhos e fazem tudo aquilo que a criança quer. Essa supervalorização da criança é oriunda, muitas vezes, da falta de tempo para compartilhar experiências com os filhos. Sem saber como equacionar esse problema, os pais são permissivos ou então usam da compensação presenteando os filhos quando não estão podendo realizar alguma de suas tarefas.

Isso diminui momentaneamente a culpa dos pais, diz esse autor, e agrava os significados dessas ações, uma vez que os vazios emocionais de cuidado são preenchidos com objeto de consumo e esse significado é transmitido aos filhos e complica, mais tarde, o estabelecimento de limites no próprio comportamento. Assim, quando adolescentes ou adultos, sentem-se “carentes”, passam a repetir os comportamentos aprendidos em idades mais tenras, sem conseguir, muitas vezes, refletir sobre essas escolhas, adquirindo muitas vezes bens de consumo desnecessários ou exigindo dos demais, submissão a suas vontades.

Essas interferências relativas às contínuas mudanças de normas e valores verificadas nas últimas décadas, mudam a forma do comportamento dos pais, despertando neles os mais variados sentimentos, principalmente em relação a sua capacidade de educarem os filhos positivamente. Sem saber o que é certo ou errado e não contando com recursos que os ajudem a valorizar seus pontos positivos, as competências transformam-se em dificuldades com a educação dos filhos. No entanto isso não os absolve da exigência social como os responsáveis pelo comportamento dos seus filhos. A tarefa de mostrar os limites tem por finalidade o reconhecimento e o convívio harmonioso com os outros. Ela se realiza no seio familiar, pois é nele que as crianças recebem suas primeiras aprendizagens e valores de vida, preparando-se para suas posteriores experiências no meio social mais amplo (FISCHMANN; BIASOLI-ALVES, 2001).

A evolução histórica das interações parentais nos diversos contextos, a história pessoal e as pressões exercidas pelos filhos, em decorrência do que vêem e ouvem fora do lar, são fatores que ajudam no entendimento dos conflitos parentais acerca de como educar os filhos e orientá-los com base nas normas e valores morais que os ajudem no seu desenvolvimento (FISCHMANN; BIASOLI-ALVES, 2001).

Considera-se que as dificuldades dos pais com a educação dos filhos é multideterminada, então elas precisam ser examinadas na perspectiva da família e do contexto mais amplo em que eles vivem, do tempo histórico onde esta problemática se desenvolve, respeitando a unicidade de cada família, uma vez que esses fatores são interdependentes no processo de viver e de ser pais e filhos.

CAPITULO III

REFERENCIAL TEÓRICO

As interações vivenciadas pelas pessoas, nos diferentes níveis de seu contexto de vida, orientam o processo de desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Orientam, portanto, o desenvolvimento global dos filhos e, também, o processo de “tornar-se pai/mãe”, especialmente na forma como desempenham seus papéis, suas tarefas, como vivenciam seus problemas e necessidades e desenvolvem suas fortalezas e fragilidades. Assim, a dificuldade dos pais para colocar limites no comportamento dos filhos precisa ser compreendida a partir do exame das interações que esses experimentam de forma direta ou indireta, nas diferentes instâncias em que seu cotidiano acontece.

Este estudo desenvolve-se com uma abordagem que procura contemplar o exame dos múltiplos fatores/processos envolvidos no desempenho das competências parentais. Nesta perspectiva, a concepção de desenvolvimento humano sob uma abordagem bio-ecológica é a referência teórica a partir da qual busca-se alcançar os objetivos deste estudo, uma vez que este referencial possibilita um maior entendimento das relações dos sujeitos com o ambiente e, conseqüentemente a compreensão da problemática vivenciada no seio da família em relação às práticas desempenhadas pelas pessoas que protagonizam o processo de ser pai, ser mãe e ser filho, no tempo histórico em que este é vivido.

A abordagem bio-ecológica apresenta-se como uma nova perspectiva para a compreensão das competências parentais e dos problemas a elas associados, uma vez que se afasta da psicologia tradicional, na qual a ênfase para a resolução dos problemas pais-filhos é, geralmente, colocada na díade mãe-filho. Diferentemente, a abordagem bio-ecológica possibilita ao observador/pesquisador inserir-se no ambiente natural da família, estudando as interações vivenciadas pelos indivíduos, levando em consideração as características pessoais dos pais e dos filhos, do tempo e do contexto onde estão inseridos.

Para compreender essas interações que ocorrem entre as pessoas em desenvolvimento, faz-se necessário, segundo Brofenbrenner (2005), colocar-se o mais perto possível da realidade vivida pelos sujeitos. Aplicado a este estudo implica em examinar as dificuldades referidas pelos pais para colocar limites nos

filhos, resgatando as ligações entre os diferentes ambientes nos quais a família transita, a singularidade dos seus membros e o momento histórico em que vivem.

O modelo bio-ecológico

Segundo Bronfenbrenner e Morris (1998), o modelo bio-ecológico está estruturado em quatro núcleos principais: **Processo, Pessoa, Contexto, Tempo** (PPCT), os quais são interdependentes e dinâmicos.

O Processo é o elemento central do PPCT. Refere-se as interações recíprocas vivenciadas face a face pelas pessoas em diferentes contextos, ao longo de sua vida. Segundo Bronfenbrenner e Morris, (1998, p.996), constituem-se nos “principais motores do desenvolvimento”. Esses processos, nomeados por Bronfenbrenner como proximais, são exemplificados, neste estudo, através das interações que os pais vivenciam no cotidiano da vida familiar e em outros ambientes com os quais convivem diretamente. Pode-se citar, por exemplo, as interações que os pais estabelecem com outros pais, com amigos, com colegas de trabalho, com a equipe do Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental (AESM), onde este estudo foi desenvolvido, com seus filhos e demais familiares, com os vizinhos, amigos, professores da escola dos filhos.

Esses processos proximais definem a direção, tempo e espaço do desenvolvimento das pessoas, pois propiciam interações em diferentes contextos, envolvendo novas pessoas, objetos e símbolos e capacitando para a realização de interações progressivamente mais complexas. No que tange aos pais, para ocorrer o desenvolvimento é necessário que estes estejam engajados na realização de suas tarefas e de seus papéis com a educação dos filhos, motivados para novas experiências interpessoais. Além disso, para que essas interações cumpram sua função desenvolvimental, devem ocorrer por períodos prolongados de tempo, numa relação de reciprocidade e incluir os objetos e símbolos do ambiente, no seu devido tempo.

Esse engajamento ocorre, na medida em que as tarefas mais simples forem satisfeitas. No período adolescente, por exemplo, a necessidade dos filhos de contextualizar suas experiências junto aos pais acontece quando já foram

satisfeitas as necessidades de orientação de normas/valores que direcionam seus comportamentos, a partir de um sistema de crenças absorvido. Na medida em que os filhos crescem, eles vão formando suas opiniões e sua forma de ser, visando sua independência e enfrentam os pais para assegurar “suas verdades” e serem livres. Isso exige dos pais concepções claras dos seus valores de vida, que provêm das experiências vividas com a bagagem de conhecimentos e habilidades que essas lhes propiciaram e que os orientam nos processos proximais com seus filhos.

Ainda que isso seja um ponto controverso, não se pode deixar de salientar que os pais se constituem em referencial significativo e muitas vezes identificatório, para o comportamento dos filhos. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se cogitar que, à medida que os pais se engajam em atividades em outros ambientes além da família, estabelecendo interações diversificadas e mais complexas, as crianças, motivadas pelos comportamentos dos seus pais, passam a imitá-los, ampliando assim sua rede de relações.

A forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais são influenciados: pelas características do contexto onde as pessoas envolvidas estão inseridas; pelas características biopsicológicas de cada uma dessas pessoas; pelas mudanças e continuidades sociais, culturais e históricas que ocorrem. Dessa forma, as interações vivenciadas no Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental, entre os pais e, por exemplo, a mestrandia, podem ser consideradas como um dos processos proximais com repercussões sobre o desempenho das competências parentais.

As tarefas e papéis parentais serão facilitados ou não, de acordo com as características dos contextos onde as interações ocorrem. Nesse sentido, observa-se que nos contextos positivos como, por exemplo, famílias organizadas, com limites claros na execução de papéis, tarefas, interações estáveis e constantes, os pais demonstram maiores habilidades na educação de seus filhos. Estes contextos, com normas e valores pré-determinados, segundo Bronfenbrenner (1998), permitem aos pais transitar neles com maior liberdade e segurança. Assim o desempenho de suas competências é facilitado por esses “novos modelos” que oferecem aos pais a possibilidade de pôr em prática novas habilidades e capacidades, favorecendo o caminho para interagir com seus filhos, respeitando os estágios evolutivos dos mesmos.

Muitas vezes, fatores externos ao ambiente familiar como, por exemplo, a falta de segurança física, a violência intrafamiliar, a violência urbana, os problemas relacionados com o trabalho dos pais, assim como o estresse emocional ou físico, ou doenças características da sociedade contemporânea, vivenciados em algum momento, podem dificultar o desenvolvimento dessas habilidades parentais. Nessas circunstâncias, é possível que os pais não encontrem uma maneira apropriada para acolher ou orientar positivamente o comportamento de seus filhos.

Criar filhos não é uma atividade ocasional, transformou-se numa atividade complexa, que demanda dos pais períodos estáveis de tempo, na realização de tarefas que oportunizem aos seus filhos assimilar os padrões de comportamentos que possam constituir-se em base segura, uma referência para identificação. Ao mesmo tempo, é importante que os pais possam encontrar satisfação nas tarefas que realizam, como sendo algo significativo em suas vidas, uma vez que, motivados pelos êxitos alcançados na realização de suas tarefas, encontram-se mais incentivados para experimentar novas e mais complexas funções.

Pessoa, no modelo PPCT, refere-se às *características biopsicológicas* dos sujeitos em estudo, ou seja, as características particulares de cada mãe, que procura o AESM, de seus filhos, companheiros e de outros membros da família. Essas características incluem aquelas biologicamente herdadas, suas representações psicológicas e os comportamentos moldados a partir das interações com o meio (Silva M. 2003). Os comportamentos dos pais, que aprenderam ser pais numa outra época, precisam se adequar aos novos tempos e, muitas vezes, no decorrer de suas vidas, esses pais modificam sua forma de responder aos acontecimentos do cotidiano. Da estabilidade e das mudanças dessas respostas ao longo do seu ciclo vital, depende, também, seu desenvolvimento como pais.

As mudanças dos comportamentos, segundo Brofenbrenner (2005), são características próprias de cada etapa do ciclo vital e revelam potencial para desencadear capacidades para solucionar os problemas das etapas posteriores do desenvolvimento pessoal. As formas como os pais vão lidar com seus filhos, o engajamento na realização de suas tarefas e papéis parentais, bem como o caminho que vão seguir para executá-las, depende de suas características pessoais, as quais se manifestam como uma forma particular de reagir aos acontecimentos do cotidiano que identificam as famílias.

Assim, *características pessoais* influenciam fortemente os processos proximais e constituem-se em fonte de mudanças, uma vez que orientam a forma, a força, o conteúdo e a direção do processo de desenvolvimento. Isso pode ser observado particularmente no comportamento de algumas mães que participam deste estudo, as quais estão hoje, no seu segundo casamento. De acordo com seus depoimentos, no primeiro, elas foram, na maioria das vezes, pessoas submissas à autoridade do marido executando suas determinações, sendo que sua vida era preponderantemente restrita às atividades do lar. Com a separação conjugal, precisaram refazer suas próprias vidas, envolvendo-se em novas atividades e freqüentando novos contextos, onde conseguiram estabelecer novas e variadas formas de interações, novas experiências de vida, ou seja, vivenciaram outros processos que as ajudaram a se re-constituir como pessoas mais seguras de suas opções de vida e de suas responsabilidades.

O contexto refere-se ao ambiente ecológico, no interior do qual o sujeito está em constante interação. Compreende quatro níveis de influência ambiental, denominados, por Bronfenbrenner (1998) de microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. A relevância das interações, que se realizam nesses níveis ambientais, dependem do significado e da importância que os pais dão a esses ambientes, às pessoas, aos objetos e aos símbolos que aí se encontram.

O *microsistema* é o contexto onde as interações ocorrem “face a face”; é o nível ambiental mais interno, mais próximo, podendo ser definido como sendo :

“ [...] um padrão de atividades, papéis sociais e interações experienciadas diretamente pela pessoa, num determinado ambiente com características físicas, sociais e simbólicas que incentivam ou inibem o engajamento e a manutenção de interações de crescente complexidade” (Bronfenbrenner;1998, p.1013).

Essas interações dependem das forças e recursos com que contam as pessoas em interação. Neste estudo, o microsistema está representado especificamente, pelas interações que os pais experimentam com sua família, com seus filhos, na escola que seus filhos freqüentam, com os amigos, no bairro, no clube, no Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental, entre outros.

O *mesossistema* é constituído por um conjunto de microsistemas que cada pessoa freqüenta e pelas inter-relações que entre eles se estabelecem (Bronfenbrenner,1979/1996; apud Koller 2004).Cada um dos microsistemas

envolvidos no processo de viver das famílias, se influenciam mutuamente. Dessa forma, cada vez que os pais ingressam num novo ambiente, seu mesossistema se amplia, e novas interações acontecem, influenciando-se mutuamente. De certa forma, a multiplicidade de ambientes propicia a ampliação da visão de mundo e ajuda a promover o desenvolvimento, seja como pais ou como filhos.

Assim, os problemas vivenciados pelos pais no seu ambiente de trabalho influenciam seu modo de agir em casa com o grupo familiar. O ingresso em organizações religiosas ou filosóficas, como é o caso de duas mães deste estudo, possibilita-lhes repensar e reconstruir as concepções de educação de filhos e os objetivos de vida. Em geral os mesossistemas que prevalecem no grupo deste estudo estão relacionados com o lar, a escola, o clube de recreação nativista, os vizinhos, os familiares, os grupos comunitários, a igreja, o AESM.

O *exossistema* refere-se aos ambientes que, embora a pessoa não os freqüente como participante ativo, eles exercem uma influência indireta sobre o desenvolvimento. Esse nível ambiental é onde se realizam interações, nas quais podem estar presentes dois ou mais contextos, sendo que, em pelo menos um, os pais ou os filhos podem nunca ter estado presentes. Isso pode acontecer, por exemplo, no local de trabalho do pai, no grupo de mães desenvolvido neste estudo, onde as interações com os colegas, com outras mães, podem-lhes proporcionar novas informações, assim como também nas interações com amigos, irmãos (Bronfenbrenner et Morris, 1998; Bronfenbrenner, 2005).

Assim, indiretamente, esses contextos possibilitam mudanças nas interações pais e filhos, influenciando não só o desenvolvimento dos pais como também o dos filhos. Segundo Bronfenbrenner (1979/1996; apud Koller, 2004), três exossistemas são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, por sua influencia nas interações familiares. São eles, o trabalho dos pais, a rede de apoio social e a comunidade. Neste estudo, os contextos onde as mães procuram ajuda, a família expandida e os grupos comunitários de ajuda aos pais são exemplos de exossistemas com os quais algumas das mães deste grupo realizam interações proximais e recebem informações para solucionar seus problemas com a falta de limites no comportamento dos filhos. Isto provoca mudanças nas formas de pensar e de agir das mães, influencia nas interações com seus filhos, companheiros e família expandida promovendo o seu desenvolvimento como mãe, uma vez que

possibilita a essas a construção de um novo contexto familiar regido por normas e valores que orientem as condutas dos filhos.

O *macrossistema* está constituído por ideologias, formas de governo, valores e crenças, religiões, culturas e subculturas que fazem parte do cotidiano das pessoas e que as influencia no seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1998). Os pais, que fazem parte deste estudo, não só estão influenciados pela cultura de sua comunidade, do seu bairro, mas também pela forma de governo do país, pelas ideologias vigentes nele, pelos valores sócio-culturais. O sistema econômico de produção e consumo do país, a falta de empregos estáveis, influencia no viver cotidiano dos pais, na forma de ver o mundo e nas suas dificuldades para educar seus filhos para o futuro. Da mesma maneira a falta de políticas sociais e de saúde que contemplem a todos os cidadãos por igual, excluem, muitas vezes, as famílias dos seus direitos de desfrutarem de segurança e saúde básica para a convivência social.

O tempo é um elemento que se refere à dimensão histórica dos fatos vivenciados pelos sujeitos, ao longo da vida. Está diretamente vinculado ao significado que é atribuído a esses fatos, por parte de cada pessoa, no momento específico em que ocorrem. Dessa forma, o tempo tem uma característica definidora no PPCT, pois permite observar a periodicidade, as continuidades e as mudanças dos processos proximais (SILVA. M, 2003). Segundo Bronfenbrenner (1998), a trajetória do desenvolvimento humano é delineada não só pelos eventos que acontecem no momento atual de vida, mas, também, pelas influências histórico-sociais das interações realizadas através de sua rede de relações. Essas interações possibilitam, aos pais/filhos, mudanças desenvolvimentais, sempre que se lhes outorgue o tempo suficiente, para que possam ser refletidas e elaboradas. O significado atribuído aos fatos vivenciados ao longo das vidas dos pais, dessa forma, pode ser, re-elaborado ou confirmado pelas experiências atuais. O tempo se constitui na base que valida os outros elementos do PPCT, tornando-se sua influência decisiva para o desenvolvimento dos pais/filhos.

Neste estudo, a velocidade das mudanças ocorridas na sociedade, em termos de normas e valores, principalmente nas últimas décadas, influencia as interações dos pais com seus filhos, criando insegurança nas decisões. Sem saber, muitas vezes qual opção é a melhor para satisfazer as necessidades da família,

(autoritarismo, autoridade, permissividade), os pais terminam não exercendo suas responsabilidades e assim prejudicam o desenvolvimento dos filhos.

As dificuldades dos pais em dedicar espaço e tempo para educar seus filhos, também interfere na educação desses filhos e, neste estudo em particular, na compreensão do desenvolvimento dos pais para o exercício de suas competências. Propor, aos filhos, tarefas a serem realizadas no ambiente familiar, na presença dos pais, como pintar, recortar, colar, estruturar uma história, escutar histórias, pular, correr, ver televisão, ajudar a fazer os temas escolares, facilitam a reciprocidade nas interações e, conseqüentemente, maior compromisso entre ambos. Os êxitos alcançados nessas atividades, nas quais o contexto é facilitador, levam pais e filhos a interagir com mais facilidade na solução dos problemas, pois possibilitam conhecer melhor as necessidades de cada um, a forma como pensam, as justificativas para as orientações que dão. Ao mesmo tempo, possibilitam que ambos conheçam as preocupações e as exigências que os envolvem.

O modelo PPCT é uma estrutura que ajuda a compreender o processo de desenvolvimento humano. No caso deste estudo, quando Bronfenbrenner fala de desenvolvimento humano estamos considerando que se trata, especificamente, do desenvolvimento das competências parentais, de forma que os pais possam mostrar os limites que possibilitam ao filho delinear uma trajetória desenvolvimental normativa. Assim, é coerente dizer que a competência parental é o resultado desenvolvimental esperado a partir da realização deste trabalho com o grupo de mães. Essa dimensão do processo de desenvolvimento humano pode ser avaliada a partir da percepção dos próprios pais acerca das mudanças que identificam neles mesmos. Já, no âmbito da família, o resultado esperado é a motivação para a construção de um contexto positivo para o desenvolvimento de todos os seus membros.

A partir da síntese dos principais conceitos imbricados na abordagem bio ecológica, depreende-se que os seres humanos crescem e se desenvolvem a partir das interações recíprocas com os contextos vivenciados ao longo de suas vidas. Dessa forma, uma família que estabelece interações com sua rede social oportuniza relacionamentos variados e significativos para o desenvolvimento de seus membros, incluindo pais e filhos. Nas interações que cada um dos integrantes do grupo familiar experimenta, nesses diferentes contextos, novas idéias, normas, valores são experimentados, influenciando seu modo de ser. Se essas interações

forem realizadas de forma regular, podem propiciar aos pais o amadurecimento emocional, cognitivo e social, de que necessitam para desempenhar-se na árdua tarefa de mostrar aos filhos os limites necessários para a convivência no mundo em relação com outras pessoas.

Da mesma forma é possível pensar que pais com maior competência social consigam resolver com menor dificuldade e de uma forma mais efetiva e positiva os problemas com a educação de seus filhos. Os pais com essas habilidades possibilitam aos filhos o desenvolvimento de competências sociais adequadas, segundo a pesquisa de Silva A, (2000). Esta autora estuda os problemas de comportamento e relaciona os comportamentos socialmente adequados dos filhos com as habilidades sociais educativas dos pais. Sua pesquisa confirma também que pais com maiores dificuldades nos relacionamentos interpessoais, reconhecem problemas de comportamento em seus filhos.

Nesse sentido, os pais continuam sendo as pessoas base para o desenvolvimento infantil, com a tarefa de observar e guiar as atividades dos seus filhos, de respeitar e estimular suas habilidades, a fim de que as complexidades de seus afazeres sejam um problema que as crianças tentem e possam solucionar. As respostas positivas que lhes são fornecidas pelos pais facilitam o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidades com conseqüências positivas em termos de auto-imagem e auto-estima. Em suma, convertem-se em importante referência para estruturação das personalidades.

Com base em Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 2005; Bronfenbrenner & Morris, 1998), o ambiente aparece como co-responsável pela forma como os pais satisfazem as necessidades dos filhos e, também, pelas dificuldades ou facilidades que encontram para desempenhar seus papéis e suas funções. Da mesma forma, os pais se constroem como pais a partir das interações com seus filhos, as quais se desenrolam influenciadas pelos mesmos elementos: suas características biopsicológicas, o contexto e o tempo.

As dificuldades dos pais para decidir o que pode ser melhor, em termos de educação, para seus filhos, é algo que precisa ser compreendido a partir da interdependência entre as experiências que estes vivenciam, tanto nos espaços físico, intelectual, sócio-emocional, artístico e principalmente motivacional, as quais compõem seu acervo de conhecimento, e de competências (Bronfenbrenner, 1998). Ajudar os pais a construir interações melhores com seus filhos implica,

portanto, em atribuir valor, significado a esse conhecimento que construíram até então.

O exercício das competências parentais implica numa reflexão crítica sobre as experiências como pais, o exame dos benefícios que tiveram no desempenho das responsabilidades e da vinculação com os problemas que hoje apresentam, especialmente, nas dificuldades de estabelecerem limites no comportamento dos filhos. Muitos fatores, tais como mudanças sociais, certamente contribuem para que os pais sintam suas necessidades e dificuldades. A identificação de suas necessidades, assim como os recursos de sua rede de apoio social convertem-se no elo fundamental para que os pais possam desempenhar os papéis e as tarefas de forma a criar um contexto positivo para o desenvolvimento dos filhos.

CAPITULO IV

METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo, de caráter educativo, cuja finalidade foi repensar a relação entre pais e filhos na tentativa de ajudar os primeiros no desempenho de seus papéis e tarefas. Trata-se de um estudo que partiu do pressuposto de que o desenvolvimento ou resgate das capacidades e habilidades dos pais é uma questão central para um processo de intervenção que visa a contribuir para o exercício efetivo das competências parentais.

Sujeitos do estudo

Cinco famílias, representadas pelas mães ou responsáveis, integraram este estudo. Três delas são mulheres que utilizam o serviço de enfermagem do Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental, do Hospital Universitário/FURG, há cerca de um ano, tendo sido encaminhadas a este serviço através dos professores das escolas onde seus filhos estudam. Duas foram por elas convidadas. Os motivos do encaminhamento foram, predominantemente, as dificuldades dos filhos em termos de ajustamento à vida escolar, manifestadas através de comportamento agressivo, baixo rendimento escolar e conflitos familiares, entre outros. Os pais ou responsáveis participaram deste estudo apenas de forma indireta, através do compartilhamento das experiências das mães, mas serão considerados nas interações familiares, sendo apresentados e descritos em cada uma das famílias que as cinco mães representam.

Dentre as razões para a não participação direta dos pais, estiveram: a incompatibilidade de horário entre as atividades desenvolvidas com as mães no AESM e o emprego de três deles; o não envolvimento do pai nos problemas escolares do filho, em situação de separação do casal; e o compromisso, alegado por outro, de que precisa assumir o cuidado da casa, enquanto a mulher comparece ao AESM.

Descrição das famílias

O grupo deste estudo foi composto por cinco mães que representam suas famílias. Cada família foi identificada pela inicial “F”, seguida de uma numeração de 1 a 5. Da mesma forma, as mães foram representadas pela letra “M”, seguida de um algarismo entre 1 e 5, que corresponde à mesma numeração da família à qual pertence. Ou seja, a mãe M1 pertence à família F1. Esta codificação foi utilizada para salvaguardar a identidades das famílias e das mães.

Família um (F1): é constituída por um casal: M1 e seu segundo marido; e três filhas dela, com as quais compartilham o mesmo espaço físico do lar. M1 é filha de pai autoritário e mãe submissa. Casou pela primeira vez aos dezoito anos, com um homem que pertencia ao exército, do qual se separou anos mais tarde e passará a lutar sozinha, durante vários anos, pela sobrevivência. Desse primeiro casamento nasceram dois filhos, uma filha, hoje, com 20 anos, que mora nos fundos de sua casa e um filho, de vinte e nove anos, com o qual não tem relacionamento e que mora em outro Estado da região sudeste do país. Seu segundo e atual matrimônio é com um homem vinte anos mais jovem, operário, e de quem teve duas filhas, hoje com doze a quatorze e 14 anos respectivamente. Na penúltima entrevista do grupo de estudo, nasceu uma neta, filha de sua filha de vinte anos com seu atual companheiro. O grau de escolaridade da família é baixo, sendo que M1 não conseguiu concluir a educação básica. Suas filhas de doze e quatorze anos freqüentam a escola pública e estão cursando o ensino básico. M1 trabalha nos afazeres domésticos e, muitas vezes, para complementar ou ajudar no orçamento da família realiza atividades autônomas com a venda de material de limpeza ou com faxinas, em casas nas quais é recomendada. O local de moradia situa-se na periferia da cidade de Rio Grande, entre a cidade e o balneário Cassino, a poucos quilômetros de distância de qualquer um destes pólos. O local caracteriza-se por estar constituído por um pequeno aglomerado de casas, cercadas por propriedades dedicadas, geralmente à pecuária. A casa da família fica perto da estrada estadual, o que garante à família um bom serviço de transporte coletivo (ônibus).

Família dois (F2): reside próxima à Família um, sendo que as mães são amigas. Por isso, M2 convidou M1 a participar deste estudo, já que F1 não era usuária do AESM. F2 está constituída pelo casal M2 e seu marido, e uma neta de

doze anos da qual se fizeram responsáveis pela criação desde o nascimento. O casal tem só uma filha de vinte e nove anos, que mora perto da casa dos pais e que hoje está vivendo sua segunda união. Essa filha teve por sua vez, duas filhas, uma com seu primeiro companheiro, quando tinha quinze para dezesseis anos e que hoje mora com os avós maternos; e uma outra, com seu atual companheiro, de quatro anos de idade, que convive com pai e mãe (genro e filha de M2). M2 é filha de pais residentes no interior do Estado, tem mais dois irmãos homens e possui, com toda sua família de origem, incluindo os pais, um ótimo vínculo afetivo, apesar da distância física, pois todos moram no mínimo a sessenta quilômetros de distância. A ocupação de M2 centra-se nos afazeres domésticos, mas ainda, colabora com o orçamento do lar, trabalhando como costureira no tempo que as vezes lhe resta. O marido é aposentado por doença pulmonar, mesmo assim, cuida de um campo e dos bois e cavalos do “seu patrão”. Muitas vezes, o casal, segundo suas necessidades e possibilidades, se revezam nos afazeres dos quais são responsáveis. O grau de escolaridade da família é baixo e M2 freqüentou muito pouco tempo o ensino básico. A neta, hoje com doze anos, freqüenta a mesma escola pública que as filhas de M1 e está cursando o ensino básico. O local de moradia situa-se na zona sub-urbana de Rio Grande entre a cidade e o balneário, o que lhe confere as mesmas características da F1. Essa proximidade física das casas das famílias F1 e F2, além de propiciar a mesma escola, fortaleceu laços de amizade entre as pré-adolescentes e entre as mães.

Família três (F3): é constituída por M3, com vinte e três anos, tia de um adolescente de dezesseis anos, que foi encaminhado pela escola ao AESM. M3 é separada, tem um filho de oito anos. Fazem parte da família também os pais dela. Seu pai aposentou-se como operário e sua mãe, além de cuidar do neto e organizar as tarefas do cotidiano no lar, trabalha como autônoma, fazendo faxinas, o que colabora para o bem-estar da família. M3 estuda e está terminando o ensino básico, como preparação para encontrar algum trabalho que a ajude na sua subsistência. Separou-se do seu companheiro há mais de cinco anos e ocupa-se do filho, ajuda nas tarefas do lar e integra o grupo de mães deste estudo por ser, dentro desse grupo familiar, a pessoa que tem maior disponibilidade de tempo para isso. Sua irmã, mãe do sobrinho, não se responsabilizou pelo cuidado do filho e está no segundo casamento. Mora perto, com seu companheiro, mantendo um pobre vínculo

parental com o adolescente. Dessa forma, as tarefas relativas à educação formal do sobrinho ficam sob a responsabilidade de M3 e dos seus pais. A família mora num subúrbio da cidade, o qual se caracteriza pela pobreza econômico-social, com escassa rede de transporte coletivo para o deslocamento da população. O sobrinho está freqüentando o ensino básico e, além de fazer parte da banda musical da escola, hoje integra um projeto “Agente jovem” da Universidade o que, segundo M3, parece que o está ajudando em suas dificuldades. Seu sobrinho participa do programa do AESM desde os 5 anos de idade. M3 não tem amigos e pouco interage com outros contextos, preferindo ficar calada, a maior parte do tempo.

Família quatro (F4): é constituída por M4, 36 anos, seu segundo marido e a filha de dez anos de idade. É irmã de M5, que também participa deste estudo. Embora morem em casas separadas, compartilham problemas, alegrias, conflitos e dificuldades, relacionando-se muito bem. Grande parte do tempo de vida de M4 e M5 são passados juntos. M4 dedica-se aos afazeres domésticos e à educação da filha, não realizando nenhum tipo de atividade no mercado de trabalho; mas exerce uma atividade “humanitária”, ajudando na solução dos problemas ou dificuldades que amigos e sua família expandida possam ter. Seu marido é caminhoneiro e transporta mercadorias dentro dos limites do município. Como é autônomo, permanece muitas horas fora do lar, esperando no seu ponto de estacionamento pelo cliente que lhe conceda uma carga para levar. É um trabalho de risco, levando em conta que não existe um contrato prévio que garanta seu ganho econômico. Por isso, é necessário que fique o maior tempo que puder no seu “ponto” de trabalho, no centro da cidade, à espera de trabalho (de transporte). Os pais e irmãos de M4 moram perto de sua casa. A presença de M4 na casa dos pais é diária, pois perduram, ao longo do tempo, laços muito fortes com a família estendida. Os pais de M4 ajudam afetiva e economicamente, pois o pai tem uma boa aposentadoria do seu trabalho como operário do governo, o que garante um ganho seguro por mês lhes permitindo organizar as necessidades econômicas. A educação de F4 é baixa, sem o ensino básico completo. A filha do casal tem dez anos, foi adotada por M4 e seu marido logo que nasceu. Atualmente está cursando o ensino básico. A família F4 mora num bairro da cidade, de classe sócio-econômica predominantemente pobre, a pouca distancia do centro da cidade e com transporte coletivo.

Família cinco (F5): é constituída por M5, seu marido e seu filho de dois anos e seis meses. Como foi descrito anteriormente, M5, muitas vezes, exercita seu papel de mãe com sua sobrinha de dez anos, filha de M4, pois a pouca distância física que as separa, unida ao forte relacionamento afetivo das irmãs, possibilita que na prática, ambas exercitem os papéis de mãe nos dois contextos familiares. M5 dedica-se aos afazeres domésticos e à educação do filho. Algumas vezes, para complementar a baixa renda da família e para não pedir dinheiro ao seu pai, M5 trabalha como faxineira. O marido de M5 é ajudante de uma oficina mecânica da cidade. M5 termina, neste ano, o ensino médio. Seu marido tem o básico incompleto e seu filho permanece em casa ao seu cuidado. O local da moradia da família F5 fica próximo aos dos pais de M5 e da casa de M4, o que proporciona um compartilhamento das experiências do cotidiano dessas três famílias (F4, F5 e seus pais, que moram com seus outros irmãos). O bairro e suas características coincidem com o descrito para a família F4.

Local onde o estudo foi desenvolvido

Este estudo foi desenvolvido no Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental (AESM), que faz parte do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa Junior, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, em Rio Grande/RGS. Este Ambulatório foi criado em 1993, estando desde então vinculado ao Departamento de Enfermagem, da FURG, uma vez que serve de campo de estágio para os acadêmicos do Curso de Enfermagem. Em sua gênese, representa um espaço onde os docentes e os discentes da Universidade procuram responder à necessidade de adequação do processo de formação profissional em consonância com a Política de Reestruturação da Saúde Mental, vigente no Estado de Rio Grande do Sul, desde 1992.

“Desde sua implantação, o trabalho desenvolvido neste ambulatório, está fundamentado na idéia que os problemas que levam as pessoas e as famílias a buscar ajuda profissional têm sua origem, justamente, nas interações que elas protagonizam em diferentes contextos que direta ou indiretamente influenciam seu viver, desde o micro contexto familiar até o macro contexto social, político, econômico e cultural. Sob esta perspectiva, o tipo de assistência prestada neste

ambulatório é definida a partir das necessidades de cada uma das famílias usuárias desse serviço, considerando a identidade do contexto onde elas estão inseridas” (SILVA, 2005).

Este ambulatório atende famílias residentes no município, sendo que a maioria é encaminhada pelas escolas públicas, onde os filhos estudam. O trabalho com as famílias foi desenvolvido através de consultas de enfermagem. Embora seja um ambulatório específico da enfermagem, o fato de estar sediado em um Hospital Universitário, facilita a integração com vários outros serviços como pediatria, serviço social, serviço de psicologia, entre outros. Desta forma, o desenvolvimento desta dissertação no AESM, tem um caráter de complementaridade, uma vez que representa mais uma possibilidade de integração entre duas áreas indissociáveis do trabalho com famílias: enfermagem e psicologia.

Este é o segundo grupo de mães desenvolvido neste Ambulatório. O primeiro ocorreu no ano de 2003, com a participação somente de enfermeiras, doutorandas, vinculadas aos Departamentos de Enfermagem, da FURG e da UFPEL. Este segundo grupo, tem a participação, além da mestrandia, de acadêmicos e professores do Departamento de Enfermagem. Este estudo faz parte das atividades do referido Ambulatório, as quais são implementadas sempre que os recursos humanos possibilitam.

Trabalho desenvolvido com as mães

O trabalho desenvolvido junto ao grupo de mães foi orientado pela adaptação dos princípios de avaliação e intervenção centrado na família, referidos por Dunst, Trivette e Deal (1994). Em síntese, esses podem ser assim explicitados:

- Para ajudar os pais a desempenhar suas competências parentais de forma satisfatória é importante que o trabalho junto com a família tenha como foco suas preocupações, suas necessidades, assim como seus projetos de vida.
- Para desenvolver ou aprimorar a capacidade de encontrar respostas para suas necessidades com relação à educação dos filhos, é importante identificar e mobilizar as “forças” da famílias

- Para ajudar os pais a desenvolver suas competências parentais é importante avaliar e dar ênfase na consolidação e utilização de sua rede social.
- Para ajudar à família a tornar-se mais autônoma, satisfazendo as necessidades dos integrantes, é importante que se reforcem as competências/habilidades desses, mobilizado-as, atualizando-as e consolidando-as como recursos internos que permitem solucionar as próprias necessidades.

A partir desses princípios, o trabalho com as mães esteve comprometido com a problematização de suas preocupações, necessidades, habilidades/capacidades, assim com os recursos de sua rede de apoio social e de suas forças. Trata-se, na verdade, de um trabalho que deu continuidade ao propósito do AESM, o qual foi desenvolvido através de dez encontros individuais e cinco coletivos.

O número de encontros não foi previamente estipulado. Foram acontecendo de acordo com as necessidades do grupo, levando em consideração o objetivo do estudo. Os encontros individuais tiveram a finalidade de complementar informação que, por serem geralmente de fórum íntimo das famílias, não tinham condições de emergir nos grupos. A duração dos encontros foi de aproximadamente duas horas, estendendo-se, em duas oportunidades por três horas (os de grupo).

Ambos os encontros, individuais e coletivos, focalizaram os problemas que as famílias tinham com o cuidado dos seus filhos. Neste momento, as preocupações das mães foram identificadas segundo suas prioridades, das mais às menos críticas. São consideradas como as mais críticas aquelas que inviabilizam a satisfação de outras necessidades. Nesta etapa do estudo se fez necessária uma reflexão com o grupo, dos conceitos que as mães têm a respeito do que é cuidar dos filhos, assim como o significado dado ao termo família. Foi feito, também, em cada um dos encontros, uma leitura do contexto em que essas famílias vivem e interagem, pois ele permeia suas ações e modos de pensar.

Seguindo a ordem pré-estabelecida pelos princípios-guia e, respeitando o limite de tempo desta pesquisa, tanto nos encontros coletivos como nos individuais, foram identificadas as necessidades que as mães tinham para satisfazer suas preocupações. As necessidades passaram a se converter no foco dos encontros,

juntamente com os recursos e a rede de apoio social, com que as mães contam para solucionar sua problemática.

As habilidades e capacidades foram ressaltadas e confrontadas com experiências passadas positivas. Sua identificação é, assim, consequência de atitudes tomadas num outro momento de suas vidas e que satisfizeram suas necessidades, melhorando suas vidas. Nos encontros, o foco foi colocado naquelas experiências às quais os pais outorgam um significado positivo, pois é nelas que se consolidam as forças e potencialidades para o exercício das competências. As forças internas de cada uma das participantes, a promoção de fontes de apoio informal e a consolidação da rede de apoio social constituíram-se também em determinantes, para conseguir responder às demandas dos filhos, já que fazem parte fundamental no processo de mudança dos pais. Favorecer sua utilização, incentivar o uso de suas capacidades/habilidades na solução dos problemas atuais, permitiram-lhes exercer suas competências e, assim, se tornarem mais autônomos.

ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Primeiro encontro coletivo

O primeiro encontro com o grupo de pais escolhidos, teve a finalidade prioritária de promover a apresentação dos integrantes e buscar uma aproximação. Secundariamente, foi realizado o recolhimento de dados de identificação dos seus integrantes, assim como estabelecida a disponibilidade de horário para as atividades e tratadas questões relativas a dificuldades de acesso ao serviço, delimitação do local; horário; datas dos encontros, assim como a leitura e a assinatura de Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

Neste encontro, foi esclarecido o trabalho a desenvolver, assim como os direitos dos participantes quanto às informações recolhidas, ao respeito ao anonimato dos mesmos, com a finalidade de resguardar os aspectos éticos da pesquisa.

Segundo encontro coletivo

No segundo encontro com o grupo de pais, foram levantados e discutidos, entre os participantes, os problemas que os preocupam em relação à educação dos seus filhos. Sem encontrar uma solução para suas preocupações, as mães iam falando sobre o comportamento dos filhos, as particularidades de suas interações tanto no contexto familiar como nos outros contextos que fazem parte do microsistema. As mães iam-se pronunciando de acordo com suas dificuldades em colocar limites aos filhos, interagindo entre si, quando se questionavam e comparavam umas com as outras, a respeito das características dos comportamentos dos filhos e da influência destes comportamentos pelos diversos contextos, inclusive pelos valores do macrosistema. Algumas mães ficaram em silêncio enquanto outras falaram de suas experiências, resultantes das interações em outros contextos e da rede social que as ajudou nas dificuldades. O silêncio de algumas mães denotava, na sua atitude postural, um envolvimento com o pensamento, com a reflexão, enquanto a de outra (M3), expressava a dificuldade de interação, como responsável pela educação do sobrinho.

Terceiro encontro coletivo

Este encontro focalizou as capacidades das mães, a partir do pressuposto da existência de ações positivas que minimizam os problemas com os filhos e que as mães realizam no seu dia a dia. O objetivo, neste encontro, foi esclarecer para as mães que, embora existam problemas e dificuldades com o comportamento dos filhos, o que deve ser priorizado é o que se faz de positivo. Ao problematizar junto aos pais, suas dificuldades para colocar limites nos filhos, considerou-se de suma importância focalizar as capacidades dos pais, pois não se pode ajudar julgando e olhando só o negativo. Temos que considerar também que, a pesar dos pais terem problemas para colocar limites no comportamento dos filhos, nem todas as suas atitudes são negativas. Neste sentido, algumas mães refletiram sobre ações parentais que tinham minimizado os problemas com seus filhos, o que deixava claro suas capacidades; enquanto outros refletiram em associação com épocas passadas de suas próprias vidas, levando a rever os conceitos de autoridade, de filho, de mãe e de pai, associados às características dos integrantes de sua família. Elas se colocaram no tempo passado, lembrando-se de quando eram

crianças. Para algumas mães, isso as trouxe ao presente e ao seu aprendizado nos diferentes contextos de vida, colocando assim suas experiências positivas ao dispor das outras mães.

Primeiros cinco encontros individuais

Posteriormente, foram realizados *cinco* encontros individuais, um com cada mãe de cada família, para escutar aquelas dificuldades que não puderam ser expostas no grupo. Existem temas que as mães consideram muito íntimos e desejam guardar esta privacidade. Talvez um argumento válido para tal posicionamento seja o curto espaço de tempo, por motivos do próprio estudo, em que as mães interagem, o que não oportunizou o tempo necessário para se construir relações de confiança mútua entre as mães. Uma outra argumentação, está delineada pelas características pessoais de algumas mães, que não querem ver-se expostas a mais críticas e cobranças que aquelas que elas mesmas já se fazem como mães e, muitas vezes, também com respeito à família. De qualquer forma, ajudar as mães é empatizar com suas necessidades, de forma que estes encontros individuais se fizeram, respeitando as preocupações e as necessidades das mães.

Quarto encontro coletivo

Este encontro teve por objetivo avaliar os recursos com que as famílias contam para solucionar seus problemas de colocar limites nos filhos. As mães contam assim suas experiências de vida e trazem a resolutividade da rede social, ou também a falta dela, tanto da formal como da informal. Percebe-se, nas falas das mães, que muitas vezes a resolutividade da rede de apoio é decorrente da capacidade de ir à procura de ajuda e aceitá-la. Não obstante isto possa ser uma realidade do contexto, ou uma característica da mãe, também aparece com clareza, em algumas falas, a falta de resolutividade desta rede, mesmo a mãe indo procurar ajuda em diferentes contextos do microssistema, tanto formal como informal. Isto permite avaliar o modo de funcionamento familiar, e do contexto.

Quinto encontro coletivo

Neste quinto encontro continuou-se trabalhando os recursos das famílias, mais dirigidos para as capacidades/habilidades das mães em escolher uma atitude que lhes possibilite solucionar seus problemas. Isto implica em atrever-se a interagir com novos contextos e receber novas informações, que serão ou não testadas como novas formas de educar os filhos. Estas atitudes demonstram a coragem de enfrentar mudanças, o que não é fácil, quando se trata de experimentar algo novo em relação aos integrantes da família e ao papel de mãe. A procura por ajuda, a reflexão sobre o que está sendo informado e a coragem de enfrentar as mudanças, constitui-se nos principais recursos intrafamiliares, que correspondem às forças internas das mães e suas fortalezas na solução dos seus problemas. Estes recursos são os que oportunizam respostas rápidas na satisfação das necessidades familiares. Muitas vezes elas decorrem de suas experiências de vida e outras vezes, fazem parte das características pessoais, e que se refletem no modo peculiar com que cada família enfrenta seus problemas, passando a família a ser identificada pela utilização de suas forças como a forma que encontrou de resolver seus problemas. No último período deste encontro foi realizado um encontro de confraternização de Natal com comes e bebes e presentes para o amigo secreto.

Últimos encontros individuais (cinco)

Como última atividade, foram realizados cinco encontros individuais, onde foram refletidos e discutidos, com cada uma das mães, os resultados da intervenção para confrontá-los com as suas expectativas. Ainda foi feita uma avaliação do que melhorou ou mudou positivamente no desempenho de suas tarefas e papéis parentais, que permitiram, segundo suas palavras, uma melhor interação com os seus filhos e destes com o microsistema.

Foi questionado se os problemas, durante o tempo em que se desenvolveu esta prática, tinham melhorado, piorado ou solucionado. Em caso de respostas positivas motivou-se as mães para que falassem sobre como foram enfrentados os problemas existentes e se estas mudanças oportunizaram ou não o aparecimento de novos problemas.

Foi feita uma avaliação, por todas as mães do grupo de estudo, dos resultados desta prática, ao mesmo tempo em que foram solicitadas suas opiniões sobre necessidades dos encontros coletivos e individuais. Também foram ouvidas suas sugestões para a continuação de um trabalho nesta linha, de problematizar junto aos pais o exercício das competências parentais, como forma de ajudá-los a colocar limites no comportamento dos filhos.

Coletas de dados

Todos os encontros foram gravados e posteriormente transcritos. Com a finalidade de uma maior compreensão dos dados, os comportamentos dos pais, observados pela mestrande, foram registrados em Notas de Campo. Isto privilegiará a escuta e a observação das inter-relações familiares para uma compreensão de suas realidades.

Análise dos dados

A partir das transcrições das fitas dos encontros grupais e individuais, assim como da re-leitura das notas de campo, foi realizada a análise dos dados. Com o objetivo de sistematizar os dados recolhidos, foi utilizada a análise de conteúdo, por ser esta a técnica mais adequada para a análise e interpretação da comunicação que consta nestes materiais, levando em consideração os objetivos e o referencial teórico.

Trata-se de uma técnica que leva em consideração a totalidade de um texto, passando pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência ou ausência de itens de sentido, podendo ser denominada, também, como análise categorial. É reconhecidamente eficaz para ser aplicada aos discursos diretos, pois permite as operações de desmembramento destes em unidades que obedecem a reagrupamentos analógicos (BARDIN, 1987).

Questões éticas

Para realização deste estudo, inicialmente foi solicitada autorização ao diretor do Hospital Universitário, (Anexo I) acompanhada de uma cópia do projeto. No primeiro encontro com os pais, foram explicados e esclarecidos os objetivos deste estudo, assim como sua liberdade de decisão enquanto participantes ou não deste

projeto. Em seguida foi entregue o consentimento livre e esclarecido a cada um dos participantes.

Este consentimento foi lido em voz alta pela mestranda, fazendo os esclarecimentos correspondentes, na medida em que alguma dúvida surgia entre os participantes. Após a leitura individual, o consentimento foi assinado por todas as participantes. O termo assegura o anonimato das informações, o direito de participar ou não deste estudo, assim como o de desistir a qualquer tempo, sem sofrer qualquer tipo de censura e com isenção de qualquer custo decorrentes desta prática.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área de Saúde da Fundação Universidade de Rio Grande no “Parecer N^o. 024 de 2006”; PROCESSO N^o. 23116.000849/06-96 em data 29 de abril de 2006 e assinado pelo Coordenador do CEPAS, Gabriel Diogo Paulo Hamilton (em Anexo).

CAPITULO V

RESULTADOS

Tomando por base o propósito de ajudar os pais no desempenho de suas competências parentais, principalmente nas suas dificuldades para estabelecer limites no comportamento dos filhos, este capítulo apresenta os resultados que emergiram da análise do conteúdo, efetuada sobre os dados brutos obtidos. Com o suporte deste método foram ordenadas e classificadas as unidades significativas presentes no material produzido a partir das reflexões desencadeadas pelas mães, durante o desenrolar dos grupos, nas entrevistas individuais e nas interações por elas vivenciadas em outros ambientes e resgatadas durante os encontros do grupo.

Por ser uma técnica considerada eficaz para aplicar aos discursos diretos, permitiu operações de desmembramento das falas em unidades que obedecem a reagrupamentos analógicos (Bardin,1987). Possibilitou, também, um melhor entendimento dos elementos que influenciam (positiva ou negativamente) no problema vivenciado pela família, ou seja, a dificuldade para colocar limites no comportamento dos filhos.

Com base em Bardin (1987) foram construídas três categorias as quais procuram responder aos objetivos deste estudo, tendo sido assim nomeadas:

- ***Retrato do cotidiano familiar:*** traduz as preocupações e os problemas experimentados pelos pais no exercício de suas competências parentais, os quais giram em torno, principalmente, de um **padrão de comunicação ineficiente** adotado pelos membros da família nuclear e expandida e a **perda da autoridade dos pais**, em relação aos filhos.
- ***Rede de suporte social da família:*** refere-se aos recursos sociais com que contam as famílias para solucionar os problemas que interferem nas competências parentais, tais como: a **família expandida**, o **grupo comunitário de auto-ajuda**, a **escola** e o **Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental**.

- **Forças da família:** está constituída pelos recursos intrafamiliares que, segundo a percepção das mães, contribuem para o desempenho das competências parentais e com isso possibilitam criar um contexto positivo para o desenvolvimento dos filhos. Estes recursos incluem a **capacidade da mãe para pedir e aceitar ajuda**; a **coesão familiar**; e a **capacidade da mãe de mudar e se adaptar** a novas formas de educar filhos.

Retrato do cotidiano familiar

Mesmo tendo sido utilizado como critério para inclusão no estudo, o fato dos pais manifestarem dificuldades para estabelecer limites no comportamento dos filhos, ainda assim, no início do estudo, as mães foram levadas a refletir sobre as preocupações e os problemas que vivenciam no exercício de seus papéis e tarefas parentais. Foi uma ação no sentido de validar suas percepções sobre o problema prioritário que motivou a procura de ajuda no Ambulatório de Enfermagem de Saúde Mental e um esforço para traduzir esse problema uma vez que o termo “dificuldades para colocar limites no comportamento” é muito amplo e não elucida exatamente à que se refere.

De acordo com o relato das mães duas questões são fontes de preocupações e problemas: o padrão de comunicação adotado em diferentes níveis do cotidiano familiar, o qual se mostra ineficiente para a tarefa de colocar limites no comportamento dos filhos e a dificuldade dos pais em assumir o papel hierárquico da autoridade perante esses. Esta perda da autoridade dos pais decorre de vários fatores, dentre desses a delegação do pai à mãe do exercício da autoridade uma vez que ele fisicamente está ausente do lar e as dificuldades das mães no exercício desse novo papel de intermediária na relação pai e filhos.

Padrão de comunicação ineficiente

A comunicação, sem dúvida, tem um valor preponderante nas interações entre pais e filhos, podendo assumir uma característica semelhante as relações de causa-efeito entre o exercício das competências parentais e a apreensão, por parte dos filhos, dos limites comportamentais que lhes possibilita a convivência social

salutar. Entretanto, segundo a maioria das mães participantes do estudo, o diálogo não faz parte do cotidiano das famílias, principalmente quando se examina a capacidade de escutar e de responder de forma adequada à mensagem emitida.

Dialogar é um processo que exige o engajamento de pelo mínimo, duas pessoas, além do desejo e da capacidade de decifrar a mensagem emitida. Assim, o conhecimento das necessidades e valores envolvidos no diálogo e as características do contexto no qual este processo ocorre é fundamental para o estabelecimento de normas e limites no comportamento dos filhos. Desta forma, a comunicação se torna assim, um dos elementos mais importantes na resolução da maioria dos problemas relatados pelas mães, uma vez que esta pode modificar a forma de comportamento de ambos: pais e filhos.

Os resultados deste estudo mostram, entretanto, que os filhos, invariavelmente, não acatam as orientações das mães, principalmente quando estas possuem um conteúdo restritivo, ou seja, quando a mãe não permite algum tipo de ação. Nessas ocasiões, as palavras das mães têm pouco valor para os filhos e suas orientações são ignoradas e, via de regras, eles terminam fazendo aquilo que desejam.

Por mais que as mães insistam o comportamento dos filhos se repete, sem que elas consigam fazer algo para mudá-lo. Por outro lado, eles deixam claro nas suas ações que seus desejos são prioridade e, portanto, eles detêm o poder de decisão. A fala de M4 mostra, o comportamento da filha, que, de modo geral, também acontece com outras crianças e adolescentes participantes do estudo.

“Minha filha não aceita o não, para ela tem que ser o que ela quer. Tu reclama e reclama, passou tudo aquilo e daqui a pouco ela já está fazendo tudo de novo.” (M4)

Além do poder de se auto-delegar, este tipo de comportamento dos filhos provoca insegurança nas mães em relação ao seu papel de estabelecerem as normas e os valores uma vez que evidencia que a falta de diálogo é centrada fortemente na díade mãe-filho.

Sem saber como manejar a situação, a mãe, em geral, repete frases prontas que denotam o conhecimento, de que algo está mal com a educação da filha.

Entretanto, sem saber precisar o que pode ou não fazer pelos filhos, se rende ao desânimo.

“Eu tenho vontade de chorar, de espernear, porque eu digo, não posso fazer tudo por ela” (M4).

Em geral as mães se queixam que seus filhos não as escutam, ignorando-as apesar dos esforços que fazem para manter um diálogo com eles. Muitas vezes isto se transforma numa discussão em que os filhos se expressam em tons agressivos e demonstrando pouco respeito. As mães comprovam com tristeza que esses comportamentos parecem ser dirigidos somente à elas, pois com as outras pessoas do contexto eles reagem de forma “normal”. M5 reforça esta situação e mostra como se manifestam esses comportamentos em sua sobrinha.

“Ela é super agressiva, ofende, magoa, só que se alguma pessoa chega perto dela, aí sai conversando com ela, não tem mais nada, ela é “normal” M5”.

Embora esses comportamentos sejam mais frequentemente na relação mãe e filho, não ficam restritos ao contexto familiar, pois se manifestam, também, com os amigos na escola, na família expandida e em outros ambientes que a família frequenta, provocando reações negativas.

Em geral são comportamentos que geram *um círculo vicioso* uma vez que os adultos, pais e integrantes da família expandida, sem condições de dialogar com os filhos e sem saber que atitude tomar ante tanta rebeldia, terminam a maioria das vezes priorizando os desejos desses. Nesta situação, ao não respeitar os limites sociais de convivência do contexto, os filhos invadem os direitos de pais e dos integrantes da família expandida. Isto provoca reações negativas nas pessoas dos contextos que frequentam. Em consequência, estas evitam o convívio, não só com as crianças e adolescentes, também com a família, que termina sendo excluída de suas relações. Por sua vez, esta exclusão social provoca sentimentos de rejeição nas crianças e nos adolescentes que os extravasam através de outras ações desafiadoras e agressivas. A fala de M4 traduz essa situação.

“Todo mundo reclama de minha filha. A primeira coisa [que dizem] é que minha filha está assim ou assado. A minha filha não é convidada para ir à casa de nenhum tio, de nenhum parente. Ela se

magoa com isto, se ofende e quando os tios lhe dizem algo que ela não gosta, ela quer ir embora, ela se sente rejeitada, e a gente tem que ir. E aí como vai deixar uma criança na casa de uma pessoa se sabe que ela não tem um bom conviver? Ela se acha rejeitada pelos tios, que gostam mais de outros sobrinhos do que dela.” M4.

Em geral os filhos também não reconhecem as normas sociais, as outras pessoas não existem e a solidariedade não faz parte de suas vidas. Por isso eles não têm limites em colocar em prática aquilo que julgam necessário para alcançar seus objetivos: impõem sua vontade e ninguém controla suas ações. Para eles, não existem regras a serem obedecidas e muito menos diálogos a serem respeitados. Desta forma, sem barreiras, tudo o que eles pensem parece estar liberado, ou seja, todos seus desejos podem ser feitos, tudo o que lhes ocorrer pode ser dito e as outras pessoas devem de aceitar suas solicitações ficando assim, os adultos na dependência da vontade dos filhos e das estratégias que usam para conseguir o que querem. Geralmente, essas estratégias são de caráter individualista o que combina com a maioria dos seus comportamentos. A fala de M4 aponta para a falta de consenso entre mãe e filha.

“Eu já não sei mais o que fazer. Ela sempre quer fazer o que ela quer e não o que a gente manda” M4.

A forma como os membros da família se comunicam entre si, se reveste de um significado especial. Mesmo quando algumas famílias/mães tentam se comunicar, o que se observa nas suas manifestações é que a maioria, integrante deste estudo, não o consegue. As falas, dirigidas, principalmente aos filhos e companheiros denotam, a inexistência de alguns dos elementos básicos do processo de comunicação sendo estes os fatores determinantes de sua eficiência. Isto talvez se deva ao fato das mães não saberem de que forma conversar com seus filhos para serem ouvidas. Ou seja, as mensagens geralmente emitidas pelas mães, não encontram uma resposta adequada àquele a quem foi dirigida, ou, as mensagens dos filhos dirigidas às mães, podem passar despercebidas por estas. Assim a comunicação, elemento básico para os pais transmitirem normas e valores aos filhos não é exercitada e os pais se perdem no desempenho de um de seus principais papéis/tarefas que é a de orientar e transmitir os preceitos familiares.

Embora as mães tenham dificuldades em decodificar as mensagens dos filhos, o que mais se constatou neste estudo é que os filhos, independente de sua idade, conhecem as formas de agir e até de pensar dos pais, o que demonstra a capacidade de observação que se manifesta na decodificação das mensagens sublineares dos pais/adultos.

“As vezes as crianças estão pedindo ajuda em silêncio e as pessoas não percebem”(M)1.

A compreensão das mensagens sublineares independe da idade cronológica das pessoas. As mães geralmente não acreditam que as crianças possam ter o sentido da observação aguçado a tal ponto de poder entender, a partir de comportamentos observados rotineiramente, o que as pessoas estão planejando fazer imediatamente sem se ter verbalizado sobre isto. M5, mãe de uma criança de dois anos não entende como seu filho, uma criança com tão pouca idade consegue perceber o que sua tia-mãe vai fazer. Sem explicação para o fato, essa mãe descreve que um dia na casa de sua irmã, M4, esta estava arrumando o carro para ir às compras mais nada tinha falado ao respeito quando seu filho a surpreendeu como ela comenta:

“Aí, meu filho ao enxergar minha irmã diz: eu vou com a tia às compras” ao que M5 comenta: como uma criança de dois anos vai saber que o carro da tia está sendo arrumado para ir a fazer compras?”(M5).

No afã de orientar as condutas dos filhos, as mães emitem mensagens repetitivas que não surtem os efeitos desejados e terminam fazendo, muitas vezes, impelidas pela angústia, uma “supervisão estressante”. “A supervisão estressante caracteriza-se pela exagerada vigilância ou fiscalização dos pais e pela alta frequência de instruções repetitivas aos filhos” (Gomide, 2004, p.41).

Esse tipo de procedimento educativo em relação aos filhos parte do pressuposto de que as mães devem de fiscalizar todas as condutas dos filhos o que na realidade se torna um trabalho estressante para as duas partes. Por um lado, a mãe passa o dia inteiro repetindo e vigiando os comportamentos dos filhos, muitas vezes na crença de que os irá assim a conhecer melhor é saber tudo o que eles fazem, falam e pensam e com isso automaticamente, na sua imaginação, se torna

na melhor amiga do filho ou/e “uma boa mãe”. Por outro lado, este comportamento maternal é estressante também para o filho. A fiscalização excessiva da mãe é sentida pelo filho na maioria das vezes, como uma lamúria de frases repetitivas reclamando o dia todo como ele (a) é desobediente, pois não arruma seu quarto, não estuda o que deve, não lhe diz o que fala com seus amigos, muito menos ao celular.

Se bem é certo que os filhos precisam de fiscalização, esta vigilância quando se torna exacerbada querendo saber tudo ao respeito da vida do filho não objetiva seu crescimento. Este comportamento materno (ou/e paterno) fala claramente da desconfiança da mãe relativa à capacidade do filho, pois, si ele não é fiscalizado parece que não tem capacidade para fazer as coisas da forma “certa”. Os filhos percebem esta desconfiança e em geral não a toleram e se utilizam de estratégias para burlar esta “perseguição” geralmente maternal. Aí não falam de temas importantes em casa, ou passam a falar bem baixinho com os amigos para as mães não escutem, desligam o celular se a mãe está em casa, fingem que não a ouvem o que elas lhes falam. Isto recria um outro círculo vicioso de comportamentos entre mães e filhos, pois elas ficam bravas com os filhos e passam a vigiá-los ainda mais.

Mesmo que as mães do estudo explicitem seu interesse em saber a origem de certas condutas dos filhos para ajudá-los, na prática isto aparece muitas vezes como uma atividade fiscalizadora exagerada da mãe querendo saber tudo o que a adolescente está pensando. Esta atitude maternal provoca o silêncio da filha como se exemplifica na seguinte fala de M1.

“O problema é minha filha mais nova [10 anos]. Ela é uma boa menina, mas quando vou perguntar algo para ela, quando a vejo tão calada, tenho que insistir até ela me dizer se acontece alguma coisa, muitas vezes permaneço sentada à espera de alguma palavra dela, ela é assim desde pequena, tem problemas em colocar seus problemas” (M1).

A ineficiência da comunicação se mostra também na *falta de consenso entre os adultos que cuidam das crianças e adolescentes*, influenciando seus comportamentos e provocando maior insegurança nas mães no desempenho de seu papel. Esta falta de consenso retrata a inexistência de uma comunicação prévia entre os adultos a fim de estabelecer um acordo em relação às normas e valores

com os quais os filhos são educados. É uma situação observada mais frequentemente nas interações entre os avós e os netos, principalmente quando estes fazem parte da rotina de vida diária dos netos. Os avós, que tiveram seus filhos na época do autoritarismo e que vivenciaram o psicologismo dos anos 60 que pregava não contrariar as crianças para não traumatizá-las e não fazê-las sofrer, hoje, ainda acatam esta posição e, sem responsabilidade direta sobre a educação dos netos, tornando-se mais permissivos sem levar muito em conta a vontade de suas próprias filhas/mães.

Não entanto, as mães das crianças percebem o comportamento dos avós como sendo flexibilidade exagerada, não concordam com essas atitudes e se sentem desconsideradas como mães. Desta maneira, em um curto período de tempo (as vezes no espaço de um dia), os filhos-netos são “educados” de duas formas diferentes: os pais dizem uma coisa e os avós dizem outra e a criança resta um sentimento de confusão em relação aos adultos. Nessas situações, geralmente, aproveitam para impor suas exigências.

Mesmo sem existir um consenso prévio entre mães e avós, as mães se sentem desrespeitadas no desempenho do seu papel pelos próprios pais, mais ainda quando as duas famílias, avós e filhas, compartilhem a mesma moradia. Nos avós, no convívio diário com a filha e neta muitas vezes não percebem o crescimento da filha e ela é desconsiderada no seu papel de mãe. A neta, nesta situação passa a ser tratada como filha pelos avós e são eles os que orientam seu comportamento de acordo com suas normas atuais, sem a mãe intervir nessas decisões.

A seguinte fala de M4 refere um momento de tensão entre as duas famílias (pais e avós), pois, apesar de compartilhar a mesma moradia com seus pais, ela não compartilha a forma como sua filha está sendo educada. Na impossibilidade de avós e pais dialogarem pela divergência de opiniões de como educar e para chegar a um consenso, M4 resolve sair da casa dos seus pais para experimentar educar sua filha sem ter que submeter-se a eles por causa de compartilhar a mesma moradia. A fala seguinte de M4 retrata esta falta de consenso entre os adultos que cuidam das crianças: a extrema satisfação dos desejos dos netos pelos avós e a percepção da mãe de que isto não é bom para o desenvolvimento da filha. Descreve ainda um sentimento de menos valia de M4 como mãe, pois não lhe é outorgado pelos seus pais o exercício do seu papel o que aparece vinculado, segundo a fala de M4 ao fato de compartilhar a casa dos seus pais.

“Minha filha era tão protegida na casa dos meus pais, que não parecia que eu era a mãe. Eu tive que pegar minha filha e me separar deles, pois eles faziam todas as suas vontades. Se ela estava vendo televisão e dissesse “estou com vontade de tomar alguma coisa”, lá aparecia tudo o que ela queria de bandeja... e isto não pode ser assim!”(M4).

Também M5 se refere ao mesmo comportamento dos seus pais em relação com seu filho, embora não compartilhem a mesma moradia. Pela situação de vizinhança, é freqüente que os netos permaneçam por longos períodos do dia na casa dos avós. Segundo expõem as mães, a problemática se origina na casa paterna, pois, como fala M5: *“o problema não são os filhos, o problema são os avós”*.

Na casa dos avós, para estas duas mães (M4 e M5), sempre se faz o que as crianças querem. Elas extrapolam em atitudes consideradas pelas mães, como o mínimo necessário de respeito para a convivência com os outros. Mesmo inseguras, as mães sabem que educar não é permitir tudo o que os filhos desejam. O problema para estas mães é o que permitir e o que não, sobretudo quando se está no território físico dos avós, mesmo sendo em visitas que diariamente as mães fazem aos seus pais. Assim as mães acabam não se pronunciando sobre a permissividade dos avós em relação ao comportamento dos netos, pois parece que para elas, atitudes com os filhos só se tomam no lar.

“Minha filha faz o que quer na casa dos meus pais e eu fico revoltada com o que vejo, mas é na casa deles” (M4).

Nas interações com seus filhos, no âmbito da família nuclear, as mães se esforçam para controlar o comportamento deles, enquanto, na casa dos avós, não é verbalizada esta preocupação e as crianças fazem tudo o que desejam, *“dominam e decidem tudo”* (M5). Assim as mensagens emitidas pelos adultos às crianças, relacionadas com o certo e o errado mudam, dependendo do contexto familiar em que a criança se encontra. A fala seguinte mostra a diferencia de comportamento do filho de M5, dependendo do local onde estiver.

“Quando estamos a sós eu e meu filho, em casa, ele é calmo, vê TV e brinca normalmente. Na casa dos avós ele quebra copo, ele faz de tudo, não é uma criança revoltada, ele domina” (M5).

O importante papel que a família expandida representa para as mães desse estudo faz com que seja principalmente dentro destes limites onde se pode observar mais especificamente a falta de consenso entre os adultos para a educação de crianças e adolescentes. Ou seja, isto não é apenas vivenciado na relação pais e avós é também observado com outros integrantes da família expandida e as mães.

O que mostra o estudo é que quando as divergências de opiniões de como educar os filhos se dão fora da relação pais e avós, é mais fácil para as mães exercer a autoridade. M4 retrata esta situação quando decide junto à sua filha de 10 anos assistirem a um programa recreativo na cidade. Elas são acompanhadas nesse passeio pela cunhada de M4. Em determinado momento do passeio esta decide o que sua sobrinha deve fazer uma vez que ela planejou um determinado itinerário sem falar previamente com M4. Esta “intromissão” da cunhada faz com que M4 exerça sua autoridade e seja ela, com firmeza, quem decide a situação-problema, mesmo querendo a filha se aproveitar, mais uma vez, da possível confusão estabelecida entre os adultos.

“Aí minha cunhada pegou e disse para ela [filha de M4]: fica aí, que eu vou estar lá no canto e vou levar tua mãe comigo e tu me espera. E eu peguei e disse: não tu estás comigo, tu vai comigo. Depois quando os primos saírem eu volto e os pego Minha filha disse: “Não, mas assim eu não quero e assim eu não vou fazer”. Eu respondi: pois assim nos vamos para casa” (M4).

São os adultos os referenciais de comportamento das crianças e adolescentes. É importante que estes estabeleçam um acordo prévio de quais são as normas e valores com que esses estão sendo educados. A falta desse consenso prévio entre os adultos que cuidam das crianças, seja esporádica o permanentemente só traz prejuízo para ambas partes. As mães se sentem desobedecidas, desrespeitadas e inseguras. Os filhos aproveitam o momento de confusão dessas e seguindo seu exemplo, sem dialogar, sem se comunicar, decidem e fazem o que mais os beneficia. Desta maneira, os adultos propiciam o surgimento de uma terceira opinião (vontade, desejo) que ante a insegurança das mães sobre o que é o certo ou errado, é a que geralmente prevalece, é legitimar o poder de “sua majestade o bebê” (Freud) através do tempo.

Perda da autoridade dos pais

Autoridade, por definição se refere ao poder de fazer-se obedecer, dar ordens, tomar decisões, agir (Aurélio, 2006). Trata-se de uma hierarquia reconhecida por um determinado contexto, que atribui a uma pessoa a competência para influenciar os demais por ser considerada importante ou destacar-se numa atividade (Señas, 2001). A partir do momento em que, no contexto das famílias do estudo, o pai vive a maior parte do dia fora de casa, por razões de trabalho, se subentende que, no cotidiano da educação dos filhos alguém desempenha seu papel, exercendo, de certa forma, a autoridade que lhe cabe. Nestes casos, a mãe assume não apenas suas tarefas e papéis específicos, mas, também, o papel de mediar a relação entre o pai e o filho, embora o pai não seja destituído da autoridade, apenas a exerce através da mãe. Assim, às mães é atribuída mais esta tarefa que passa a engrossar o rol de suas responsabilidades para com a educação dos filhos.

A análise das falas das mães que participaram deste estudo mostra que elas exercem o *papel de mediadoras entre os filhos e o pai*, com o intuito de este ficar informado dos desejos, aspirações e comportamentos da prole. Aparentemente, este fato decorre da falta de tempo do pai para falar com os filhos. Entretanto, quando os integrantes do grupo familiar não conseguem expor suas idéias ou pensamentos pessoalmente, torna-se difícil conhecer as necessidades de cada um. Sem intercambiar opiniões, também não é possível negociar decisões, nem estabelecer acordos e para o entendimento mútuo. Neste contexto, as interações face-a-face entre pais e filhos são escassas e a mãe assume a tarefa de porta voz das necessidades dos filhos perante o pai, acarretando uma sobrecarga materna e o não reconhecimento, por parte dos filhos, da autoridade de ambos.

Em geral, o pai é informado do que acontece no lar através de um relato sucinto que nomeia os acontecimentos experienciados pela família, restando-lhe a tarefa apenas de ouvir uma vez que, geralmente *não* argumenta nem a favor nem contra o que lhe é apresentado pela mãe. M4 relata a forma como relata os acontecimentos familiares ao marido cuja profissão é caminhoneiro e o mantém muito tempo ausente do lar.

“Meu marido é caminhoneiro, eu faço um relatório e passo tudo o que acontece em casa para ele. Ele me apóia no que faço” (M4)

O “não comprometimento” do pai nas decisões da mãe parece estar vinculado a difícil tarefa de compreender os filhos e suas mudanças. Escutar o filho, decodificar sua mensagem, significa também, outorgar-lhe um valor de “primazia” no relacionamento familiar, com o qual, muitos pais ainda não conseguem ou não sabem fazer. E, quando conseguem decodificar, muitas vezes, não que fazer com a variedade de significados que as opiniões dos seus filhos geram?

Quando a mãe transmite ao pai as informações dos acontecimentos vivenciados no lar, sobretudo, aqueles relacionados aos comportamentos dos filhos, ela já os significou, previamente. Neste papel de intermediária, as informações são selecionadas pela mãe, de acordo com suas características pessoais. Sendo assim, o conteúdo e a forma da mensagem transmitida, relacionada aos filhos, fica atrelada à decisão da mãe. Nestas situações, fica caracterizada a inexistência de comunicação entre o pai e os filhos. As informações são gerenciadas pelas mães e o pai, perde assim o contato direto com os filhos, adquirindo os problemas familiares o significado que é induzido por elas.

No papel de intermediária, com o aparente objetivo de evitar conflitos, a mãe contribui para dificultar as interações face a face entre os filhos e o pai e este perde a oportunidade de conhecê-los melhor e até intervir na resolução dos problemas. A mãe se converte, assim, na pessoa que “leva e traz” informações, opiniões, permissões e proibições, referente aos comportamentos dos filhos e de certa forma, assegura a primazia decisória em relação aos filhos, enquanto ao pai cabe a tarefa de satisfazer, no mercado de trabalho, as necessidades econômicas do grupo familiar. Na fala de M1 são mostradas as argumentações e estratégias que utiliza para obter do pai a permissão para que sua filha de 12 anos namore com um rapaz de 23 anos.

“Agora mesmo ela está com um namorado. Tive que contornar a situação com meu marido, pois ele se achou traído, tive que conversar com ele, aí eu digo:tu pensas que vamos proibir porque ele é mais velho? Aí tu chegas em casa e tua filha já arrumou as trouxas e foi embora. Como tu vai proibir? o que é proibido é bom, ele é um bom rapaz trabalhador, honesto... quem te diz que tu não está cortando um destino?....aí a gente liberou o namoro”(M1).

Assim as mães assumem tacitamente a responsabilidade de ser a autoridade do lar. Não entanto, elas fazem questão de passar para os filhos que a autoridade do grupo familiar, em ultima instancia, é do pai. Embora esta pareça ser mais uma

estratégia vinculada à necessidade de a mãe construir uma imagem sólida de autoridade para ser respeitada, ela passa para os filhos uma dupla mensagem: o pai é quem tem a autoridade, mas quem decide é a mãe. Esta contradição entre o que é falado e o que é feito causa muita confusão nos filhos, pois não deixa claro quem detêm a autoridade e como cada um a efetiva.

As seguintes falas exemplificam o exercício da autoridade de que são investidas as mães. Mesmo exercendo a autoridade, a mãe não nega ao do pai como o escalão último a que se recorre, conceituando-a frente aos filhos, como uma autoridade a que se deve respeito e não medo.

“Minha filha adulta é metida a mandar e eu já lhe disse, quando tuas irmãs fizerem algo de errado, chega e me diz, tu não podes mandar como se fosses mãe delas, elas não vão aceitar. Tu chega e me diz que eu vou saber o que fazer” (M1).

“O pai delas é serio, se fecha. Mas eu sempre lhes digo: vocês não têm que ter medo, porque o medo faz a mentira, o que tem que ter é respeito” (M1).

O que as mães tem certeza é de que *“tudo não se pode fazer pelos filhos”*, mas também não têm certezas do que podem fazer. Ante esta insegurança as mães defendem os filhos de qualquer intromissão que os deixe tristes. Permitindo fazer aos filhos o que eles acham de melhor, as mães estão compactuando com os comportamentos inadequados dos filhos, geralmente para com os familiares. Alguns desses reagem ironicamente a estas atitudes infantis. M4 sofre quando os familiares zombam da filha e, a pesar de reconhecer *“que ela é uma pessoa difícil de conviver”*, referendo-se a sua filha, ela pede ajuda ao pai, pois não consegue administrar esta situação e acabar com o mal estar que alguns tios originam na sua casa. Desta forma, mesmo o pai delegando a autoridade e as mães aceitando, em certas ocasiões elas recorrem à imagem de autoridade do pai, o que fortalece a autoridade que este representa no contexto familiar.

“Minha filha sofre muita crítica dentro de casa, dos meus cunhados. Eles são pessoas insistentes e, se querem se sentar na cadeira que está minha filha, ela não dá, aí eles começam a insistir com piadinhas e minha filha acaba chorando. Agora mudou, mudou porque eu falei com meu marido e lhe disse que ela está dentro de casa no canto dela e eles vêm criticar a guria até a fazer chorar; agora mudou, ele falou com seus irmãos e lhes diz que estavam passando dos limites” (M4).

A perda de autoridade dos pais é também vinculada à inexistência de um consenso entre os pai e mãe em relação as normas e valores que orientam o comportamento familiar e entre mãe e filha em respeitar o que foi acordado previamente. M4 fala sobre seu desentendimento com a filha de dez anos, por ocasião da realização de um evento festivo na cidade. Mãe e filha haviam feito um acordo prévio em relação a como organizar as atividades de lazer de tal forma que satisfizesse à ambas, já que oportunizara shows musicais ao vivo, além de outros entretenimentos como parque de diversões. A ineficiência do dialogo e o exercício da autoridade pela filha é mostrada na fala da mãe:

“A proposta era essa: primeiro vamos ver o show e depois vamos ver as outras coisas que tu queres. Chegou a hora do show e ela disse: mãe tu não vai ao show porque eu não quero que tu vejas o show, eu quero brincar no parquinho” (M4).

Nas interações pais-crianças/adolescentes é necessário o estabelecimento de uma hierarquia, como símbolo de autoridade e de responsabilidade dos adultos sobre as decisões do grupo familiar, especificamente na transmissão de normas e valores àqueles que estão nas primeiras etapas do desenvolvimento humano assim como pelas conseqüências de tais ações. A falta de autoridade dos pais permite aos filhos fazer tudo aquilo que desejam, se lhes outorga a autoridade, o poder de decisão e as crianças e adolescentes se convertem em “pessoas difíceis de conviver” como é sustentado nesta fala de M4.

“Tu pede uma coisa para ela alcançar, ela fica olhando. Ela não pega e diz: agora não. Se ela disser que não vai fazer, ela não faz, grita, esperneia, chama a atenção de todo o mundo. Então ela é uma criança difícil de conviver” (M4).

Ao descrever o comportamento inadequado dos seus filhos, as mães explicitam, também, as dificuldades que experimentam para encontrar um meio que lhes permita controlar as ações dos mesmos. Se bem as mães as vezes podem contar com a autoridade do pai, como último recurso, fica claro que o que elas vivenciam no cotidiano da família é uma grande dificuldade de exercerem a autoridade adequada as necessidades dos filhos.

O que se observa na maioria das famílias que participaram do estudo é que a autoridade é exercida pelos filhos, crianças/adolescentes, pois são eles, em geral, que escolhem e decidem e são os pais que o permitem. Desta forma, os pais outorgam poder decisório àqueles que se encontram, ainda, nas primeiras etapas de desenvolvimento. Sem experiências de vida suficientes para construir valores e normas que os orientem e com um aparelho mental e psíquico que ainda não lhes permite responsabilizar-se por todas suas ações. O comportamento dos filhos apresenta-se predominantemente inadequado assim como o comportamento dos adultos, ao corroborarem com tal situação. A fala de M2 mostra como esta incongruência é observada na vida quotidiana, no contexto social das famílias.

“Muitos pais estão hoje vivendo esse problema com os filhos, e até no meio da rua, a gente vê a criança gritando. As vezes querem tanta coisa que não entendem que as vezes a mãe não consegue dar naquela hora”(M2).

Os saberes destas mães acerca da educação de filhos está impregnada pelas experiências que viveram que viveram em outros tempos, e assim, mesmo com incertezas, elas repetem o aprendido. Não saber os limites entre autoridade e inflexibilidade e rigidez gera insegurança. O medo de “errar” associado à idéia de que podem gerar um outro problema maior para a família leva as mães a acatar os comportamentos dos filhos.

Esta situação é exemplificada na fala de M5 que é filha caçula em sua família de origem e à quem tudo era permitido. Ela decidia e a ela lhe foi delegada a autoridade para satisfazer suas próprias necessidades. Hoje ela repete esta postura ao educar seu filho de dois anos e meio.

“Para o meu filho eu não quero dar o melhor, mas o básico para que ele possa ter uma boa criação. O básico é ele ter o que quer, o que me pede, e se ele me pede é para o bem dele. Por vezes eu não sei se tudo é para o bem dele, só que tenho medo dele pedir alguma coisa e eu não querer dar e surgir uma revolta em minha casa, como vejo em outras famílias”(M5).

M2 refere os momentos de angústia pelos quais passou quando foi encaminhada ao AESM pelo comportamento inadequado de sua neta na escola.

Embora os professores apontassem como problema a falta de atenção da menina em sala de aula, o que a avó identifica está relacionado com a falta de limites. A autoridade que sua neta exercia sobre a avó, para conseguir o que queria, era marcante, sabendo que, como habitualmente acontecia, seria atendida. A preocupação da avó, hoje, é que a neta possa entender que limites são imprescindíveis na vida de qualquer pessoa e que sua autoridade possa ser entendida pela neta como algo necessário no seu desenvolvimento.

“Antes também era assim. Quando ela queria algo, fazia aquele choreiro, aquele absurdo. Eu apurava em comprar tudo. Agora já estou conseguindo ir mais adiante, falamos e explico. Ela tem que entender que não pode ser sempre assim, tudo o que ela quer. Ela vai ficar maior e por qualquer coisa vai estar sempre se decepcionando, porque não conseguiu naquela hora certa.” (M2).

A autoridade é, sem dúvida, da responsabilidade dos adultos, entretanto, o que se observa nas famílias em estudo é uma grande dificuldade e insegurança quanto ao seu exercício tanto por parte das mães como pelos pais. Se o pai está ausente de casa por questões de trabalho e a mãe tem dificuldade para exercer esse papel porque os tempos mudaram, resta uma pergunta: à quem compete o exercício dessa tarefa?

Rede de suporte social da família.

Esta categoria identifica os recursos da rede social que, segundo a percepção das mães, pode dar suporte aos pais no desempenho de suas competências. Considerá-se como recursos sociais aqueles que respondem às necessidades sociais da família, oferecendo ajuda econômica e/ou emocional. Especificamente neste estudo esses recursos estão representados por pessoas ou instituições tais como: **a família expandida, o grupo comunitário de auto-ajuda, a escola e o Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental.**

A família expandida.

Quando o foco de ajuda é a família, é importante destacar o papel de acolhimento e segurança que as mães encontram em seus pais e irmãos. A “grande família” representada por tios, avós, primos, cunhados, aparece neste estudo como uma evidência que derruba a crença de que ela não mais existe e que a família nuclear só conta com ela mesma para solucionar seus problemas. Os avós das crianças e adolescentes deste estudo, sempre estão disponíveis para ajudar os filhos e os netos. Esta disponibilidade se concretiza em tempo de atenção e dedicação, assim como na ajuda econômica, na afetividade e no cuidado prestado aos netos.

“Quando minha irmã ficou doente no hospital meu pai quase enlouqueceu, passava no hospital. Minha mãe cuidava do bebê dela, de minha filha, e os outros familiares iam lá a dar ajuda a minha mãe [...] Eu tenho oito cunhados e uma cunhada, e há integração entre a família. [...] Meu pai nos ajuda financeiramente. Eu ajudo todos os que posso, sobretudo se há alguma doença na família, aí eu me esqueço de tudo e me dedico a cuidar dessa pessoa.”(M4).

Os avós do adolescente de dezesseis anos disponibilizam seu tempo para cuidar do neto, assim como sua tia, que frequenta o grupo de mães. Eles se responsabilizam também, pelo sustento econômico de todo o grupo familiar, que inclui, além deles próprios, sua filha (M3) com seu filho de cinco anos, e seu neto de dezesseis anos, filho de uma outra filha, que mora com seu companheiro na vizinhança. Tempo, afeto, responsabilidade e apoio financeiro em geral é o que disponibilizam estes avós aos filhos adultos e seus netos com os quais dividem a moradia, investindo o dinheiro da aposentadoria com a educação do seu neto. Neste caso, quem faz o papel de mãe, (M5) está desempregada e separada. Por esta razão é que a família divide com ela algumas das responsabilidades com o neto.

“É que eu moro com meus pais e eles me ajudam. Quando tenho que solucionar algum problema com meu sobrinho, minha mãe e eu tentamos. Às vezes conseguimos, às vezes não. Minha mãe consegue lidar com ele melhor que eu, comigo não tem nenhum efeito. Meu pai é o responsável pelo sustento da casa com sua aposentadoria e minha mãe trabalha de empregada doméstica e ajuda”(M3).

Muitas vezes o que define a família expandida como um recurso é a certeza das mães de contar com esse apoio para poder enfrentar os problemas familiares. Mesmo que exista uma distância física considerável entre os locais de moradia de ambas famílias (nuclear e expandida) elas mantêm relações de ajuda recíprocas que trazem tranquilidade à ambas. Geralmente, este tipo interação entre pais e/ou irmãos adultos provém do conceito de família que cada grupo construiu ao longo de suas experiências de vida. M2 fala assim ao respeito deste recurso:

“Para nós, família é a união de todos. Sempre estamos todos vendo se alguém está precisando de algo. Uma vez eu fiquei com anemia e meus irmãos (que moram a sessenta quilômetros de distância) chegaram, os dois de carro, com um rancho para nos” (M2).

O grupo comunitário de auto-ajuda.

O grupo comunitário que as mães referem neste estudo, realiza um papel de agente social, orientado por filosofias de vida baseadas em crenças religiosas. São grupos que se instalam em bairros afastados do centro da cidade e se concretizam como uma forma de levar ajuda à população carente. Informações sobre relacionamentos humanos parece ser o foco dos coordenadores do grupo de auto ajuda. Compreender e escutar o “outro” é um ensinamento incentivado que resgata valores que ajudam as famílias a enfrentar os problemas e motivam as mães a estudar e engajar-se nos objetivos propostos pelo grupo.

Duas mães, M1 e M2, fazem parte de um grupo de auto ajuda na comunidade onde vivem. Elas questionam e debatem seus problemas, obtém novas informações que colocam em prática, aprendendo assim a ser “melhores mães”.

“Eu sempre fui muito de fazer as vontades de minha neta, mas agora está diferente, por causa de nossa filosofia. A gente aprende a conviver com isso aí e aprende aquela dificuldade da criança e da gente. A gente aprende a juntar e a fazer as vontades, mas na hora certa, a hora do não. A gente aprende em nosso grupo de mães a conviver com os problemas dos filhos e organizar-se. Colocar eles num serviço que eles gostem, a elogiar, agradecer o que fazem para a gente” (M2).

Durante o desenvolvimento deste estudo no AESM, estas mães ajudaram outras para entender melhor os comportamentos dos filhos, ao mesmo tempo em

que as motivaram a participar do grupo comunitário. M4 queixou-se no encontro coletivo, de não conseguir entender o comportamento de sua filha, assim como sua dificuldade de encontrar um caminho que traga mudanças nas atitudes até certo ponto onipotente de sua filha. M2 que já vivenciou uma situação semelhante e que conseguiu apoio no grupo de auto ajuda, argumenta:

“Temos uma receita, se tu fosses às nossas reuniões, tu ias entender muita coisa, é como disse minha vizinha: não tem nada de só ver o errado dos filhos, deve-se ver a coisa boa e elogiar”(M2).

Os grupos comunitários de pais e/ou vizinhos oportunizam informações que ampliam a visão de mundo das mães. Nestas interações ampliadas, as mães aprendem, muitas vezes, novos conhecimentos e práticas, que propiciam novas formas de educar os filhos, permitindo-lhes serem melhores mães.

“Eu sempre fiz muito as vontades de minha neta. No começo as dificuldades dela eram iguais as de tua filha. Para ela não se podia dizer não e ela queria as coisas para ontem. Mas agora estou conseguindo, ela está começando a entender que não pode ter tudo o que quer” (M2).

Nestes grupos as mães são incentivadas a reavaliar suas vidas em termos de qualidade na convivência com os outros, sugerem alternativas para solucionar seus problemas e, embora muitas delas não sejam de cunho científico, as ajudam nos conflitos da vida cotidiana. Da mesma forma, desenvolvem a capacidade de observação, sobretudo para aprenderem a conhecer os filhos e, assim, identificar seus problemas.

“Eu já disse que tenho uma filha que faz xixi na cama, ela parou e agora retornou a fazer. Eu já fiz simpatia, já conversei. Qual é a orientação do meu grupo? O mentor, ele tem mais experiência, sabe toda a filosofia e me diz: tua filha está com alguma insegurança que não está conseguindo superar e isso é por algum motivo, aí ele me ensinou a fazer algumas práticas. Eu passei a observar mais minha filha e estou fazendo o que ele me sugeriu”. (M1).

A escola.

Para as mães deste estudo, a escola simboliza a possibilidade de encontrar ajuda para a resolução dos problemas relacionados aos seus filhos. Por ser uma instituição formal com a qual elas têm um contato diário (direto ou indireto, através dos seus filhos) se torna um recurso para procurar ajuda. As escolas referidas neste estudo se localizam nos bairros onde residem as famílias, na periferia da cidade e, muitas vezes, há uma distância de mais de três quilômetros da residência, sendo que as crianças a percorrem a pé.

As opiniões das mães relativas ao suporte que a escola representa para cada uma das famílias ficaram muito divididas. M3 refere que encontra o suporte desejado. Ela ajuda aos pais (avós do sobrinho) a cuidar do seu sobrinho de dez e seis anos, mas é ela a responsável no que concerne aos “problemas escolares”. A escola, para esta tia, atende suas reivindicações. Muitas vezes esta ajuda se manifesta em encaminhamentos para outros locais onde parece ser mais adequado o atendimento as necessidades de adolescentes agressivos, como é por ela percebido.

“Todos os professores não são iguais, quando há problemas com a agressividade do meu sobrinho, a direção da escola me chama A orientadora da escola sempre me ajuda e me encaminha para atendimento em postos do bairro”(M3).

Duas mães, M4 e M5, não se pronunciaram em relação à escola como sendo um suporte para o exercício de suas competências. M5 tem um filho de três anos e diz nunca ter pensado na possibilidade de procurar uma escola para ele. A outra, M4, não se posicionou em relação a essa questão.

O contexto escolar é percebido por M1 e M2, como deficiente uma vez que não proporciona às mães alternativas positivas em relação à solução dos problemas de aprendizagem dos seus filhos. Os professores não conhecem a realidade dos seus alunos, não sabem a que distância da escola eles moram, nem quais são os meios de transporte utilizados por estes para se deslocar até a escola. Desta forma fica difícil, segundo M1 e M2, realizar atividades extras sugeridas por alguns professores o que prejudica a aprendizagem dos filhos, pois, o desconhecimento do local geográfico onde moram os alunos frustra a expectativa dos pais, uma vez que, em geral, as mães percebem o estudo como um valor de vida necessário para o futuro dos seus filhos.

Os filhos de M1 e M2 freqüentam a mesma escola. A queixa dessas mães esteve centrada na falta de compreensão e dedicação dos professores com a tarefa de aprendizagem dos seus filhos, o que deixa implícito, segundo suas percepções, que a educação escolar “deve” ser complementada com aulas extra, com professores particulares, sendo que a maioria das famílias não têm condições econômicas de contratarem.

“Acho que as escolas deveriam ter um meio de ajudar quando os pais não pudessem pagar professor particular, montar um grupo de estudo na escola...”(M2).

“Mas lá funciona assim: se o aluno está meio ruim numa matéria, dão uma aula particular de meia hora e pronto” [...] quando marcam horário para recuperar aulas, colocam um horário que não dá tempo para as crianças vir e voltar para a escola, aí elas não podem ir” (M1).

As mães se referem à escola levando em conta suas expectativas quanto ao papel que estas “deveriam” desenvolver. A partir do momento em que M3 descreveu a escola como um recurso que ajuda sua família sempre que necessita, uma nova reflexão se faz presente no grupo. M1, que num primeiro momento extravasa sua frustração generalizando o desinteresse dos professores da escola com seus alunos, retifica este posicionamento e passa a considerar a falta de apoio da escola de forma parcial, como resultado do interesse/desinteresse de alguns professores. Se bem a escola não consegue satisfazer todas as necessidades dos alunos, existe uma preocupação para que isto aconteça. Isto fica claro na fala de M1 quando se refere ao interesse de alguns professores em somente cumprir o horário que lhes assegura seu salário. Desta forma, são essas atitudes que estabelecem a escola como um recurso ou não.

“Na escola há professores e professores. Têm pessoas interessadas, mas têm outros que chegam ali, explicam e perguntam: entendeu? E se vão embora. Alguns professores deveriam ter mais interesse, e não chegar ali só para ocupar um horário” (M1).

Por outro lado M2 não responsabiliza somente a escola pela aprendizagem da neta. Ela está ciente de que sua filha está vivendo um período de sua vida no qual fatores afetivos relacionados com a ausência de apoio da mãe e do pai, ocupam um amplo espaço do seu dia a dia, tornando-se mais difícil conciliar as

novas informações transmitidas pela escola. Nesse sentido, segundo M2, é necessário que os pais tenham um tempo para conversar sobre os interesses e obrigações das crianças e adolescentes. Um bom resultado escolar não se consegue só com bons professores, é necessário, na percepção dessa mãe-avó elogiar o esforço que as crianças realizam para melhorarem suas notas e incentivá-las nesse investimento pessoal como um valor para seu desenvolvimento futuro e isto é visto como uma co-responsabilidade entre a escola, alunos e pais.

“Eu tirei mais um tempo para conversar com ela. Aí ela me diz que está meio ruim nas matérias. Eu disse: tu vê, eu não sei praticamente nada porque não estudei, então tu já tens um exemplo. Tua avó não estudou e olha as dificuldades que eu passo. Tu vais ter um emprego se estudas, tens que entender que isto que estás fazendo é necessário para ti.[...]Se ela tira nota ruim na escola, eu a puxo para estudar mais em casa. Ela já está bem melhor, ainda que as notas não são boas o boletim está cheio de elogios dos professores e eu também elogio”(M2).

Embora existam queixas em relação a falta de interesse das escolas na aprendizagem dos alunos, o que se observa é que as famílias que participam do estudo, foram encaminhadas pelas escolas, ou seja, elas são na prática, um recurso a disposição dos pais para enfrentar seus problemas. Os professores que, de certa forma, dão continuação à educação/socialização iniciada no lar, muitas vezes se encontram inseguros em relação ao estabelecimento de normas e valores no comportamento dos seus alunos. O encaminhamento a outros profissionais/instituições denota o quanto é difícil ser exercida esta tarefa na contemporaneidade.

O Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental

Os recursos relativos aos serviços de saúde, são representados pelo *Ambulatório de Enfermagem de Saúde Mental* (AESM). As percepções das mães, que fazem parte deste estudo o indicam como um espaço seguro e confiável, no qual depositam suas expectativas em relação à solução dos seus problemas. Isto parece reproduzir o valor social outorgado aos profissionais, principalmente a aqueles que exercem suas tarefas num hospital de caráter universitário. O Ambulatório se constitui assim, num recurso formal, de caráter público, altamente

valorizado pelas famílias, embora muitas vezes precisem esperar longo tempo para serem atendidas.

“Minha filha não tinha problemas na escola, mais eu fui a escola e expus meu problema com seu comportamento e pedi para ser encaminhada ao AESM. A escola atendeu meu pedido, embora esperei bastante tempo por isto”(M4).

Algumas mães já freqüentavam o AESM anteriormente ao início deste estudo. Nesse período de tempo as mães receberam informações e ampliaram seus conhecimentos acerca das questões relacionadas ao estabelecimento de limites no comportamento desses. Estas informações são por sua vez transmitidas às outras mães do grupo, ajudando-as a ampliar sua visão de mundo. A seguinte fala de M2 ocorreu por ocasião das queixas que M4 faz em relação ao comportamento abusivo da filha.

“No início minha neta era também assim. Uma choradeira, aquela teimosia, ela não queria aceitar o não. Eu acho que muitas vezes as mães não dão valor para o que os filhos fazem, não páram para escutar. Estou cansada de ver a criança vindo para a mãe e ela dizer: sai fora que eu estou conversando. Não dão a mínima atenção para a criança, então os filhos se revoltam com aquilo”(M2).

Outra integrante do grupo refere-se ao AESM como um recurso necessário para complementar a ajuda oferecida pela escola, em relação à educação do adolescente. Segundo esta tia, M3, ambas as instituições, escola e AESM, ajudam trazendo maior tranqüilidade à família, pois esta não consegue lidar com a agressividade do adolescente de dezesseis anos e, frequentemente, termina dizendo “sim” aos seus desejos. Este adolescente está vinculado ao AESM desde os cinco anos e nas diferentes etapas do seu desenvolvimento, a família recorre ao Ambulatório em busca de ajuda.

M3 verbaliza esta dificuldade para educar o sobrinho e, ao mesmo tempo, refere que as ações da escola e do AESM como complementares em relação ao desenvolvimento global do sobrinho e a segurança da família.

“Muitas vezes minha mãe e eu dizemos sim para o que ele quer, para não ficar bravo. Agora a orientadora da escola o encaminhou para um curso: “A Gente Jovem”, na Universidade, onde tem uma

psicóloga que atende os adolescentes. A enfermeira responsável pelo AESM já tinha pedido para ele ganhar uma bolsa de ajuda. Agora ele também ganha seu dinheiro e ficou muito contente e nós também” (M3).

Segundo M3, a Escola e o AESM se complementam no atendimento às famílias, por intermédio dos atendimentos diretos e dos encaminhamentos que realiza. Não obstante M4 não se pronunciar em relação à escola como um suporte, ela é percebida como tal na sua fala, o exposto anteriormente, sendo usada como recurso que essa família conta para lograr o encaminhamento desejado para o AESM. M4 também mostra como as instituições que compõem sua rede social se integram e se transformam num recurso válido para a família. Desta forma fica evidenciada a positividade da integração da rede social como suporte à educação de crianças e adolescentes, permitindo o reconhecimento das potencialidades e orientando para instituições que outorgam uma melhor qualidade de vida.

Forças da família

São consideradas como forças da família as estratégias utilizadas por seus integrantes para enfrentar seus problemas e satisfazer as necessidades do grupo familiar, encorajando-os em seu desenvolvimento pessoal (Lacharité, 2004). Esta categoria abrange os recursos intrafamiliares que identificam as famílias como possuidoras de “certos atributos” que as capacitam a enfrentar os problemas que acontecem no seu cotidiano. Trata-se de certas características biopsicológicas das pessoas que se manifestam no dia à dia, permitindo as famílias serem reconhecidas como lutadoras, corajosas, afetivas, educadas, determinadas, solidárias.

Entretanto, nem sempre são devidamente valorizados por eles próprios, chegando ao ponto de considerar que eles fazem parte de todas as pessoas. Ao enfrentar problemas de difícil solução estas forças aparecem, ajudando as famílias. Os recursos internos com que conta cada família, são os que mais rapidamente possibilitam a satisfação das necessidades familiares, quando se coloca o foco sobre as capacidades/habilidades das pessoas.

Neste estudo, esses recursos se exteriorizam através de estratégias que as mães utilizam para enfrentar seus problemas e solucionar suas preocupações, possibilitando a criação de um contexto positivo para estabelecer limites no

comportamento dos filhos. Assim as forças da família propiciam também às mães repensar e re-organizar suas vidas, ajudando-as na organização de novos planos que satisfaçam as necessidades individuais e familiares.

Assim elas passam a refletir sobre possíveis soluções internas que valorizem aquilo que é positivo na sua forma de ser mãe/filho como a forma mais imediata de ajuda. As forças da família aparecem assim como um reconhecimento das habilidades e capacidades que todo ser humano possui.

A capacidade das mães para pedir e aceitar ajuda.

A falta de limites do comportamento dos filhos, na percepção das mães, é decorrente de “uma falha” no exercício das competências. As mães, no desempenho do seu papel, são responsáveis pela educação dos filhos, sem dividir tarefas e papéis com os companheiros. Neste contexto, se sentem responsabilizadas pelos comportamentos dos filhos. Mudar esta situação é uma árdua tarefa com que elas se defrontam, uma vez que os recursos do contexto social e político pouco as ajudam na solução dos problemas. Poucos são os locais/pessoas onde estas famílias podem recorrer por ajuda, pois não existe uma política social que lhes ofereça informação permanente ao respeito da educação dos filhos e mais difícil ainda, perto dos seus locais de moradia. Também não é fácil dividir a responsabilidade de cuidar dos filhos com o pai, uma vez que este é obrigado a permanecer fora do lar para garantir, com seu trabalho, o sustento familiar.

Deter-se a problematizar suas dificuldades, implica em dialogar consigo mesmas e encontrar, dentro da diversidade de experiências ao longo de suas vidas, um caminho que responda as dificuldades atuais. Em última análise é uma ação de resgate das capacidades e habilidades que ampliam as possibilidades para solucionar os problemas. Sem possuir conhecimentos relativos ao desenvolvimento humanos, e frente às necessidades que cada ser humano tem nas diferentes etapas da vida, como ferramenta para compreender os comportamentos dos filhos, as mães procuram ajuda nos poucos recursos oferecidos pela rede social.

Esta capacidade de procurar por ajuda é considerada uma fortaleza, pois, há nela implícito um reconhecimento da insuficiência de “saberes” e a “humildade” necessária no reconhecimento de que o papel maternal não está sendo desempenhado de forma satisfatória. Esta percepção das mães as impulsiona a

pedir ajuda e a aceitá-la. Reconhecer que não consegue solucionar o problema é o caminho para encontrar a solução desejada.

A seguir a fala de M1 exemplifica esta capacidade de pedir e aceitar ajuda, ao mesmo tempo em que percebe como os novos conhecimentos e/ou soluções dos problemas ajudam no seu desenvolvimento.

“Eu vi na novela da T.V. uma cleptomaníaca. Minha filha teve a mesma doença. Quando descobri me apavorei, mas não fiquei paralisada. Procurei ajuda e obtive e ela se curou. Eu consegui amadurecer um pouco mais. Temos que procurar ajuda para saber lidar com nossos filhos. Saber dizer sim e não e nunca ver a parte negativa porque a criança absorve o que lhe é dito. A gente aprende a ver as partes positivas na criança, a elogiar e agradecer”(M1).

O exemplo mais eloqüente desta capacidade das mães de pedir e aceitar ajuda para a solução dos seus problemas é o próprio fato de estar freqüentando o AESM e participar desta dissertação. M5 foi convidada por M4 para participar do grupo. Por não conhecer o novo contexto, ela se apresentou timidamente e pouco falava no primeiro momento. Mesmo assim, apesar de imaginar ou pensar que os outros iriam julgar o desempenho do seu papel negativamente, sua presença foi assídua. Sua fala, após alguns encontros, começava a mostrar maior segurança sobre seu pedido de ajuda e uma melhora de sua auto-estima, uma vez que não considera como valor prioritário o julgamento “dos outros”.

“No início do grupo eu achava que iam me achar uma má mãe e eu não ia gostar disto. Agora não vou negar, estou gostando, falando pelos cotovelos e não tenho vergonha de dizer que na maioria das vezes estou errada, mas estou aqui procurando uma ajuda e solução”(M5).

A coesão familiar

Foi observado nas interações entre os membros das famílias deste estudo que, concomitantemente às distorções na comunicação que estabeleciam, também existem “contratos secretos”, que reforçam a união da família. Estes se relacionam principalmente com a divisão de papéis e tarefas entre o casal, substituindo-se um pelo outro quando existe interesse de algum deles em freqüentar determinado

contexto ou em realizar um trabalho que o outro não tem condições físicas ou afetivas para realizar.

Desta forma os integrantes da família compartilham perspectivas de vida, ainda que seja de forma silenciosa, o que ajuda no fortalecimento da família para poder enfrentar os problemas do cotidiano. Compartilhar mobiliza um sentimento de segurança ao se saberem apoiados nas suas escolhas. Quando os afazeres sobrecarregam algum dos integrantes da família, um outro vai em sua ajuda. No caso de M2, ela tem um acordo tácito com o companheiro, relativo à forma de repartir as tarefas, dependendo da possibilidade de cada um. Se entende como possibilidade não só a física, mas também a psicológica, pois muitas vezes acompanhar e/ou tomar decisões em determinadas situações, pode significar para qualquer um dos pais uma tarefa árdua demais, mas que o outro pode suprir.

“Eu não participo mais de grupos de pais por falta de tempo, meu marido é doente e eu faço em casa muitos afazeres pesados. Ultimamente ele tem me ajudado com o cuidado da casa e toma conta de minha neta quando eu vou aos grupos”(M2).

Ao mesmo tempo, em consequência da aprendizagem pela participação em diferentes contextos, esta avó aprendeu a desempenhar sua responsabilidade de mãe, com a neta, de uma forma mais adequada. No fim do dia quando chega cansada em sua casa, recebe o reconhecimento da neta, com uma surpresa que fortifica os laços que as une, como pode ser observado na fala seguinte.

“Quando cheguei em casa, minha neta tinha preparado uma bandeja com suco e ela fez um bolo com cobertura que eu nunca fiz na vida. Ela fez tudo sozinha e me entregou um bilhete : Mãe, fiz uma surpresa para você, sabe porque? Você merece muito mais. Te amo”(M2).

A coesão do grupo familiar, muitas vezes é retratada na capacidade de trabalho e solidariedade das mães, para com o grupo familiar. Neste sentido, as mães, muitas vezes, em decorrência do baixo poder aquisitivo da família, passam a ocupar um espaço no mercado de trabalho, como fonte alternativa de renda que permitem, segundo sua percepção, garantir a satisfação das necessidades do grupo.

Assim, além de educadoras, algumas mães deste estudo, também são responsáveis, junto com o pai, pelo exercício do papel de provedor.

“Quando eu me aperto com as contas, eu saio a vender produtos de limpeza ou faço uma faxina” (M1).

“Nós só temos o salário da aposentadoria do meu marido e o que ganho com minhas costuras”(M2).

“As vezes quando o salário dele [marido] não dá, eu não peço dinheiro(M5).

A capacidade das mães de mudar e se adaptar

Mudar comportamentos e formas de ser que por longo tempo fizeram parte da vida das pessoas é uma tarefa difícil, uma vez que implica em trocar o conhecido pelo desconhecido, o certo pelo incerto. Não entanto, ao refletir sobre seus problemas as mães percebem que alguma coisa está “errada” na sua relação com os filhos. Por isto pedem ajuda, aceitam e mobilizam suas características pessoais, muitas vezes adormecidas e/ou esquecidas com o objetivo de solucionar os problemas. Assim, as mães investem na mudança de comportamentos e resgatam suas capacidades para enfrentar este novo desafio de se converterem em melhores mães. Confrontar-se com uma nova realidade, uma nova forma de ser e pensar que as auxilie no relacionamento com os filhos, melhorou a auto-estima e facilitou para que enxergassem um novo caminho possível de ser percorrido “com seus próprios recursos”.

A capacidade das mães de se adaptar às mudanças comportamentais das mães/famílias, desencadeadas pelas interações vivenciadas em outros contextos, só pode ser avaliada após um certo período de tempo, que oportunize às mães segurança neste novo empreendimento de vida. As mudanças envolvem todo o grupo familiar e por mais que o objetivo das mães seja o exercício de suas competências parentais com a finalidade de oferecer uma melhor educação aos filhos, nem todas, num primeiro momento as vivenciam como positivas. Isto se manifesta na insegurança das mães quando têm que tomar novas atitudes e elas estão impregnadas dos padrões de comportamentos que lhes foram impostos numa outra época de suas vidas. A positividade da mudança vai depender das características pessoais das mães, do grupo familiar e da segurança que elas

demonstram nas novas atitudes, visando o desempenho do seu papel em relação à educação dos filhos.

A capacidade de mudança está assim atrelada à habilidade das mães de refletir sobre sua situação de vida atual e o que foi aprendido ao longo do tempo. A mudança na forma de exercer as competências parentais, muitas vezes é manifestada pelas mães como uma adequação entre “o velho” (aprendido quando era filha) e “o novo” (aprendido nas novas interações). Dessa forma, as mães vão aprendendo a ser melhores mães.

“Eu fui criada no regime militar, do colégio para casa e de casa para o colégio, não podia falar com ninguém. Na minha vida como mãe, eu estava tendo o mesmo comportamento de minha mãe.[..] Eu estava dando educação rígida demais para minha filha (hoje adulta). Com as pequenas mudei, converso muito com elas, então hoje eu consigo conversar com minhas filhas... a vida e o grupo me ensinaram muita coisa”(M1).

Numa outra fala, esta capacidade de mudança das mães, se atualiza na reflexão sobre as novas informações provindas das interações vivenciadas pela mãe com este grupo de mães. Neste sentido o primeiro passo a ser dado para a mudança é a reflexão. A ponderação feita pelas mães relativa a formas de solucionar os problemas com os filhos, se constitui no eixo da reflexão de M5, que resolve por à prova suas capacidades e habilidades na elaboração de um novo projeto de vida. Para isto ela mobiliza os recursos internos e os consolida nas estratégias usadas para possibilitar seu objetivo. Desta forma, M5 investe e começa a trilhar um novo caminho rumo à autonomia.

“Pensei em colocar meu filho numa escolinha para tirar daquele mundo adulto enquanto há tempo e assim ter contato com as crianças. Eu me apresentei numa seleção para trabalhar no comércio e ganhei, eu adoro trabalhar. E trabalhando vou parar de pedir dinheiro para meu marido, acho que a gente tem que crescer não dar para trás. Eu quero primeiro arrumar um pouco minha casa, segundo ir a trabalhar e colocar meu filho numa escolinha para ele evoluir”(M5).

As forças e fortalezas são referidas como capacidades e habilidades dos pais, que as desenvolveram no período histórico de suas vidas, face à suas

vivências e características pessoais. Elas se consolidam nas novas alternativas/adequações encontradas que não somente satisfazem as necessidades atuais, mas também lhes permitem planejar e organizar novas ações e comportamentos que visem à sua realização pessoal, a um projeto de vida, à sua autonomia. Esta capacidade de mudar e se adaptar à um tempo novo reflete as capacidades/habilidades das mães, que uma vez mobilizadas, se atualizam e se constituem como novas formas de ser melhores mães. Assim, essas características das mães lhes oportunizam desenvolverem-se como pessoa, como mãe, e criar um contexto positivo onde seus filhos são educados com base em normas e valores. O desenvolvimento das mães oportuniza o desenvolvimento dos filhos. Os filhos se desenvolvem com o estabelecimento de normas e valores que orientam os comportamentos.

As forças identificadas pelas mães foram na maioria, desenvolvidas ao longo do acompanhamento no AESM e das interações “face a face” experienciadas durante a realização deste estudo. Para M1, M2, M3, M4, M5, foi reconhecer em si mesma e em suas família a presença de estas fortalezas e resgatá-las para o cotidiano.

È, portanto, a partir desta consciência e do reconhecimento e desenvolvimento de um nível de competência parental que consideramos o efetivo desenvolvimento das mães, respondendo assim, ao quinto elemento do modelo bio-ecológico de Bronfenbrenner. Ou seja; segundo a percepção de M1, M2, M3, M4 e M5, houve um desenvolvimento na medida em que se anuncia uma mãe diferente de aquelas que iniciaram o estudo. M3, devido a suas características pessoais, pouco aparece nos diálogos apresentados neste estudo. È a tia que cumpre com a tarefa, de cuidar seu sobrinho, em comum acordo com seus pais. Ela pouco verbaliza, é tímida, mas gosta de escutar e observar o que acontece na sua volta. Pensa que se interessa pelo grupo, pois, sempre as pessoas mais velhas têm algo a nos ensinar e por isto se mostra uma assídua participante. Segundo ela, muito aprendeu escutando, sobretudo a colocar limites ao seu sobrinho adolescente, quando antigamente só brincava com ele. Esta capacidade de escuta de M3 e o desenvolvimento dessa nova habilidade “de dizer não”, foi exteriorizada no grupo com uma nova postura corporal, mais ereta, mais segura de si, com maiores interações com as integrantes do grupo. Esta segurança melhorou sua auto estima, evidenciado no seu sorriso e na sua nova

forma de se arrumar para os encontros, denotando o quanto estes eram importantes para ela.

Estas foram as categorias que emergiram da análise dos dados. No processo de construção que resultou nestas três categorias, é importante registrar que foram evidenciados os elementos que compõem o modelo bio-ecológico do desenvolvimento humano, utilizado como referencial teórico deste estudo. Assim a dificuldade dos pais para colocar limites no comportamento dos filhos foi examinada a partir das interações que se desenrolam no seio da família, em estreita vinculação com os diferentes níveis de seu contexto de vida. Da mesma forma, os recursos sociais e intrafamiliares que podem ajudar essas famílias a responder à suas dificuldades, foram examinados levando em consideração o tempo e o contexto em que vivem.

CAPITULO VI

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são confrontados os principais resultados provenientes da análise dos dados com os aspectos mais significativos da revisão da literatura e do referencial teórico utilizado neste estudo. A problematização junto aos pais, acerca de suas dificuldades para transmitir aos filhos a noção de limites comportamentais, evidenciou que as incertezas e a insegurança quanto à maneira de educar os filhos, no mundo contemporâneo, está na origem de seus problemas.

Os valores transgeracionais e os do mundo contemporâneo

As mães do estudo não conseguem conciliar a bagagem de conhecimentos que acumularam em sua trajetória vital, relativas aos seus papéis e tarefas, com os valores predominantes no mundo contemporâneo. Esta constatação encontra ressonância em Zimerman (2001), quando afirma que a globalização das novas descobertas e informações influencia e modifica o contexto social. As novas formas de olhar o mundo, de pensar e comportar-se; os padrões sociais em contínuas e rápidas mudanças estão fortemente associadas à insegurança e às dificuldades dos pais em relação ao exercício de suas competências.

A dificuldade está concentrada, principalmente, no papel de educador, sendo fortemente influenciada pelo conceito de educar construído em um outro tempo quando os pais de hoje ainda eram apenas filhos. No mínimo, as mães se debatem com duas correntes acerca de educação: uma tradicional, sustentada nos saberes construído a partir das próprias vivências e outra que se impõe na emergência de um novo tempo.

Algumas mães repetem o aprendido transgeracionalmente e passam a realizar interações com os filhos da mesma forma como elas experienciaram, em outro tempo, quando o autoritarismo era incontestável. Nesse tempo, as crianças eram pouco valorizadas como seres em desenvolvimento; em geral, eram vistos como pequenos adultos sem direitos, sem vontades. À oposição aos mandatos parentais eram castigados fisicamente e a obediência era garantida, na maioria dos casos, às custas da imposição da autoridade.

Estas constatações podem ser exemplificadas através da história de M1 que, ainda muito jovem e sem experiência de vida, reconhece que educara suas primeiras filhas (duas) tendo por base o que havia aprendido com sua família de origem. Ao mesmo tempo, mostra com clareza a relevância da dimensão temporal imbricada na definição dos rumos que a educação dos filhos toma e, especificamente, na dificuldade dos pais para estabelecer os limites ao comportamento dos filhos.

Por outro lado, as mães com o intuito de tornarem-se “mais modernas”, mais informadas e preparar melhor seus filhos para o futuro, optam, muitas vezes, com muita insegurança, pelo *laissez faire* (M4). Nesta alternativa escolhida por algumas das mães, são as crianças que detêm a autoridade, elas se autodeterminam e as mães sem saber o que fazer com estes comportamentos ficam desesperadas e optam por consentir os desejos dos filhos.

O exercício de qualquer uma das duas alternativas não consegue satisfazer as necessidades dos filhos, nem ajuda a solucionar este problema das mães. Estas duas formas de exercer as competências parentais desconsideram elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, segundo Bonfenbrenner (1986). Os pais e as mães na tentativa de colocar na prática aquilo que acham melhor para seus filhos não levam em conta as características bio-psicológicas de cada um deles nem a especificidade do contexto ao qual pertence à família. Não é de estranhar, portanto, que as interações entre pais e filhos e as formas de educar, não sejam bem compreendidas por estes, gerando nos pais incertezas relativas a suas competências parentais.

Desta situação decorrem questionamentos como, por exemplo, quais são os valores que os pais acreditam sejam certos para o futuro dos seus filhos e como transmitir-los a estes de forma que contribuam, no futuro, para sua pertinência social? Cabe questionar qual é o adulto ideal dos pais? Como seriam “os novos pais” que o contexto social atual molda e que levam impressos os novos valores sob um aparente cientificismo? Esta insegurança se converte no núcleo das dificuldades dos pais. Talvez o meio termo se encontre na re-construção de crenças e valores dos pais de hoje, de modo que eles possam viver suas próprias vidas e seus próprios valores.

Essa é uma tarefa difícil, principalmente para os pais, como a maioria dos que integram este estudo, que interagem diariamente com suas famílias de origem,

reforçando assim, muitas vezes, os valores de “antigamente”. É uma realidade que a estrutura familiar predominante se refere a família nuclear que se instala no espaço antes ocupado pela família extensa. Embora não seja uma contradição, a assertiva de Fleschman; Biasoli Alves (2001), de que “as exigências sociais dos pais de hoje se tornam maiores quando não se pode contar com o apoio da família expandida”, o estudo demonstra que as famílias que o compõem são estruturadas como nucleares, não obstante contam com a ajuda da família expandida, o que confere uma característica especial a este apoio e a estas famílias que as deixa mais seguras quanto à satisfação de algumas de suas necessidades, o que se constitui na positividade destes relacionamentos do cotidiano dessas famílias.

Este apoio da família expandida, principalmente dos avós, pode derivar (ou ser influenciado) mais uma vez, pelos valores da época contemporânea, uma vez que hoje, para manter um trabalho estável que gratifique adequadamente as necessidades das famílias se exige um padrão de conhecimentos e informações maiores do que antigamente. Quando os pais não tiveram oportunidade para chegar ao patamar de conhecimentos exigidos pelo mercado atual de trabalho, a família expandida oferece segurança uma vez que, geralmente conta com “emprego fixo” que é representado pela aposentadoria dos avós, o que tranqüiliza ao grande grupo familiar pela possibilidade de oferecer também apoio econômico a quem necessita.

Assim, a família expandida, no contexto das integrantes do grupo, soluciona algumas de suas necessidades. O suporte que disponibiliza, muitas vezes, é expresso através de ajuda econômica, resultante da compreensão das dificuldades financeiras das famílias (M3) e (M 4). Outras vezes, quando situações de doenças estão presentes, o suporte se expressa em afetividade, (M2), seja visitando a família ou executando as tarefas que a mãe, (M5), não pôde realizar.

Esse apoio da família, assim como do companheiro/a, representa a união da família e resgata o valor da solidariedade, a importância do afeto e da compreensão das necessidades dos outros. Ao mesmo tempo, esses vínculos de respeito e afetividade com a família expandida representam, para os filhos, valores escolhidos, de alguma forma pelos pais, que servem de referência para os filhos, nas escolhas de seus próprios valores.

“Como” transmitir valores aos filhos?

Nesta busca de soluções para a problemática dos limites, os pais não conseguem fazer escolhas de normas adequadas e transmitir aos filhos. É justamente na maneira como este papel é exercido, que encontram maiores dificuldades, ou seja, não tem certezas do que, e como transmitir valores aos filhos, pois tudo parece estar mudando na sociedade. Transmitir idéias, pensamentos, valores, crenças exige como pré-requisito o exercício da comunicação. A comunicação tem sua âncora na bilateralidade, ou seja, na existência de pelo menos duas pessoas em interação numa relação de reciprocidade, onde uma fala e a outra escuta e emite uma resposta.

Embora as mães que participaram deste estudo digam que se comunicam, parece que apenas conversam com os filhos e isto não tem sido suficiente. O significado de “conversa” como coloca Gomide (2004), deixa entrever uma fala cansativa e repetitiva dirigida aos filhos que, por não corresponder às suas necessidades, não lhe outorgam um grau de motivação para serem escutadas. Ou seja, elas estão aquém das necessidades dos filhos. Sem significado, as conversas são ignoradas e as mães continuam repetindo continuamente o que acreditam ser importante para os filhos. Por outro lado, sem conseguir decodificar a mensagem, os filhos vivem a vida à parte, algumas vezes, em silêncio, noutras com comportamentos agressivos e desafiadores, caracterizando um tipo de interação que foge das características interacionais de que fala Bronfenbrenner (1998).

Decodificar as atitudes dos filhos amplia o leque de conhecimentos que, segundo Lacharité (2003), os pais devem de ter para educar seus filhos. Esta é uma tarefa difícil, vinculada com a escuta de uma mensagem, nas qual estão imbricados não só os conhecimentos que as mães possam adquirir através das interações proximais em novos contextos, como também características pessoais de cada mãe. Assim algumas mães conseguem mais rapidamente aprender a decodificar que outras, dependendo de suas capacidades e das oportunidades de suporte que o contexto lhes oferece.

A decodificação das mensagens dos filhos se torna uma atividade primordial para que as mães possam entender as condutas dos filhos pois, o silêncio ou os gritos desafiantes, muitas vezes, falam de alegria, medo, inibição, insegurança, necessidade de atenção. Aprender a decodificar as mensagens é o que possibilita

incentivar nestas mães num caminho para compreender às necessidades dos filhos e assim direcionar seu desenvolvimento num rumo mais normativo.

Saber escutar o outro aparece como uma das maiores dificuldades em termos de comunicação entre as famílias do estudo. Escutar os filhos, seus interesses, suas necessidades, é para os pais uma tarefa que precisa ser aprimorada, pois as falas das mães denotam que ainda não foi aprendida suficientemente. Esta dificuldade dos pais pode estar vinculada a dois fatores centrais: a atual valorização das crianças e os conhecimentos sobre as necessidades dos filhos em cada etapa de vida. Ou seja, mais uma vez as mudanças científicas da contemporaneidade, neste caso vinculado à valorização das crianças e a suas necessidades para o desenvolvimento rumo ao ser adulto, desencadeiam incertezas nas mães de como educar, sobretudo quando elas têm que valorizar, intercambiar e refletir opiniões com os filhos.

Por isso, as mães têm dificuldades para oferecerem um espaço de tempo e dar a voz aos filhos, deixando-os expor suas preferências, argumentar e negociar sobre a importância das consequências dos comportamentos. Na adolescência, em geral, a argumentação, o racional, se converte no filtro por onde toda informação passa. Sem poder argumentar junto aos pais, as escolhas perdem significado para os filhos o que é avaliado por estes como “falta de respeito”, ou rotulado à filha como “criança difícil de conviver”, “criança com problemas para se comunicar”, entre outras.

As Interações proximais, que segundo Bronfenbrenner (1998), definem o desenvolvimento do seres humanos, aumentando a capacidade das pessoas de realizar interações cada vez mais complexas, podem ser experimentadas nos diferentes contextos do microsistema familiar. Estas interações têm por finalidade apropriar-se de novos conhecimentos que ampliem a visão de mundo, outorgando respostas a sua problemática de colocar limites nos filhos. Se as mães, que tem as responsabilidades com o papel de educador não sabem o que fazer e como fazer para que seus filhos as escutem, os processos proximais ficam muito restritos. Os dados mostram que a comunicação é distorcida quando as pessoas em interação são principalmente pais e filhos, pois, geralmente com amigos, professores, vizinhos, membros da família expandida, colegas de aula, filhos e pais conseguem-se comunicar (M4).

Se as interações recíprocas são os motores que impulsionam o desenvolvimento, segundo Bronfenbrenner (1998), as partes envolvidas precisam

agir. Pais e filhos têm o direito de falar e de serem escutados. O que está claro para as mães é que elas falam com os filhos, mesmo que eles não as escutem. Os filhos também querem ser escutados e dar suas opiniões sobre o que acham certo ou errado nas colocações dos seus pais. Desta forma, o diálogo entre pais e filhos e entre os pais (casal), se converte num fator positivo que oportuniza o desenvolvimento de ambos, porem quando os pais estão inseguros em como exercer suas competências, o exercício do diálogo não parece se efetivar.

Neste sentido, a insegurança das mães relativas ao “certo e errado”, frequentemente conduz ao exercício extremo das competências parentais. Assim, em alguns momentos, algumas mães se mostram exageradamente permissivas com seus filhos, deixando-os fazer tudo o que eles querem, enquanto em outros, escolhem o autoritarismo como referencial para sua prática educativa. Desta forma as interações proximais vitais para o desenvolvimento se perdem em qualidade, coerência e consistência.

Evidenciou-se neste estudo que a falha na comunicação não se exprime somente na relação pais e filhos, ela se apresenta como um padrão mais amplo de interação familiar. Estende-se a outros adultos que cuidam das crianças, os quais também não conseguem se comunicar quanto a forma de cuidar, como é o caso nas situações de M4 e M5. Cada um dos adultos fala e faz por si o que bem entende, não há um consenso prévio entre os que cuidam das crianças, das atitudes a tomar, das normas ou valores escolhidos em relação à educação das crianças. Desta maneira, são os adultos que propiciam e validam, muitas vezes, as formas de agir das crianças, já que a opinião deles, num espaço de incertezas, assume a mesma importância da dos adultos.

Esta aparente liberdade outorgada aos filhos em suas decisões parece reproduzir o pensamento de muitos pais (adultos) de hoje. Eles pensam que as crianças devem ter seus direitos respeitados, da mesma forma como os adultos, quando é sabido que as crianças precisam ter experiências profundas e verdadeiras com seus pais para que possam se desenvolver (PIAGGI e GUARESCHI, 2004).

Os resultados permitem inferir, também, que a insegurança das mães pode estar relacionada com o medo de “perder” o amor do filho. Ao mesmo tempo, estabelecer novos padrões de conduta para os filhos está ligado com a capacidade de cada um lidar com acontecimentos novos. “O novo”, pelas suas conseqüências desconhecidas, gera sentimentos de medo nas mães que, desta forma preferem

continuar fazendo e educando de acordo com as normas e as regras que conhecem, ou seja, aquilo que aprenderam ao longo do tempo com seus pais. M5 deixa claro esta postura quando refere o medo que sente diante da possibilidade de negar alguma coisa ao filho de que ele “se revolte” contra ela. Com base em Paggi e Guareschi (2004), este medo pode estar vinculado a própria responsabilidade da mãe com o cuidado do filho e a preocupação de estar agindo errado, especialmente, porque seu papel como educadora é bastante solitário.

A “falta de tempo”.

Por outro lado, o contexto social contemporâneo não oportuniza as bases para que “o novo” se instale. Nesse sentido, a sociedade, não oferece normas estáveis que validem os comportamentos e formas de pensar dos indivíduos, pois tudo muda muito rapidamente sem dar tempo às pessoas de elaborar suas escolhas. Isso não oportuniza o desenvolvimento humano, uma vez que é a repetição de condutas por períodos de tempo estendidos que oportunizam o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1989). É o tempo, quem define e influencia das mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo vital de cada pessoa. As opções das mães, de como educar seus filhos, são baseadas naquilo que se manteve por um período estável de tempo, e esses foram os valores de seus pais. Por isso, muitos pais os mantêm até hoje, como orientadores dos comportamentos familiares. Converteram-se no referencial, de alguns pais de hoje, para educar os filhos, uma vez que, segundo suas percepções, deram certo.

Não existem na atual sociedade “períodos prolongados” de tempo em que vigorem as mesmas normas e valores. O que predomina é o imediatismo. As mães confirmam que os valores estão em contínua mudança (Zimerman, 2001) e que elas não sabem o que fazer com os filhos, e isto é observado nos diferentes ambientes do microsistema. A dificuldade dos pais em colocar limites nos filhos aparece como uma característica da sociedade contemporânea. “O problema de M4 não é vivido só por ela, tem milhões de mães assim e isto se vê no meio da rua” (M2)”.

A importância da hierarquia familiar

Observa-se nos resultados que os problemas relatados pelas mães em relação ao estabelecimento de limites no comportamento dos filhos estão fortemente ligados à *falta de autoridade dos adultos* vinculada aos comportamentos inadequados dos mais jovens. Sem saber certo o que fazer, as mães se debatem geralmente entre pólos extremos, oscilando entre o autoritarismo e a permissividade, da comunicação à ausência de comunicação, da exigência à ausência de exigência, da consistência de aplicar sempre as mesmas normas à inconsistência (a todo momento se muda a forma de pensar).

Quando M5 descreve sua maneira de lidar com o filho de dois anos e meio, a opção por ela escolhida, é a de dar tudo o que o filho quer o que gera na mãe a responsabilidade de estar sempre atenta aos seus desejos para não magoá-lo, misturando seus problemas de estresse e cansaço com a tarefa de educar o filho. Ao mesmo tempo, observa-se que a mãe nada exige, não exerce a autoridade e se deixa guiar apenas em nome de um afeto e, neste caso, as normas e valores são opções do próprio filho. Desta forma M5 mostra a inconsistência de seu comportamento através da variabilidade das normas: o que num dia é valorizado, noutro pode não ser. Segundo Biasoli-Alves (1977), esta prática constitui-se em um dos mais sérios obstáculos para a educação dos filhos.

Quando se trata de colocar regras, normas que orientem as condutas dos filhos, muitas vezes as escolhas das mães de como exercer a autoridade, também levam em conta o referencial de educação aprendido junto aos seus pais, como elas mesmas descrevem nas suas falas. Outras vezes, investem uma ação diferente à anterior e as mães acabam assim, optando por ações opostas às aprendidas, com o intuito de oferecer o melhor aos seus filhos, pelo menos, melhor do que elas tiveram. Assim elas reafirmam o pensamento de Baumrind, (apud Fischmann e Biasoli-Alves;2001): *“se por um lado a autoridade absoluta não é hoje mais factível e gera revolta, em contrapartida, a permissividade aumenta o nível de comportamentos anti-sociais e torna o indivíduo profundamente inseguro”*. Isto aparece nos depoimentos de M4 e M1 quando pretendem impor normas a suas filhas pré-adolescentes, utilizando o discurso repetitivo, sem dar a estas opções de argumentação e escolha. As mães querem que se faça o que elas escolheram, justificando-se pelo fato de serem elas que “mandam”, ou porque “são as melhores

amigas das filhas”, ou porque “tudo o que elas decidem é para o bem das filhas” (M1).

Se, como diz Lacharité (2003), as competências parentais se organizam na articulação do conhecimento dos pais e das necessidades dos filhos, no processo de educar os filhos, como articular tudo isto, quando o pai, passa todo o dia fora de casa e a mãe exerce praticamente todos os papéis e tarefas que deveriam ser negociados a dois?

Se os pais não conseguem dialogar, como dividir a prática das competências parentais? Como conhecer as habilidades/ou capacidades de cada um dos pais, para realizar determinadas tarefas e papéis? Como conhecer e satisfazer as necessidades dos filhos? Isto demanda tempo compartilhado entre os integrantes das famílias, principalmente entre o pai e a mãe. O tempo que o pai tem, é gasto no mercado de trabalho, o tempo da mãe fica distribuído na realização de quase todas as tarefas e papéis parentais. Desta forma, com pouca disponibilidade de tempo para dialogar, o casal, geralmente se encontra no fim do dia. E isso se resume, em geral, ao cansaço experimentado por ambos depois de um dia de trabalho. Se não há tempo para desenvolver interações proximais com os integrantes do contexto familiar, se não se consegue dialogar, como fazer a difícil negociação/divisão, do exercício de papéis e tarefas?

Aprender a se comunicar com os filhos se integra aos “saberes implícitos” que todos os pais devem de ter a sua disposição para exercer suas competências (Lacharité, 2003). Esta tarefa só pode ser iniciada quando os pais tenham informações suficientes sobre as necessidades dos filhos, das possibilidades de apoio do contexto e da realidade familiar. É a partir deste ponto que a reflexão para a mudança pode ser observada.

A nova visão de mundo de pais e filhos

Quando a mãe amplia seu mundo para além dos limites de sua própria família ela tem a oportunidade de estabelecer interações com novos contextos e suas experiências de vida a fazem repensar suas ações. A fala de M1 mostra a reflexão que a experiência lhe proporcionou para entender melhor a importância da frequência e a constância das interações entre pais e filhos.

“Quando eu me separei, eu trabalhava de caixa num supermercado, então, uma menina cuidava de minhas filhas que eram pequenas. Eu retornava para casa cansada, mas, dedicava duas horas para elas. Depois, trabalhei de babá e, então, senti muita pena das crianças que eu cuidava, porque na realidade eu era a mãe dessas crianças, eu passava o dia todo com elas. Quando a mãe e o pai chegavam a mãe dizia: sai daqui, não quero brincar. Vendo isto eu pensei e mudei. Agora eu consigo conversar com minhas filhas.”M1.

A socialização, papel básico de todo educador, se concretiza nas interações diversificadas no microssistema familiar. Educar é essencialmente, um processo socializador, de responsabilidade dos adultos do grupo familiar (Lacharité, 2003; Paggi & Guareschi, 2004). A mãe, em interação contínua com o ambiente, incorpora valores considerados certos e os transmite aos filhos com a finalidade de prepará-los para que no futuro possam viver de forma “adequada”, inseridos em seu contexto social.

Este papel foi fortalecido pelas mães, nas interações proximais com as outras mães do grupo, uma vez que novas formas de se relacionar com os filhos e o contexto são trazidas nas experiências vivenciadas por aquelas mães que contam com recursos sociais e com suporte para desenvolver a socialização dos seus filhos. Assim, as interações proximais realizadas entre as componentes do grupo de estudo foi uma experiência que proporcionou às mães novas formas de se relacionarem com os filhos e com o contexto.

Estes comportamentos maternos evidenciam suas capacidades de pedir e receber ajuda, o que pode estar refletindo um dos elementos do modelo PPCT que Bronfenbrenner (1998) refere como características pessoais dos indivíduos e reconhece como um elemento determinante do desenvolvimento humano.

As características bio-psicológicas dos envolvidos no processo de educar devem ser respeitadas, uma vez que, segundo Bronfenbrenner (1998), definem o conteúdo, a força e a direção do desenvolvimento. Assim, como a finalidade do desenvolvimento do ser humano está na sua auto-realização em decorrência de suas capacidades, o papel dos pais é orientado para *“promover as condições para que as características, as capacidades e tendências do indivíduo, se expressem-promover o desenvolvimento e não o de juiz e corretor”* (Fischmann & Biasoli-Alves,Z; p.3, 2001).

São as características biopsicológicas das pessoas que as impulsionam na procura por ajuda. É a rede de suporte social que lhes permite compartilhar suas dúvidas e prover-se de informações/conhecimentos para a educação dos filhos. M1 sempre procura a ajuda que necessita para solucionar seus problemas, valendo-se de amigos e de outros recursos extra-familiares, como, por exemplo, os grupos comunitários de ajuda e suportes sociais pelos quais anteriormente já foi beneficiada. Ela usa de estratégias, servindo-se das pessoas e instituições já conhecidas, de forma que esses recursos sociais a ajudem a encontrar outros, fazendo uma cadeia de interações em diferentes ambientes, com o objetivo de solucionar seus problemas. Desta forma, são estas características de M1 que a impulsionam à novas interações, criando as condições para expandir suas capacidades (forças).

M1, motivada pelos seus êxitos, ajuda aos seus amigos e outras mães a seguir seu exemplo e buscar o que necessitam, tanto em termos de necessidades das famílias como de auto-realização pessoal. Ela manifesta também seu desejo de realizar novos planos de vida.

“O que eu tenho como experiência, passo para outras pessoas. Assim eu me realizo como pessoa. Eu tenho um sonho: me formar advogada, e eu vou ser, ainda que meus familiares digam que vou estudar depois de velha. Não faz mal, eu vou subir com uma bengalinha lá na formatura, mas eu vou ser advogada. O ano que vem eu vou para um curso pré-vestibular e além disso vou fazer um curso para aprender a dirigir” M1.

Neste sentido, este estudo só fala das habilidades e capacidades das mães, o que não supõe pensar que os pais não tenham outras habilidades além daquela expressa pelas mães, ou seja, de provedor. Os resultados mostram as mães, como responsabilizadas por um sem fim de tarefas demonstrando habilidades e capacidades. Os pais, aparentemente, têm só uma capacidade: satisfazer as necessidades econômicas do grupo familiar.

A família expandida, a escola e a família, não são os únicos ambientes por onde os filhos transitam e que lhes permitem ampliar sua visão de mundo. Os centros ou clubes culturais que os adolescentes valorizam por desenvolver atividades que vão ao encontro de suas habilidades, também, ajudam no desenvolvimento dos filhos. Concordar (M4) que a filha freqüente o clube

tradicionalista, na etapa da vida escolhida pela filha, e não naquela que a mãe deseja é sinônimo de compreender as mudanças das necessidades dos filhos ao longo de suas vidas. É também, o próprio desenvolvimento de M4 como mãe.

Os contextos onde os adolescentes encontram seu grupo de pares, clubes em geral, campos de esporte, propiciam interações aos mais jovens, fora do ambiente familiar. Este microssistema influencia a forma de pensar e agir dos adolescentes e, muitas vezes, colocam para os pais o enfrentamento da busca de conciliação entre os valores adquiridos com as novas informações e conhecimentos que os seus filhos trazem ao lar, já valorizados pelo grupo de pares. O microssistema é desta forma decisivo na construção de novos conhecimentos e como diz Feischamnn e Biasoli-Alves(2001), na medida em que estas interações acontecem, os pais e filhos recebem do contexto social seus valores e crenças, colocando assim na prática aquilo que é valorizado ou desaconselhado pelos outros.

Os resultados também revelam que após as mães manterem interações proximais satisfatórias entre os integrantes do grupo desenvolvido no AESM, nos grupos de ajuda comunitária, por um período de tempo, elas intensificam o processo reflexivo sobre os novos saberes que adquirem. Destas reflexões se origina uma nova forma de pensar e ver o mundo. A educação dos filhos passa a ocupar seu pensamento, com o diferencial que agora pode ser compartilhada. Assim as mães se aventuram no exercício de novas formas de educar e interagir com seus filhos. As novas interações proximais, novas pessoas, símbolos e objetos, durante o período de tempo de oito meses, que duraram os encontros no AESM, trazem novas informações que ampliam suas concepções de vida e especialmente a de educar filhos.

Na avaliação realizada, no final dos encontros, as mães, respeitando suas características pessoais, referiram seu desenvolvimento como mãe, oportunizando um novo contexto familiar positivo, onde novos valores e formas de agir foram postas na prática, nas interações com seus filhos. Assim as mães conseguiram colocar normas e valores no contexto familiar. Evidentemente, uma avaliação mais profunda só poderá ser realizada num tempo futuro, mas a tarefa de transmitir a noção de limites ao comportamento dos filhos, de forma consistente, já não parecia tão incerta e assustadora, oito meses após, quando do encerramento dos grupos. As noções de flexibilidade, sem descuidar o respeito à autoridade dos adultos, o diálogo

com os filhos, com afeição e, a inserção do pai na relação mãe-filho, começava a despontar, inicialmente como chamamento.

Desta forma, as mães se constroem como mães e, ao mesmo tempo, promovem o desenvolvimento dos filhos, evidenciando um possível despontar do quinto elemento da teoria bio-ecológica de Bronfenbrenner, referido anteriormente. Apesar de esse despontar promissor, não podemos ignorar que, embora algumas teorias afirmem que o importante é a qualidade do tempo que os pais passam junto com os filhos, surgidas especialmente, a partir de um tempo em que as exigências do mercado de trabalho e da sobrevivência das famílias falavam mais alto, a quantidade de tempo compartilhado em família, ainda é um fator essencial para o desenvolvimento dos filhos e dos pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As necessidades das mães

A partir do estudo realizado, são apontadas algumas necessidades das famílias para desempenhar suas competências parentais e construir um contexto positivo para o desenvolvimento de seus filhos. As mães identificaram duas questões imprescindíveis para o exercício de suas competências: *a necessidade de informação sobre o desenvolvimento humano*, principalmente referida às necessidades dos filhos nas diferentes etapas do seu desenvolvimento e *a necessidade de compartilhar suas dúvidas e incertezas* relativas à forma de educar os filhos com pessoas especializadas na área.

Não obstante estas fossem necessidades identificadas como prioritárias outras apareceram vinculadas às exigências da contemporaneidade. As mães assinalam *a sobrecarga*, uma vez que são responsabilizadas pelas competências parentais, eximindo-se tão só da de provedor. E isto só aparentemente, como já foi comentado, pois, muitas vezes elas exercem trabalhos autônomos para ajudar com a renda familiar. Então elas se sentem sobrecarregadas com tanto trabalho e responsabilidades. São muitas tarefas e papéis que lhes são exigidas num mundo em constante mudança de conhecimentos, técnicas, valores. Muitos saberes precisam aprender e ainda integrar com os antigos. Poucas são as pessoas com que contam para serem ajudadas nesta tarefa. Por este grupo possuir poucos recursos econômicos, afetivos e de conhecimento, o que as ajudou a serem melhores mães, foram seus próprios recursos internos, mas nem sempre só estes são os que solucionam seus problemas. Elas têm *necessidade de dividir com o companheiro as tarefas e papéis parentais*, como forma de minimizar esta sobrecarga maternal e poder se desenvolver não só, como mãe, também como pessoas capazes de serem donas do seu destino.

Descobrir as capacidades, habilidades e limitações que cada ser humano possui, não é uma tarefa fácil. Precisa-se de alguém que possa ajudar aos pais a refletir sobre estas características pessoais e a forma adequada de serem utilizadas em seu favor. O desafio então, se estende também aos profissionais de saúde que trabalham com famílias, uma vez que o grupo destacou sua necessidade de dar continuidade aos encontros, por tempo indeterminado, ou seja, *a necessidade de um*

suporte social contínuo onde possam problematizar, refletir sobre suas preocupações, que as ajude a exercerem suas competências parentais. E foi mais além, sua vontade de que o pai faça parte deles. Isso focaliza a necessidade da mãe, relativa a que o companheiro compreenda e valorize seu papel, ou seja, a *necessidade de que se desenvolvam relações afetivas mais profundas entre os integrantes da família*, como uma forma de se conhecerem melhor.

Estas relações afetivas entre pais e filhos são as que promovem a construção da identidade, sobretudo dos filhos, baseada nas realidades atuais e históricas das famílias. Enquanto o mundo contemporâneo continue adotando um posicionamento cultural globalizado e não detenha seu olhar nas características das pessoas, e a realidade do seu contexto, todos seremos nivelados como seres com os mesmos desejos, vontades e capacidades. E' o reflexo da sociedade que se vive, e não se vive bem. Rever estas relações parece ser uma necessidade das mães, pois elas notam que os laços que unem as famílias estão mais fragilizados que antigamente. Assim as mães, reclamam *uma participação mais ativa do pai, principalmente vinculada ao cuidado com os filhos* no cotidiano de suas vidas,.

Ao final dos encontros, as mães começaram a sentir-se receosas de suas novas formas de pensar, a fazerem planos sobre suas *necessidades de prazer, de sua auto-realização*. Ao mesmo tempo em que não querem ser iguais aos seus pais, se sentem inseguras quanto à novas atitudes, esperando, ao que parece, um aceno de alguém que aposte nas suas capacidades como uma forma de compartilhar as novas idéias e ajuda-las a re-construir uma nova vida mais segura, com base em seus valores, para ser feliz.

Talvez a solução possa ser sugerida como o estabelecimento de uma “escola para pais”, pois ser pais competentes requer um processo de aprendizagem contínua, a partir da mutante realidade social em que vivemos. Não se trata de uma escola formal mas, um espaço de interações que se converta em educação permanente, já que o mundo exige constante adaptação dos pais a normas e valores. Mas, quem seria o “professor”? Possivelmente os próprios pais e seus filhos

Em relação aos diferentes tipos de informação e assistência que estes pais precisam, uma equipe multidisciplinar que considere o ser humano como uma unidade, como um todo, me parece uma opção válida para ajudar aos pais a criar um contexto positivo onde pais e filhos possam se desenvolver com segurança.

Contribuição geral da pesquisa

Esta pesquisa possibilitou entender a realidade das famílias envolvidas no estudo. Assim, sua contribuição recai sobre o conhecimento da realidade destas famílias tal qual são por elas experimentadas. Este conhecimento é construído a partir do momento em que se dá voz às próprias mães para descreverem seus problemas e preocupações. Assim o espaço, aos quais as mães do estudo tiveram acesso (o AESM) e foram ouvidas, cumpre sua finalidade de ajuda para este grupo de mães.

Mesmo sabendo que são muitas as mães que vivenciam problemas semelhantes e que necessitam de ajuda, podemos atrever-nos a pensar que quando um grande número de mães estão com problemas para educar seus filhos isto não decorre do fato de que todas sejam incompetentes. Á um outro fator deve ser adjudicada tal responsabilidade pela dificuldade das mães. Podemos encontrar a resposta na bibliografia consultada neste estudo, a qual descreve uma nova sociedade, baseada na individualidade, no consumismo (no ter) e na globalização dos conhecimentos e formas de pensar e ser. A desconsideração da pessoa como ser gregário por definição e possuidor de características próprias se constitui no mínimo, um desrespeito ao ser humano. O que se estende também ao contexto onde as pessoas moram, pois globalizar técnicas e conhecimentos que ajudem na qualidade de vida das pessoas, é um sinal de progresso, de competência do ser humano. Quando se globaliza a forma de como devemos ser, pensar, vestir, se comportar, se está desconsiderando o ser humano em suas próprias capacidades, tornando-o uma máquina que “copia” o que os outros mandam, (através das sofisticadas e sedutoras propagandas das diferentes mídias) sem respeitar sua realidade e desejos.

A confusão dos pais está diretamente relacionada com os novos valores sociais. Eles não sabem que normas escolher para educar os filhos que lhes assegure sua inserção social ao mesmo tempo em que possibilitam seu desenvolvimento. Problematizar, nesta pesquisa, as dificuldades que cada mãe vivencia com as outras integrantes do grupo e com os profissionais envolvidos (enfermeiras, psicóloga, estudante de enfermagem), proporcionaram às mães a oportunidade de realizar novas interações proximais, levando-as a refletir sobre suas preocupações, questionando-se sobre a maneira como estavam desempenhando

suas competências parentais. Neste sentido se considera que *o objetivo geral do estudo foi cumprido*.

As interações proximais entre os integrantes do grupo se realizaram de forma espontânea, e as trocas de informações e “saberes” as ajudaram a identificar suas preocupações prioritárias, assim como os recursos com que contam. Se bem que isto *cumpra com os objetivos específicos do estudo*, as novas interações ampliam ainda mais o conhecimento das mães. Ser escutadas, sem ser julgadas, compreender seus problemas, e intercambiar opiniões, parece ter trazido maior segurança e a tranqüilidade necessária para poder refletir e identificar as soluções dos mesmos, para se sentirem também competentes. Isto lhes permite ir à procura de informações, as aceitar, e começar a construir novos planos de vida, com o objetivo de colocar limites nos filhos e satisfazer suas necessidades.

Assim as rápidas mudanças ocorridas nas mães do estudo, relacionadas às novas formas de educarem seus filhos, ou seja, a se converter em mães competentes no exercício do seu papel, foi facilitado a partir do espaço oferecido pelo AESM. Neste sentido, falar com outras mães dos seus problemas lhes permitiu comprovar na prática, que não eram só elas as que não encontravam um caminho adequado para educar os filhos. Outras mães/famílias também manifestaram esta mesma problemática e a sensação de incompetência ficou vinculada a fatores externos provenientes das mudanças do eixo e macrossistema, ou seja, determinadas pelo paradigma social vigente.

Desta forma, as mães se mostram mais seguras para enfrentar sua realidade e decidir arriscar “para ver”. Usam como recursos extras suas próprias capacidades e habilidades, agora mobilizadas e atualizadas, na procura de soluções adaptadas aos seus contextos de vida. Assim, o estudo demonstrou que as competências das mães para exercerem seu papel não decorrem somente dos recursos extra familiares. Estes lhes oferecem uma ajuda básica a partir da qual a utilização das forças e fortalezas das famílias, são as que, em última análise, definem a possibilidade de criação de um contexto positivo para os filhos, ou seja, as que lhes permitem mudar e se desenvolver como mães.

Com normas e valores definidos por cada família, as mães passam a exercer seus papéis e tarefas parentais, agora sim, embasadas por um sentimento de competência, a partir do qual recuperam sua autoridade e seu direito de estabelecer o que a família considera como certo ou errado. Desta forma criam um contexto

positivo com base em normas e valores que estabelece limites no comportamento dos filhos ao mesmo tempo em que promove o seu desenvolvimento normativo. Isso *responde às questões norteadoras do estudo*. .

Sem dar-se conta, na procura da satisfação das necessidades familiares, as mães se desenvolveram como mães, sendo melhores mães e ainda vão mais longe, arriscam na elaboração de novos planos de vida que objetivam sua realização pessoal, tão desconsiderada até o momento. Este importantíssimo processo de mudanças das mães, para nossa surpresa, aparece “como que” obedecendo a vertiginosidade das transformações do contexto contemporâneo. Em pouco tempo (8 meses) elas demonstram ter uma nova visão de mundo, investem nos novos conhecimentos adquiridos e mudam positivamente a forma de educar os filhos, com base nas normas escolhidas pelas famílias e adequados ao contexto onde elas estão inseridas. Este é o resultado das novas interações positivas realizadas pelas mães, que mostram na prática o **quinto elemento da teoria bio-ecológica** de Bronfenbrenner: o seu próprio **desenvolvimento**. Conseqüentemente, isto permite as mães o exercício de sua responsabilidade de colocar limites no comportamento dos filhos e assim poder ajudá-los no seu desenvolvimento, rumo à autonomia.

Contribuição do estudo na formação dos profissionais que trabalham com famílias

O estudo também contribui para a formação dos profissionais que trabalham com famílias, especificamente para a assistência em enfermagem e saúde, uma vez que a integração com um profissional de uma outra área do conhecimento, fortaleceu conceitos e comportamentos teóricos, agora re-avaliados, confirmados ou não com a prática. Como psicóloga, fiquei surpresa com as mudanças positivas que as mães conseguiram fazer em relação à educação dos filhos, sobretudo considerando o tempo físico disponível, o que se constituiu numa grande aprendizagem pessoal. Isto destaca a importância de integração dos profissionais de saúde quando o foco é colocado nas famílias/pessoas (a multidisciplinaridade). Enfermeiros, médicos, sociólogos, assistentes sociais, antropólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, professores de educação física, biólogos e outros, muito têm a oferecer para o entendimento do ser humano e a solução dos seus problemas, sempre que o desejo seja de viver uma sociedade melhor onde todos possam participar exercendo seu direito à cidadania.

Limitações do estudo

Se bem que a partir de minha prática como psicóloga clínica, considerei na introdução deste estudo, que as queixas das mães em relação a suas dificuldades de colocar limites no comportamento dos seus filhos, se constituem uma problemática sem fronteiras sócio-culturais, ou seja, que atinge a todas as classes sociais. Isso não pode ser confirmado nos resultados, uma vez que o grupo pesquisado ficou restrito a *uma classe socioeconômica*.

Embora num primeiro momento tenha pensado fazer o estudo com pais de diferentes classes sócio-culturais, o desenvolvimento da prática encontrou dificuldades para preencher estes requisitos. Os clientes do Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental do hospital da FURG são em geral, famílias de um nível socioeconômico baixo, encaminhadas pelas escolas públicas, constituindo-se, pela sua gratuidade, numa possibilidade de apoio para suas preocupações em relação ao comportamento dos seus filhos. Não obstante, este trabalho ter permitido o desenvolvimento das mães, ele tem um alcance limitado. Isto nos leva a considerar que as particularidades das formas de pensar e agir das integrantes do estudo, podem não coincidir com os (as) de um outro contexto, de características diferentes.

Uma outra dificuldade que pode ser focalizada como limitação do estudo foi constatada na prática. Esta se refere à necessidade das mães de terem encontros individuais para debater assuntos que, segundo suas opiniões, não “podiam” ser expostos nos encontros coletivos. Isto demandou uma re-programação da prática, pois as oportunidades foram dadas por igual a todas as mães e geralmente a cada três encontros coletivos foi necessário fazer cinco individuais, um com cada mãe, acertando novos horários dos profissionais e das mães. Podemos considerar que esta é uma atitude totalmente compreensível, pois se bem que algumas das mães se conheciam por já freqüentar o AESM, outras não. Mesmo as que se conheciam, possuíam um conhecimento superficial, sentindo-se assim inseguras de contar “suas intimidades”, pelo medo de ser julgadas.

Foi observado também, nesta prática, que as mães para poderem participar dos encontros do estudo, precisam, em geral, contar com o apoio de um outro adulto que supra sua ausência no lar, para tomar conta das crianças. Isto nem sempre foi possível, tendo muitas vezes que remarcar encontros ou, no pior dos casos, ficar sem marcar presença ao encontro. Devido à alta motivação das mães em

comparecer aos encontros, poucas vezes se apresentou esta dificuldade e sempre que possível se ofereceu um novo espaço.

Embora se tenha feito o convite para integrar o grupo a ambos os pais, só se fizeram presentes as mães. Considera-se que esta é uma dificuldade, pois muitas percepções das mães e da pesquisadora podem estar fundamentadas no que as mães e os filhos verbalizam, ficando os pais com um papel aparentemente “submisso” a estes. Parece oportuno pensar em alguma estratégia que motive os pais a freqüentar os grupos que oferecem ajuda para a educação dos filhos. Embora a maioria dos pais deste estudo estivessem ocupados no seu trabalho fora do lar, também é certo que não houve nenhuma queixa ou interesse em participar do grupo, manifesto, por exemplo, num pedido de troca nos horários/dias dos encontros.

Considero que o pai, pela sua importância no desenvolvimento dos filhos, exerça um papel decisivo no processo de identificação das crianças, além de representar uma ajuda valiosa para as mães, tão sobrecarregadas com tantas responsabilidades. A sobrecarga é também sentida pelo pai, segundo a bibliografia, uma vez que em um mundo em contínua transformação, eles são os responsáveis pela provisão do lar, hoje uma tarefa não fácil de ser cumprida. Se considerarmos que os empregos fixos e razoavelmente pagos são uma raridade, em nosso contexto social, os pais também se devem de sentir sobrecarregados com sua responsabilidade de provedor. A isto temos que somar a forma como o pai foi educado a ser pai e a expectativa que a sociedade construiu sobre seu papel. Porém estas idéias não passam de suposições, a partir dos resultados da pesquisa, que requerem validação prática.

Esta pesquisa traz implícita também uma alerta do grupo de mães. Refere-se, sobretudo, à carência de recursos de apoio social que lhes permitam solucionar sua problemática. A dependência destas famílias de um suporte social que guie (apóie) suas ações é um fator de crescimento, porquanto procurar e receber ajuda é uma capacidade singular de indivíduos e de grupos que visa a uma ampliação de sua visão de mundo. Para estes pais, a rede de apoio social é capaz de trazer segurança, permitindo refletir e se re-pensarem no desempenho de suas competências. Isto pode possibilitar uma assistência continuada, para estas famílias, pelos profissionais de enfermagem e psicologia.

Neste sentido, a informação sobre as necessidades do ser humano e a criação de espaços onde os pais (mães) possam debater e refletir sobre suas competências se converte no foco para a sua resolução, que hoje se converteu num problema social. A implantação de espaços onde a população, mais especificamente os pais possam debater suas dúvidas, parece inquestionável. É também inquestionável que a família reflete os problemas da sociedade na que está inserida. Se ela mostra-se insegura, com muitos problemas e poucos recursos, cabe aos governos a criação desses espaços, através de seus representantes políticos, na homologação de Políticas Públicas de Saúde, que atendam as necessidades das famílias e suas responsabilidades políticas como governantes, por uma sociedade melhor, com qualidade de vida para todos os seus integrantes.

Enfim, muitos são as limitações desta pesquisa pela abrangência da problemática, pelo objetivo do estudo proposto e conforme com o tempo disponível para o seu desenvolvimento. Portanto ficam estes limites/dificuldades encontrados no desenvolvimento desta prática, como objeto de reflexão e sugestão para as próximas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÂNGULO,M. **Estudo Descritivo de Sentimentos e Reações Emocionais de Pais de Adolescentes**. Resumo de Teses de Mestrado Universidade Metodista de São Paulo-Psicologia da Saúde, 2002.
- BIASOLI ALVES **Interações Familiares. Teoria, Pesquisa e Subsídios à Intervenção**.Londrina: UEL,1997.
- BREDA,A.. **Família Monoparentais: Os Padrões de Interação de uma família singular de pais**. Resumo de Teses de Mestrado P.U.C.R.S, 1999.
- BRONFENBRENNER,U. **Making Human Being Human**. Sage: 2005.
- .;MORRIS.P.**The Ecology of Developmental Process**. New York: John Wiley & Sons, 1998.
- CARVALHO,M.(org). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 2000
- CHIZZOTTI,A. **Pesquisa em Ciência Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005
- DEHART, G.B; SROUFE, A.L; COOPER, R.G. **Child development-its nature and course**. 4ed. New York: McGraw Hill,2000.
- DELVAL,J. **Aprender na Vida e Aprender na Escola**. Porto Alegre: Artemed, 2001.
- FISHMANN & BIASOLI-ALVES.Z. **Crianças e Adolescentes: Construindo uma Cultura da Tolerância**.São Paulo: Edusp,2001.
- GOMIDE, P. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- KOLLER,S. **Ecologia do Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo,2004.
- LACHARITÉ,C. **Évaluer et Soutenir les Competences Parentais dans les Families avex de Jeunes Enfent**. Quebec, Trois Rivièrè, 2003.
- MORIN,E./ Veja, Almeida, Petraglia (orgs). **Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- OUTEIRAL,J. **Adolescer**. Rio de Janeiro : Revinter,2003
- PAGGI,K;GUARESCHI,P.**O Desafio dos Limites**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- PAPALIA,D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RAPAPPORT, C.R. ET AL. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981-1982.

SEÑAS: **diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños/** Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Claudia Berliner. – 2ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA, A. **Problemas de Comportamento e Comportamentos Socialmente Adequados em relação com a Habilidades Sociais Educativas dos Pais**. Resumo de Tese de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2000.

SILVA, M. **A Construção de uma Trajetória Resiliente durante as Primeiras Etapas de Desenvolvimento da Criança: O Papel da Sensibilidade Materna e do Suporte Social**. Florianópolis: U.F.S.C, 2003, p. 166. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Enfermagem- Área e Concentração: Enfermagem, Saúde e Sociedade de Santa Catarina: 2003.

SILVA, M. **Consulta de Enfermagem**; Manual. Rio Grande: Furg, 2005

WINNICOTT,D. **A Criança e o seu Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ZIMERMAN,D. **Fundamentos Psicanalíticos**. Porto Alegre, Artmed,1999.

-----**Fundamentos Básicos das Grupoterapias**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

-----**Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artemed, 2001.

----- **Bion: da teoria à prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Fundação Universidade Federal do Rio Grande / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós graduação
Programa de Pós-graduação em Enfermagem / Mestrado em Enfermagem
Área Acadêmica da Saúde Prof. Newton Azevedo – 4º andar
Rua Gen. Osório, s/nº - CEP 96200-190 – Fone/Fax: (53)232.8941 / 233.8843
E-mail: pgenf@furg.br

MEMO. CCPGENF. Nº 142/2005

Rio Grande, 12 de dezembro de 2005.

Prezado Senhor,

Solicito autorização para a Mestranda ROCIO CONSUELO QUINONES matricula 93271, realizar coleta de dados no Ambulatório de Enfermagem em Saúde Mental referente a pesquisa intitulada: *“As Competências Parentais no Mundo Contemporâneo como UM Fator de Proteção do Desenvolvimento do Ser Humano: Um Desafio para Pais e Profissionais”*, sob orientação da Profª. Dra. Mara Regina Santos da Silva.

Atenciosamente,

M. Castani
Profª. Dra. Maria Eliana M. Castani
Coord. CC. Pós-Graduação Enfermagem

Jeacado
FUNDACÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
Hospital Universitário
Prof. Dr. Raul A. Mendoza Sassi
DIRETOR

Ilmo. Sr.
Dr. Raul Mendoza Sassi
Diretor do HU

05/02/06

APÊNDICE 2-

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ENFERMAGEM/SAÚDE

PROJETO DE PESQUISA:

**AS COMPETÊNCIAS PARENTAIS COMO UM FATOR DE PROTEÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO: UM DESAFIO PARA PAIS E
PROFISSIONAIS**

OBJETIVO Ajudar os pais a resgatarem e ou desenvolverem suas capacidades/potencialidades, para que possam desempenhar suas funções e tarefas parentais, especialmente no estabelecimento de limites no comportamento dos filhos.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado/a, de forma clara e detalhada sobre o objetivo, a justificativa e os métodos de coleta de dados, utilizados nesta pesquisa, na qual estou participando como respondente. Estou ciente, também, do direito de sanar qualquer dúvida acerca desta pesquisa, em qualquer etapa de seu desenvolvimento; da liberdade de recusar-me a qualquer questionamento com o qual não esteja de acordo; da garantia do anonimato e, até mesmo, anular este consentimento, sem qualquer prejuízo a minha pessoa ou aos meus pacientes, assim como o direito de acesso aos resultados do estudo.

Rio grande, de _____ do 2005

Assinatura da Entrevistada

Mestranda:

Rocío Consuelo Quiñones García

Fone: (53) 32323398

E-mail: rocio@mikrus.com.br

Orientadora:

Dra. Mara Regina S dos Santos

Fone: (053) 32333154

E-mail: mara@vetorial.net



CEPAS

115

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DA SAÚDE

Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Avenida Itália km 08 - Campus Carreiros - Caixa Postal 474 - Rio Grande - RS - CEP: 96201-900
Telefone: 3233 6736 - Fax: 3233 6822
E-Mail: propesp@furg.br Homepage: <http://www.propesp.furg.br>

PARECER Nº 024 / 2006

PROCESSO Nº 23116.000849/06-96

TÍTULO DO PROJETO: "As competências parentais no mundo contemporâneo como um fator de proteção no desenvolvimento do ser humano: um desafio para pais e profissionais".

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Mara Regina Santos da Silva

PARECER DO CEPAS:

O Colegiado considerou o projeto APROVADO.

Rio Grande, RS, em 19 de abril de 2006.

Gabriel Diogo Paulo Hamilton
Coordenador do CEPAS